



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Camila Castelari Barbosa

**CONSULTORIA/ASSESSORIA NA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS):
trajetórias profissionais de assistentes sociais mineiros/as**

Varginha, MG, 2022

Camila Castelari Barbosa

**CONSULTORIA/ASSESSORIA NA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS):
trajetórias profissionais de assistentes sociais mineiros/as**

**CONSULTANCY/ADVICE ON THE NATIONAL
SOCIAL ASSISTANCE POLICY (PNAS):
professional trajectories of social workers miners**

Trabalho apresentado para a Defesa de Dissertação como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas.

Área de Concentração: Gestão, formação e desenvolvimento

Linha Pesquisa: Processos Formativos e Desenvolvimento

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ávila

Coorientador: Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira

Varginha, MG, 2022

Agências de fomento e números dos processos:

Ficha Catalográfica

BARBOSA, Camila Castelari.

B238 Consultoria/Assessoria na Política Nacional de Assistência Social (PNAS): trajetórias profissionais de assistentes sociais mineiros/as./ Camila Castelari Barbosa. – 2022.
161 p. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ávila.
Coorientador: Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira.
Dissertação (mestrado) – Centro Universitário do Sul de Minas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, 2022.

1. Assistente social. 2. Consultoria/Assessoria. 3. Política Nacional de Assistência Social. 4. Trajetórias profissionais. I. ÁVILA, Maria Auxiliadora, orient. II. MOREIRA, Alessandro Messias, coorient. III. Centro Universitário do Sul de Minas. VI. Título.

CDD: 361

Ficha catalográfica: Priscila Tavares de Oliveira Goularte – CRB-6 - 3725/O

Camila Castelari Barbosa

**CONSULTORIA/ASSESSORIA NA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS):
trajetórias profissionais de assistentes sociais mineiros/as**

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Presidente: Prof^(a). Dr^(a). Maria Auxiliadora Ávila – Orientador(a), UNIS-MG

Membro: Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira – Coorientador(a), UNIS-MG

Membro: Prof^(a). Dr^(a). Maria Luiza Amaral Rizzotti, Universidade Federal da Paraíba UFPB

Membro: Prof^(a). Dr^(a). Elisa Maria Andrade Brisola – UNIS-MG

Membro: Prof^(a). Dr^(a). Ariovaldo Francisco da Silva – UNIS-MG

Membro: Prof^(a). Dr^(a). André Luiz da Silva - UNITAU

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Varginha, 16 de dezembro de 2022

Dedico esta pesquisa a todas e todos colegas Assistentes Sociais que são fontes diárias de resistência e resiliência e que incansavelmente buscam por efetivação dos direitos humanos e sociais da população usuária da Política Pública de Assistência Social.

AGRADECIMENTOS

Gratidão! Esta é a palavra que define todo meu agradecimento a minha orientadora Prof. Dra. Maria Auxiliadora Ávila e ao meu co-orientador Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira, que desde o primeiro contato, sempre me acolheram, me estimularam à pesquisa e sempre me fazem refletir sobre aspectos importantes dessa dissertação. Vocês foram e são luz, carinho e afeto durante todo o percurso. Minhas fontes de inspiração profissional;

Agradeço à coordenadora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR), Prof. Dra. Gladis Camarini, pela confiança, carinho e aprendizado.

À Helena, responsável pela secretaria do MGDR, que com tanto carinho, disposição, palavras afetuosas e alegria constante, sempre está presente desde meu primeiro contato com o mestrado, tornando-se uma grande amiga, muito obrigada por tudo.

Ao Prof. Dr. Ariovaldo Francisco da Silva, que o universo contribuiu para que nossos caminhos cruzassem mais uma vez após a graduação em Serviço Social, quando tive a oportunidade de ser sua aluna pela primeira vez. Agradeço-lhe toda paciência, atenção e generosidade em contribuir com esta pesquisa, através dos seminários de pesquisa I e II.

A Prof. Dra. Elisa Brisola, que com todo respeito ousou chama-la de colega de profissão; que sorte a minha tê-la parte do meu percurso formativo. Gratidão pelas infindáveis contribuições não só no aspecto dessa pesquisa, mas também para a minha trajetória profissional.

A Prof. Dra. Maria Luiza Amaral Rizzotti, que é inspiração para toda categoria de profissionais Assistentes Sociais. Gratidão pelo aceite em contribuir com esta pesquisa. Suas valiosas contribuições através do exame de Qualificação e aceite para a Defesa desta pesquisa, trouxe a mim grande emoção e certeza para o caminho que escolhi aqui trilhar. Desejo ao longo de minha trajetória ter mais oportunidades de aprender com sua tamanha sabedoria.

Agradeço também à CAPES pelo investimento, por permitir que discentes como eu possam dedicar-se à pesquisa.

Aos colegas do mestrado e amigos da vida que estiveram nessa trajetória comigo. Vocês foram peças-chaves. Compartilhamos angústias e felicidades, o que fez desta caminhada um momento leve e carregado de emoções! Em especial, meu carinho a minha grande amiga e parceira de luta no SUAS: Gisele Vilas Boas, pelas incontáveis horas que se dedicou em ouvir meus anseios, medos e permitir compartilhar cada conquista.

Por fim, mesmo sem compreender o sentido e significado de “trabalhar”, agradeço aos meus filhos: Miguel Henrique e Pedro.

Ao Miguel Henrique que esteve nesta longa jornada, desde o seu 2º mês de vida, sendo minha fonte de energia, garra e determinação diária. Hoje com seus dois anos, já reproduz: “*mamãe está trabalhando*”, ao me ver rodeada de livros e um computador, escalando meu colo em tantos momentos, para de alguma maneira contribuir. Espero, um dia, que compreenda todo este processo afetuoso da nossa incrível jornada, juntos!

Pedro, que ainda em meu ventre acompanha todo o processo final para qualificação e defesa, com quem converso na solidão do percurso de escrita, que me motiva e me transforma através de singelos chutes, na perspectiva de um dia, eu poder compartilhar contigo, toda essa nossa trajetória.

Aos queridos companheiros de luta, que aceitaram com muita generosidade participar desta pesquisa, que por meio das narrativas deram vida para esta pesquisa, Gratidão!

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.”
(IAMAMOTO, 2014, p. 17)

RESUMO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ampliou as possibilidades dos espaços ocupacionais exercidos pelos Assistentes Sociais, impulsionados a novos desafios no que se refere à formulação, gestão e avaliação. Cresceram as demandas que abrangem desde pesquisas, planejamento, capacitações, treinamentos, gerenciamento de projetos bem como as assessorias e consultorias, deparando-se com novos desafios como a necessidade de qualificação profissional e, enfrenta também a precarização de trabalho dentro do próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esta pesquisa objetivou compreender o processo de desenvolvimento profissional de Assistentes Sociais mineiros no campo de consultorias e assessorias na PNAS. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, orientada pelo método (auto)biográfico, proposto pela Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica (BIOGRAPH). Foram realizadas duas entrevistas individuais, em profundidade, com cada um/a dos/as participantes. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e seus conteúdos tratados por meio de biogramas e do software ATLAS.ti. A análise dos resultados mostra um perfil sociodemográfico dos/as consultores/assessores de diferentes faixas etárias. A opção pelo Serviço Social que para um grupo não foi a primeira escolha, mas também evidencia, para um outro grupo, a influência da percepção da desigualdade social. Sobre o exercício da consultoria/assessoria na PNAS, os desafios existentes fazem referência a carência de aportes teóricos-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, assim como a ausência de regulação da atuação dos consultores/assessores na PNAS. A busca por profissionais consultores/assessores com um domínio diversificado nas mais diversas áreas da gestão, gestão de políticas públicas, planejamento, bem como da administração, transcendem os conhecimentos ofertados na graduação em Serviço Social, havendo assim, a necessidade de chamar para esta discussão as instituições de ensino em Serviço Social, responsáveis pela formação profissional, na perspectiva da ampliação de discussões sobre a consultoria/assessoria, visto que o Assistente Social tem sido convidado cada vez mais a participar do gerenciamento das políticas públicas, em especial a PNAS. Trazer as seguranças socioassistenciais como pseudônimos para os sujeitos da pesquisa, possibilitou a expressão singularidades e similaridades deste grupo profissional, cujas trajetórias são únicas e marcadas pelo compromisso pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em um país no qual o campo da seguridade Social se encontra ameaçado.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social. Consultoria/Assessoria. Política Nacional de Assistência Social. Trajetórias Profissionais.

ABSTRACT

The National Social Assistance Policy (PNAS) expanded the possibilities of occupational spaces exercised by Social Workers, driven to new challenges in terms of formulation, management and evaluation. Demands have grown, ranging from research, planning, qualifications, training, project management as well as advisory services and consultancies, facing new challenges such as the need for professional qualification and also facing the precariousness of work within the Unified System of Social Assistance (SUAS). This research aimed to understand the process of professional development of Social Workers from Minas Gerais in the field of consultancy and assistance in PNAS. This is a research with a qualitative approach, guided by the (auto)biographical method, proposed by the Brazilian Association for (Auto)biographical Research (BIOGRAPH). Two individual, in-depth interviews were carried out with each of the participants. All interviews were recorded, transcribed and their contents treated using biograms and the ATLAS.ti software. The analysis of the results shows a sociodemographic profile of consultants from different age groups. The option for Social Work, which for one group was not the first choice, but also shows, for another group, the influence of the perception of social inequality. Regarding the exercise of consultancy/assistance in PNAS, the existing challenges refer to the lack of theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political contributions, as well as the absence of regulation of the performance of consultants/advisors in PNAS. The search for professional consultants/advisors with a diversified domain in the most diverse areas of management, public policy management, planning, as well as administration, transcend the knowledge offered in the graduation in Social Work, therefore, there is a need to call for this discussion the teaching institutions in Social Work, responsible for professional training, from the perspective of expanding discussions on consulting/assistance, since the Social Worker has been increasingly invited to participate in the management of public policies, in particular the PNAS. Bringing socio-assistance security as pseudonyms for the research subjects allowed the expression of singularities and similarities of this professional group, whose trajectories are unique and marked by the commitment to the National Social Assistance Policy (PNAS), in a country where the field of social security is threatened.

KEYWORDS: Social Worker. Consultancy/Advice. National Social Assistance Policy. Professional Trajectory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES / FIGURAS

Figura 1 – Delineamento da Pesquisa.....	46
Figura 2 – Sujeitos da pesquisa.....	56
Figura 3 – Participantes da pesquisa por gênero.....	57
Figura 4 – Formação Profissional na Conjuntura Brasileira.....	58
Figura 5 – Período em Anos de Formação na Graduação x Início (ano) na atuação no campo profissional de Consultorias/Assessorias.....	60
Figura 6 – Período, em anos, entre a formação inicial para a formação continuada...	61
Figura 7 – Escolha pelo pseudônimo Acolhida.....	64
Figura 8 – Escolha pelo pseudônimo Renda.....	65
Figura 9 – Escolha pelo pseudônimo Convívio ou Vivência familiar.....	66
Figura 10 – Escolha pelo pseudônimo Desenvolvimento da Autonomia.....	67
Figura 11 – A dúvida na escolha pelo Serviço Social.....	77
Figura 12 – Motivação decisiva pela escolha do Serviço Social.....	78
Figura 13 – Incidentes Críticos durante a graduação.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Período de atualização da Lei do SUAS nos municípios de Minas Gerais, de acordo com o Censo SUAS 2020	25
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de Biograma utilizado na pesquisa.....	52
Quadro 2 – Sobreposição dos biogramas- A opção pelo Serviço Social.....	74
Quadro 3 – Sobreposição dos biogramas- início na vida profissional.....	86
Quadro 4 – Sobreposição dos biogramas – Docência.....	89
Quadro 5 – Sobreposição dos biogramas – Trabalhos em diferentes campos: atuação e conciliação.....	91
Quadro 6 – Sobreposição dos biogramas – Concurso Público.....	95
Quadro 7 – Sobreposição dos biogramas- Atuação em Conselhos e Movimentos Sociais.....	101
Quadro 8 – Formação Continuada dos Assistentes Sociais.....	105
Quadro 9 – A experiência em cargos de confiança e gestão.....	106
Quadro 10 – Sobreposição dos biogramas: início e desenvolvimento como assistentes sociais assessores/consultores na PNAS.....	112
Quadro 11 – Sobreposição dos biogramas: Limitações e Desafios na Trajetória Profissional.....	128
Quadro 12 – Sobreposição dos biogramas: Perspectivas Futuras e Avaliação da Trajetória Profissional.....	134

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AS	- Assistentes Sociais
BDTD	- Banco Digital de Teses e Dissertações
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CF/88	- Constituição Federal de 1988
CIT	- Comissão Intergestores Tripartite
CNAS	- Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
NOB-SUAS	- Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social
NOB-RH-SUAS	- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PNEP/ SUAS	- Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social
SEDESE	- Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Problema.....	22
1.2 Objetivos.....	23
1.2.1 Objetivo Geral.....	23
1.2.2 Objetivos Específicos.....	24
1.3 Delimitação do Estudo.....	24
1.4 Relevância do Estudo / Justificativa.....	25
1.5 Organização do Projeto	26
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	27
2.1 Política de Assistência Social no Brasil: da CF/88 à atualidade.....	27
2.2 A trajetória do Serviço Social no processo de Conquistas para Assistência Social.....	34
2.3 Panorama da pesquisa sobre consultorias e assessorias prestada pelo Assistente Social à PNAS	40
3 METODOLOGIA.....	46
3.1 Delineamento da pesquisa.....	46
3.2 Tipo de Pesquisa.....	46
3.3 População e participantes.....	47
3.4 Instrumentos de pesquisa.....	48
3.5 Procedimentos para Coleta de Dados.....	50
3.6 Procedimentos para Análise de Dados.....	51
4 RESULTADOS E ANÁLISES.....	54
4.1 O perfil sociodemográfico das/os assistentes sociais participantes da pesquisa.....	55
4.2 Histórias singulares tecidas na história do coletivo	63
4.3 O Costurar de Sentidos e Significados: o processo de categorização e análise.....	68
4.3.1 A opção pelo Serviço Social – O primeiro encontro da agulha com o tecido.....	69
4.3.2 Formação inicial e continuada: um tecido pronto para receber a linha e agulha pelas mãos de quem está bordando o próprio futuro.....	78
4.3.3 Experiências como Assistente Social: Experiências de um bordado repleto de construções e desconstruções.....	85

4.3.4 Consultorias/Assessorias na PNAS: A maturidade para compreender que para bordar necessitamos voltar ao ponto inicial, sempre.....	110
4.3.5 Limitações, Desafios, Perspectivas Futuras: avaliação de uma trajetória carregada de complexidades assim como o bordado	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICES	155
APÊNDICE A – Apresentação do Estudo	155
APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista (auto)biográfica.....	157
APÊNDICE C – Perfil Sociodemográfico.....	158
ANEXOS	160
ANEXO A – Declaração do Comitê de Ética aprovando a pesquisa.....	160

1

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, por muito tempo, foi considerado uma profissão apenas de execução das políticas públicas sociais, mesmo que as Diretrizes Curriculares proponham às e aos Assistentes Sociais formação intelectual e cultural, capacidade, criatividade, criticidade e propósitos (BRASIL, 2002).

Ainda que esse papel de execução seja predominante, não se trata da única perspectiva de atuação. Com o advento da descentralização das políticas sociais, a partir da dinâmica de municipalização, os assistentes sociais passaram a ser requisitados em campos de atuação como gestão, avaliação e na própria assessoria (IAMAMOTO, 2014).

Essa formação, de acordo com Vasconcelos (2006, p. 11), pode assegurar possibilidades de planejamento, análise e avaliação na atuação profissional com o intuito de “reafirmar práticas que reforcem o projeto ético-político profissional¹”, possibilidades estas existentes no cotidiano de assistentes sociais, assessores e consultores nas políticas públicas sociais.

A atuação de assistentes sociais nas assessorias e consultorias na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) têm aumentado consideravelmente nos últimos tempos, mesmo não sendo esta uma atuação privativa do Assistente Social. Todavia, esta temática ainda tem sido pouco discutida pela categoria, haja vista o escasso material bibliográfico disponível, tratando-se de uma das competências elencadas pela Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social (1993) e no Código de Ética do/a Assistente Social (1993) (BRASIL, 1993B; CFESS, 2012a), onde, embora não seja uma atuação privativa do Assistente Social, a consultoria/assessoria na PNAS, tem requisitado cada vez mais este profissional.

E para compreensão da prestação de assessoria e consultoria na Política de Assistência Social, como essa demanda vem sendo apresentada, faz-se necessário refletir sobre o trabalho dos profissionais inseridos nesse contexto, que vivenciam desafios e dificuldades frente às demandas atreladas à precarização do trabalho. Em especial sobre a prática profissional do

¹ Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEA D/ABEPSS/CFESS, 1999.

Assistente Social, Brisola e Silva (2014) trazem a importante reflexão sobre considerar que a categoria profissional está inserida na divisão social e técnica do trabalho, assim como situar no atual contexto de reprodução do capital que impactam em mudanças tanto na produção material quanto nas formas de gestão e consumo da força de trabalho, além dos impactos e interferências diretas na prática profissional e de que forma o Estado provê respostas nesse processo.

Dentre essas competências, destacamos a “prestação de assessoria e consultoria a órgãos da administração direta e indireta, empresas privadas e outras entidades [...]” e também a que se refere à “prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais [...]”, respectivamente contidas no artigo 4º, Alíneas VIII e IX da Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social (CFESS, 2012a, p. 45).

Além disso, refletir sobre as trajetórias profissionais do Serviço Social no campo das consultorias/ assessorias na PNAS vem ao encontro do Projeto Ético Político da Profissão, na perspectiva de emancipação dos sujeitos sociais, assim como elucida Iamamoto (2014, p. 75):

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

A assessoria, como apontam Bravo e Matos (2010), tem sido extensivamente utilizada como uma estratégia para o aperfeiçoamento das Políticas Públicas, bem como para o aprimoramento continuado dos profissionais que nelas atuam.

Nesse sentido, ao revisitar a trajetória profissional da autora dessa dissertação de mestrado, a atuação de Assistentes Sociais no campo de assessorias e consultorias à Política Pública de Assistência Social, traz à tona a autonomia deste profissional frente às demandas de trabalho na contemporaneidade. Por meio de resgates de suas narrativas acerca das memórias afetivas, pessoas, fatos, acontecimentos marcantes de sua trajetória, é possível identificar marcos significativos que contribuíram e que à vista disso, influenciaram suas escolhas.

Desse modo, consoante com o método de pesquisa a ser adotado na pesquisa aqui proposta – o biográfico-narrativo –, solicitamos “licença” para que a autora em questão possa expressar e compartilhar, em primeira pessoa, sua trajetória profissional, que motivou a escolha do tema da pesquisa.

Assim sendo, narro a partir de agora fatos importantes da minha trajetória que conduziram e despertaram o meu interesse pelo Serviço Social e pela atuação no SUAS no campo de consultorias e assessorias na Política Pública de Assistência Social, com o objetivo de aclarar meu interesse pela pesquisa.

Filha única, fui nascida e criada em meio a uma educação dita “tradicional” por família nuclear, mas rodeada por toda uma extensão familiar com avós, tios e primos, em um município interiorano. Dividida em períodos vividos na zona urbana e na zona rural, vivenciei com meus pais múltiplas expressões da Questão Social², invisíveis para muitos na sociedade.

Residi anualmente, em períodos da safra, distante dos meus pais, sendo criada por cerca de 05 meses ao ano por meus avós paternos na zona urbana, para que eu pudesse ter acesso à educação infantil.

Cresci em meio a inquietudes e metas a mim dadas por terceiros: estudar, “formar”, ter uma profissão, ser independente, fazer a diferença na vida do outro que passar pela minha vida.

Acredito que somos parte daquilo que nos transforma, daquilo que nos move. Que viemos neste mundo para compartilhar vivências, desafios e aprendizado, que estamos neste mundo para SER transformação social, para multiplicar conhecimentos. Desde cedo vislumbrei o ato de ensinar como algo que gostaria para a minha vida. Eu queria ser professora, assim como a minha madrinha, irmã de minha mãe. Com três anos eu já me encantava com o ato de poder levar o conhecimento ao outro; aplicar o giz das mais diversas cores em um quadro negro e possibilitar, através de tantas letras e números, que vidas fossem transformadas.

Cresci e o ato de ensinar veio de forma diferente. Com todo o esforço financeiro dos meus pais, mesmo em difíceis tempos de desemprego, ingressei na graduação em Serviço Social em 2007. Caminho árduo de encontros e desencontros, sem saber ao certo que aquela opção pela profissão a ser seguida, ainda aos 18 anos, seria a melhor escolha da minha vida.

Me formei em 2010, colando grau, antecipadamente, em 18 de dezembro, em uma sala com poucos participantes, sem meus colegas de trajetória acadêmica. Estavam neste dia somente meus pais e meu avô Zé, que estava ali vivenciando sua primeira neta a ter o diploma de nível superior. Foi incrível, único. Colar grau sozinha foi concomitante à minha primeira atuação profissional, em um hospital psiquiátrico, com início às atividades de Assistente Social na última semana do corrente ano.

² Para Yamamoto; Carvalho (2014), a Questão social “[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão” (p.77).

Em meio a tantas possibilidades na área da saúde, ingressei em mais dois trabalhos concomitantes ao primeiro. Foi assim por árduos e incríveis três anos, que marcaram sem dúvidas toda minha trajetória pessoal e profissional: percalços, desafios, perdas, um misto de impotência atrelado ao desejo de fazer o diferente.

Deixei o trabalho e parti para um novo campo de atuação profissional, agora na Assistência Social, através de uma empresa, executando ações, programas e projetos em uma região do Estado de Minas Gerais, complementando ações desempenhadas por funcionários públicos do SUAS à população usuária da Assistência Social. Que saudades eu tenho. Compartilhar vivências, desafios, compreender, aprender, transmitir, multiplicar! Tudo isso foi possível, mas eu queria mais. Queria fazer, por meio da administração pública, o que está preconizado na Constituição Federal de 1988, através do artigo 203: “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar (BRASIL, 1988)”.

Ingressei na administração pública como servidora em 2015, inicialmente em município de pequeno porte I³ e posteriormente como servidora pública do Estado de Minas Gerais. Quantos desafios! Quantas frustrações! Quanto desejo de fazer o diferente. Concurso público ali, para mim, trazia a chamada “estabilidade”, mas estava longe de trazer a felicidade. Os percalços eram postos diariamente. Vaidade humana, jeitinho brasileiro, sucateamento profissional. Ações de governo local para apoiadores locais. Onde estava a política pública? Onde foi deixado o artigo da (CF/88) que trata da Assistência Social sendo para quem dela necessitar? Quantos desencontros no território, colocados em xeque ao projeto ético-político da profissão dos assistentes sociais.

No Estado, vivenciei com toda classe de profissionais do SUAS de centenas de municípios mineiros, queixas de tudo aquilo que eu vivenciei no município, todos os acontecimentos marcantes (incidentes críticos) que me levaram aos desafios de propor o diferente. Atuar com o objetivo de ser uma profissional criativa, sem me desvencilhar do juramento realizado no dia 18 de dezembro de 2010, quando assumi o compromisso com a profissão.

Pedi minha exoneração do cargo público para iniciar meu trabalho solo no campo de consultorias/assessorias ao SUAS, buscando incansavelmente através de compartilhamento de

³ De acordo com os dados populacionais o IBGE/2010 classifica os municípios conforme o tamanho de sua população, a saber:

- Pequeno Porte I – até 20.000 habitantes;
- Pequeno Porte II – 20.001 até 50.000 habitantes;
- Médio Porte – 50.001 até 100.000 habitantes;
- Grande Porte – 100.001 até 900.000 habitantes;

informações e estudos, capacitações aos gestores e profissionais, a garantia dos direitos sociais à população usuária da Política de Assistência Social.

Acredito na Política de Assistência Social e por isso, desde 2019, busco romper diariamente com a “visão endógena e focalista, prisioneira de muros internos (IAMAMOTO, 2014, p. 20)” para avançar horizontes e ter sintonia com as demandas dos tempos atuais. Desta forma, os assistentes sociais que atuam com consultorias/assessorias, precisam desenvolver capacidades e construir propostas capazes de contribuir para o desenvolvimento social sem se desvencilhar do projeto ético-político da profissão, contribuindo ainda para a garantia e efetivação de direitos humanos sociais.

Daí a minha escolha de ingressar no mestrado, visto que Bravo e Matos (2010) afirmam que esse contexto requer dos profissionais muito engajamento para que, além de buscar o constante aperfeiçoamento em caráter continuado, tenham, também, criatividade, proatividade e condições de assegurar os direitos da população usuária, visando a construção de uma política pública social positiva, além de aperfeiçoar o trabalho profissional na perspectiva do projeto ético-político dos assistentes sociais.

Meus questionamentos profissionais como técnica social da ponta do SUAS, como técnica social da área meio do SUAS e também de empresas privadas, me aproximaram da vontade de saber mais, de compreender questionamentos vivenciados e não somente isso, compreender também as particularidades existentes do campo de consultores/assessores na PNAS. Muitas vezes tenho a impressão que estou a “[...] remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2014, p. 141)”.

A consultoria e assessoria executada por Assistentes Sociais tem por característica nata, conforme apontam Bravo e Matos (2010), a capacidade de apresentar estratégias factíveis de serem implementadas no exercício profissional, a partir da análise da realidade, exercendo um papel erudito, podendo ou não estar associado ideologicamente a uma proposta que vise a assessoria/consultoria para a emancipação da classe trabalhadora ou para a dominação desta classe. É aí que reside o perigo. E é essa questão que precisamos discutir.

Isso me fez resgatar questionamentos e dilemas profissionais, seguido pelas indagações pessoais: Que profissional estou sendo? Estou no caminho certo?

Pautando-se no Código de Ética do e da Assistente Social, os profissionais se comprometem com a liberdade, enquanto valor ético e suas demandas – “autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. Assumem também a defesa intransigente dos direitos humanos, “a recusa do arbítrio e do autoritarismo, se posicionando

em favor da equidade e da justiça social”, além de se empenhar na “eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade [...] (CFESS, 2012a, p. 23-24)”.

Compreender a Política Pública de Assistência Social (bem como o campo de atuação de Assistentes Sociais no processo de consultoria e assessoria a esta Política Pública) requer uma análise sensível que resultou a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o recente Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Assistência Social carrega, até os dias atuais, o desafio de avançar em relação ao histórico de desprofissionalização, de atuações carregadas de improviso e “ações descontinuadas persistentes e por vezes (re)atualizadas na área, em vista disso a questão do trabalho é um dos grandes desafios a ser enfrentado (TELES, 2012, p. 29)”.

Embora esteja atrelado às competências profissionais dos/as assistentes sociais, a consultoria e assessoria ao campo das Políticas Públicas, especificamente na Política Pública de Assistência Social, não é campo exclusivo do Assistente Social, dessa forma, esta realidade, requer quebrar paradigmas e enfrentar o desafio da historicidade enraizada na sociedade de que a assistência social se trata de caridade e não de uma política pública que busca garantir os mínimos sociais para os cidadãos e cidadãs brasileiros/as.

Hoje estou discente do Programa *Stricto Sensu* em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas. Disciplinas cursadas, trouxeram novamente inquietudes da minha trajetória profissional e estão me oportunizando espaços de reflexão sobre a atuação do assistente social, especialmente na assessoria/consultoria na Política Nacional de Assistência Social.

Assim, a realização deste estudo tem relevância profissional, acadêmica e principalmente regional pois busca compreender como esses profissionais, no processo de consultoria e assessoria à Política Pública de Assistência Social, relacionam os processos de trabalho na direção do Projeto Ético Político do Serviço Social.

1.1 Problema

Assumir o compromisso de atuar no campo de consultorias/assessorias na PNAS em uma sociedade contemporânea marcada pela possibilidade de perdas para a Política Pública tratada neste trabalho, é sem dúvidas, um grande desafio aos/às assistentes sociais.

O cenário da tratativa de garantia de direitos tem sido avassalador e por vezes, perverso. Para tanto, atuar com consultorias/ assessorias na PNAS requer dos/as assistentes sociais, – muito além do conhecimento teórico-metodológico – o compromisso com o Projeto Ético Político do Serviço Social –. Acrescente-se ainda o compromisso com o Código de Ética da

profissão para uma atuação que fortaleça o pleno exercício de busca da garantia de direitos sociais para a população usuária da Política Social, mesmo que este venha confrontar com o cenário de preponderância do capital.

Além disso, o assistente social inicia sua trajetória profissional a partir das vivências ainda na graduação, dando continuidade ao longo da vida profissional, em momentos e tomadas de decisões. Desta forma, a partir das referências conceituais acerca do tema consultoria e assessoria na PNAS, partindo da tratativa das trajetórias profissionais de assistentes sociais e considerando a importância do tema, até agora objeto de poucos estudos, propõe-se a seguinte questão de pesquisa:

- Como se constitui o processo de desenvolvimento profissional de assistentes sociais mineiros/as que atuam como assessores/consultores junto à Política Nacional de Assistência Social, considerados os acontecimentos marcantes (incidentes críticos) que definem a vida pessoal/profissional/social/política desses profissionais e suas relações com o Código de Ética e o Projeto Ético Político do Serviço Social?

Este problema de pesquisa foi norteado pelos seguintes questionamentos:

- O tempo de experiência na profissão contribui para que os Assistentes Sociais iniciem a atuação em assessoria e consultoria na PNAS?
- Qual o perfil dos profissionais mineiros/as que prestam consultoria/assessoria na PNAS?
- Como os assistentes sociais consultores/assessores compreendem essa atuação enquanto competência orientada pela legislação que orienta e normatiza a profissão?
- Quais os desafios e limitações pessoais/profissionais e institucionais frente às demandas dos municípios para o processo de consultoria e assessorias?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender o processo de desenvolvimento profissional de Assistentes Sociais mineiros/as no campo de consultorias e assessorias na PNAS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Delinear o perfil profissional dos assistentes sociais consultores/assessores;
- Conhecer, nas narrativas de consultores/assessores assistentes sociais, os incidentes críticos relacionados aos desafios, formação, autonomia, compromisso ético-político, perspectivas futuras) que marcam o processo de desenvolvimento profissional;
- Analisar os sentidos e significados atribuídos aos incidentes críticos no processo de consultoria e assessoria à PNAS, em suas relações com a legislação que orienta e normatiza a profissão.

1.3 Delimitação do Estudo

A pesquisa foi realizada com assistentes sociais mineiros que atuam na Política de Assistência Social como consultores/assessores no Estado de Minas Gerais e/ou na União.

Destacamos a escolha do Estado de Minas Gerais para esta pesquisa em virtude do grande número de municípios (853), o que privilegia e desafia consultores/assessores da PNAS, em decorrência das características distintas e ao mesmo tempo das semelhanças, visto que a maioria dos municípios são classificados como Pequeno Porte I.

A PNAS em Minas Gerais é atendida de forma regionalizada por 22 Diretorias Regionais⁴ ligadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

O estado de Minas Gerais possui o 4º território mais extenso do país, além de ser o 2º estado mais populoso, de acordo com o censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se considerado os municípios por porte, de acordo com o Censo Demográfico existem 675 (79,13%) municípios classificados como Pequeno Porte I, 112 (13,13%) municípios de Pequeno Porte II, 37 (4,34%) municípios de Médio Porte, 28 (3,28%) municípios classificados como Grande e apenas 01 (0,2%) classificado como Metrópole (IBGE, 2010).

Não diferente da dimensão do Estado, as demandas para a política de Assistência Social também são vastas. O território, compreendido por meio dos municípios, é singular, o que significa uma grande responsabilidade para compreender e efetivar ações da Política de Assistência Social.

Dentre as responsabilidades gerais dos três entes federados (União, Estado e Municípios) ao que concerne ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estes devem, em consonância com as normas gerais da União, regular e normatizar a Lei do SUAS em sua

⁴ Conforme abrangência definida no Decreto Estadual nº 47.402, de 24/04/2018.

respectiva esfera, conforme previsto na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS-2012). A NOB-SUAS (2005) estabelece o número de CRAS e CREAS de acordo com o porte populacional, bem como a distribuição de recursos financeiros por parte dos entes federativos.

Em Minas Gerais o número de municípios que não possuem a Lei do SUAS atualizada e/ou não a possuem, é preocupante ao que tange a Política Pública e principalmente a garantia de direitos à população usuária. Vejamos a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Municípios de Minas Gerais distribuídos segundo o período de atualização da Lei do SUAS, de acordo com o Censo SUAS 2020

Período de atualização da Lei do SUAS	Total de Municípios
Em 2020	27
Entre 2011-2019	471
Entre 2005 e 2010	44
Anterior a 2004	24
Não possui Lei municipal de Regulamentação do SUAS	247
Total de municípios*	813

(*) Respondido por 813 municípios.

Fonte: Elaborado pela autora (Censo SUAS Gestão Municipal 2020; SAGI/Ministério da Cidadania).

Observa-se, portanto que, embora exista 853 municípios em Minas Gerais, somente 813 responderam o Censo SUAS Gestão Municipal.

Dessa forma, observamos que Minas Gerais se caracteriza como um Estado com alta demanda para a Assistência Social. Todavia, esta análise não busca esgotar todas as análises de indicadores sobre a política de assistência social em Minas Gerais, sendo somente um esboço das múltiplas demandas trazidas para os sujeitos desta pesquisa.

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

A descentralização da PNAS independente da esfera de governo, aumentou as possibilidades dos espaços ocupacionais exercidos pelos Assistentes Sociais, deixando de ser apenas o executor desta política pública e sendo impulsionado a novos desafios no que se refere à formulação, gestão e avaliação.

Iamamoto (2014) reflete sobre o quanto a demanda para além do profissional atuante na ponta/execução aumentou. Cresceram as demandas que abrangem desde às pesquisas,

planejamento, capacitações, treinamentos, gerenciamento de projetos bem como as assessorias e consultorias.

Assim, observa-se a tendência destes profissionais desbravarem esse campo afirmando-se nas novas demandas de trabalho como “um profissional competente em sua área de desempenho, mas generalista em sua formação intelectual e cultural, munido de um acervo amplo de informações em um mundo cada vez mais globalizado, capaz de apresentar propostas criativas e inovadoras (IAMAMOTO, 2014, p. 265)”.

Todavia, tratar do trabalho do/a assistente social no campo de assessoria e consultoria a política pública ainda é desafiador, mesmo sendo uma das competências elencadas na Lei que regulamenta a profissão do Serviço Social no Brasil.

Desta forma, justifica-se a importância de conhecer as trajetórias profissionais dos Assistentes Sociais mineiros que são consultores/assessores na PNAS, em virtude deste trabalho ser importante não só para quantificar e conhecer estes profissionais, mas também para contribuir com os processos formativos em constante desenvolvimento.

1.5 Organização da Dissertação

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Análise e Resultados e Referências.

A Introdução subdivide-se em seis subseções: Delineamento da pesquisa, Problema, Objetivos Geral, Objetivos Específicos, Delimitação do Estudo, Relevância do Estudo/Justificativa e Organização do Trabalho.

A Revisão de Literatura apresenta o panorama da Política de Assistência Social no Brasil a partir de 1988 até 2022; a contribuição do Serviço Social para a efetivação do SUAS no Brasil e, por fim, o panorama das pesquisas sobre consultoria e assessoria de assistentes sociais à PNAS.

A metodologia subdivide-se em quatro subseções: População e amostra, Instrumentos de Pesquisa, Procedimentos para Coleta de Dados e Procedimentos para Análise dos Dados.

Em seguida, apresentam-se os Resultados e Análises, seguido das Referências.

2

REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Política de Assistência Social no Brasil: da CF/88 à atualidade

No que tange às Políticas Públicas Sociais, a Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), foi estabelecida, de acordo com Couto, Yazbek e Silva e Silva (2014) como o novo campo específico de responsabilidade pública do Estado e de direitos dos cidadãos. Explicitamente, a Assistência Social, ao integrar o tripé do Sistema de Seguridade Social juntamente com a Previdência Social e a Saúde, ganhou o *status* de política pública e passou a compor o sistema de proteção social em território nacional, sob a responsabilidade do Estado como direito social não-contributivo e de garantia de direitos para quem dela necessitar (BRASIL, 2004).

A proteção social “abarcava formas institucionais que o Estado promove para proteger aos cidadãos e cidadãs”, traduzido para um sistema de proteção social contra riscos que podem comprometer as condições de vida dos brasileiros e brasileiras (FREITAS, 2017, p. 16).

Conclui-se, portanto, que apesar de o termo política social estar relacionado com todos os outros conteúdos políticos, ele possui identidade própria. Refere-se à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social (PEREIRA-PEREIRA, 2009, p. 171).

A assistência social confrontou-se com muitos desdobramentos até 1993 para a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), principalmente devido ao governo neoliberal que comandava o país na época, configurando um distanciamento entre as ações do Estado e as demandas da sociedade, revelando uma contradição entre a consolidação da Seguridade Social e a concepção de Estado pautada no sistema econômico vigente. Acirrando assim, conforme interesse do governo de Fernando Collor de Mello, as práticas assistencialistas e clientelistas, agravadas pela terceirização da responsabilidade estatal às entidades filantrópicas. “Exercendo uma prerrogativa prevista em lei, Collor vetou na sua totalidade o Projeto de Lei Orgânica de Assistência Social em 17 de setembro de 1990 (BOSCHETTI, 2006, p. 210)”.

Com a queda de Collor, por meio de um impeachment, Itamar Franco, mesmo passando rapidamente pela história como Presidente do Brasil, aprovou a LOAS e criou o Conselho

Nacional de Assistência Social (CNAS), formalizando o que já estava previsto na CF/88 em relação ao controle social (BRASIL, 1993a).

Considerando toda a trajetória da Política de Assistência Social, seus desdobramentos, todo o contexto de luta e principalmente os embates entre sociedade civil e governos resistentes, era de extrema necessidade assegurar também, por meio da LOAS, os processos democráticos de participação popular, que se materializam por meio dos Conselhos e das Conferências de Assistência Social como organizações representativas da sociedade (ROCHA, 2018).

Entretanto, a Política de Assistência Social, mesmo após a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993a), continuou por muito tempo vista como uma Política caritativa e de benevolência, tendo seu rumo histórico mudado a partir da concepção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) mais de uma década após a chegada da LOAS.

Explica-se essa delonga por meio da conjuntura observada ao período, no qual se desdobravam as adversidades e incompatibilidade entre estruturas econômicas e investimentos sociais do Estado, uma vez que o ideário neoliberal reafirma a linha de dever moral em prestar o assistencialismo aos pobres, resistindo ao reconhecimento desses, enquanto cidadãos de direitos (COUTO; YAZBEK E SILVA E SILVA, 2014).

Nesse sentido, Teles (2012) reflete que a implementação das políticas sociais públicas voltadas para o atendimento de necessidades sociais e comprometidas com a ampliação e a consolidação de direitos, continua sendo um desafio para toda a administração pública, em função das transformações contemporâneas que atingem o mundo do trabalho, o Estado e as próprias políticas.

Em 2003, ao cerne da IV Conferência Nacional de Assistência Social (CNAS/2003), houve a deliberação que foi o pontapé para que a Política de Assistência Social deixasse de ser um modelo pontual de ações imediatistas e se tornasse, enfim, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), originando o novo texto da PNAS em 15 de outubro de 2004⁵.

A PNAS, é “fruto de muita resistência e de ruptura frente à implosão de direitos alimentada pelo ideário neoliberal (COUTO; YAZBEK E SILVA E SILVA, 2014, p. 60)”.

Ressalta-se que a necessidade de estruturar a Política Nacional de Assistência Social e formulação de um sistema único desta política foi retratado desde a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social em 1995, mas foi somente em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, que esta foi aprovada.

⁵ Resolução n.145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e publicada no DOU de 28 de outubro de 2004.

A PNAS chega para fazer história na Política de Assistência Social, vem para consolidar e fortalecer tudo o que foi proposto pela LOAS bem como pelos princípios citados na CF/88, compreendendo a Assistência Social como uma Política Pública. Assim, a PNAS marca uma nova era da Assistência Social no país, trazendo amplitudes e clarezas ao que tange a universalidade de direitos a população usuária da Assistência Social e da igualdade de acesso aos serviços de canto a canto do país, baseada em um modelo de gestão compartilhada pelos três níveis de governo, implicando a organização do SUAS.

Neste sentido, a PNAS posiciona a Assistência Social como Proteção Social não contributiva, apontando as ações que visem “proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais (COUTO; YAZBEK E SILVA E SILVA, 2014, p. 64)”.

O SUAS, instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, “foi criado em Lei em 2011, com a aprovação da Lei nº 12.435, que alterou dispositivos da Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e garantiu no ordenamento jurídico brasileiro inúmeras conquistas efetivadas ao longo desses anos (BRASIL, 2012, p. 13)”. Dessa forma,

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (BRASIL, 2004, p. 39).

Assim sendo, seguindo o processo de construção e normatização de uma nova Assistência Social no Brasil, o SUAS chega em 2005⁶, aprovado por meio Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O SUAS está focado em conexões que abarcam todo o território e visa fortalecer as ações entre o Estado e as iniciativas da sociedade civil, além de consolidar o modelo de gestão descentralizada, cofinanciada e compartilhada entre União, Estados e Municípios.

⁶ Aprovado pelo CNAS por meio da NOB n.130, de 15 de julho de 2005

De acordo com Rizzotti (2010, p. 186) a implantação do SUAS tem por objetivo o “rompimento com a tônica assistencialista e supletiva adotada pelos vários governos brasileiros”.

Foram padronizadas as nomenclaturas; os valores financeiros repassados por pisos de proteção atrelados ao tamanho (porte) do município conforme índices populacionais; a regulação de serviços, programas, projetos e serviços e a operacionalidade da Política de Assistência Social que passou a ser realizada com sistemas de informação com o intuito de monitorar e avaliar os resultados em todo o Brasil.

Em 2005, houve a implementação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2005)⁷, significando avanços para a política de assistência social, ressaltando a criação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O CRAS, conforme aponta Brasil (2009) trata-se de uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, trabalhando desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos sociais. Já os CREAS é uma unidade pública da Assistência Social que atende pessoas que vivenciam situações de violações de direitos ou de violências (BRASIL, 2011, p. 11).

O SUAS em 2006 avançou com a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)⁸ consolidando os princípios e diretrizes nacionais além dos preceitos éticos para os recursos humanos atuantes no SUAS tanto no âmbito governamental quanto em organizações de assistência social oriundas da sociedade civil, garantindo ainda a capacitação continuada e planos de carreira a todos os profissionais atuantes, do nível fundamental de escolaridade ao nível superior.

A NOB-RH/SUAS avança no enfrentamento, buscando superar a cultura da benevolência e de ações improvisadas na assistência social, definindo os instrumentos de profissionalização e socialização da assistência social, normatizando e orientando sobre as composições de equipes básicas de referência para os serviços que “envolvem um conjunto diversificado de profissões, competências e atributos, instalando-se nova divisão sociotécnica do trabalho no âmbito do SUAS”, definindo ainda, as diretrizes para a capacitação continuada dos trabalhadores do SUAS (COUTO; YAZBEK E SILVA E SILVA, 2014, p. 84).

⁷ Aprovado pela resolução CNAS n°269 de 13 de dezembro de 2006

⁸ Sobre o assunto, consultar MDS/CNAS, Resolução n.269, de 13 de dezembro de 2006.

A ótica do trabalho coletivo no SUAS é orientada por um projeto ético-político categórico de diferentes profissões, onde o Serviço Social, assume, afirmado por Couto, Yazbek e Silva e Silva (2014), o protagonismo histórico com sua atuação profissional dos Assistentes Sociais frente que contribui e respalda até os dias atuais para os avanços da assistência social no Brasil.

A questão aqui colocada é a ressignificação do trabalho e do trabalhador da assistência social, através de um novo cenário da Política Pública de Assistência Social.

Em 2009, houve um novo e considerável avanço para o SUAS; Com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais⁹, a Proteção Social passa a ser explicitamente dividida em 02 níveis de complexidades de proteção social: Proteção Social Básica, que visa a inclusão social e apresenta o caráter preventivo e de fortalecimento de vínculos e a Proteção Social Especial, que é subdividida em dois níveis de Proteção, sendo eles: Média Complexidade e Alta Complexidade, sendo que a primeira visa o acompanhamento de famílias e indivíduos que apresentem situações de violações de direitos mas não possuem vínculos familiares e comunitários rompidos; A segunda busca acompanhar e garantir a proteção integral a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos sociais violados e vínculos familiares e comunitários rompidos.

De acordo com a LOAS (1993), alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, Capítulo III, um dos objetivos da Assistência Social se refere à necessidade de “implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social (BRASIL, 2013, p. 14)”, objetivo este que passou a ser colocado em prática após longas discussões trazidas pelas conferências nacionais de assistência social, inserido também na PNAS/2004.

Com vistas às conquistas da PNAS através do SUAS, os anos seguintes foram de muitos avanços. Em 2012 a NOB/SUAS que regulamenta o funcionamento do SUAS teve a aprovação de um novo texto através do CNAS.

Pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovada em dezembro de 2012 pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a nova NOB SUAS expressa os inúmeros avanços conquistados nos últimos oito anos de implantação do SUAS, assim como o processo de priorização das políticas sociais observado no país na última década.

Com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, a atenção às populações em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco pessoal e social entrou definitivamente na agenda pública brasileira (BRASIL, 2012, p. 11).

⁹ Resolução MDS/CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU em 25 de novembro de 2009

No ano de 2012 o SUAS já estava presente em quase todo território nacional e foi o ano de mais um grande avanço. Com a aprovação de uma nova Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS-2012), a Assistência Social, enquanto política pública, avança ao reconhecer que o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social exige medidas de caráter continuado dos serviços, programas, monitoramento e principalmente a ampliação no acesso aos direitos sociais (BRASIL, 2012).

Em 2013, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) foi de fato implantada, visando corroborar com a profissionalização do SUAS, que ao longo de 8 conferências Nacionais de Assistência Social foi debatida, sendo colocada a necessidade de os profissionais serem capacitados de forma continuada para que, além de contribuírem com a profissionalização do SUAS, pudessem auxiliar na consolidação de uma Política Pública de Assistência Social efetiva e cada vez mais preparada para atender aos cidadãos brasileiros que dela necessitarem.

O olhar retrospectivo sobre essa construção histórica nos permite formular hoje respostas diversas daquelas já experimentadas e nos coloca em melhores condições de lidar com os desafios presentes e nos lançar sobre os horizontes futuros que esta Política Nacional de Educação Permanente ajudará a realizar, na perspectiva da construção e da disseminação de conhecimentos, habilidades e atitudes que promovam a qualificação das diferentes dimensões da gestão, da implementação e do controle social do SUAS (BRASIL, 2013, p. 26).

Assim, a PNEP/SUAS (2013) visa desenvolver junto aos trabalhadores da Assistência Social condições, competências e capacidades para a melhoria continuada do SUAS, potencializando principalmente, a produção, a sistematização e a multiplicação de conhecimentos. Neste sentido, a PNEP/SUAS (2013) é uma política voltada para a qualificação dos trabalhadores da política de assistência social, disposta na NOB/RH-SUAS, com o intuito de garantir qualidade dos serviços, para efetivação do direito atrelado à proteção social, previsto desde a Constituição de 1988 (CF/88).

Couto, Yazbek e Silva e Silva (2014) afirma que quanto mais qualificados os trabalhadores do SUAS estiverem, menos sujeitos a ações improvisadas e passivas estes estarão. Neste sentido, a educação permanente continuada vem contribuir também com a minimização de práticas assistencialistas nos espaços institucionais, além do aumento do repertório com consistência ético-política e teórico-operativa do trabalho realizado.

A PNEP/SUAS (2013), se coloca como um desafio aos trabalhadores e trabalhadoras da política de assistência social, para a compreensão das particularidades e singularidades

existentes em cada território de atuação, priorizando sempre a qualidade nas ofertas dos serviços, demonstrando o quanto o SUAS é dinâmico.

Portanto, a PNEP/SUAS (2013), busca desvencilhar o profissional da assistência social, assegurado pela NOB-RH/SUAS, das perspectivas assistencialistas. Pauta-se por uma luta incessante de valorização do profissional atuante no SUAS, além de priorizar a oferta dos serviços com qualidade, diferenciando-os de práticas benevolentes e de caridade, além de conhecer e compreender o contexto em que o trabalhador do SUAS se encontra.

Vale aqui lembrar que a NOB-RH/SUAS é um grande marco para os trabalhadores da assistência social, pois estabeleceu parâmetros e elementos primordiais para o trabalho, além de regular o financiamento pelas três esferas de governo. Definiu também os mínimos exigidos para cargos de coordenação dos equipamentos e gestão do SUAS, atrelados às competências e experiências com o trabalho social, programas, projetos e serviços.

Consoante ao processo de firmamento da Política de Educação Permanente, ocorreu também a implementação do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSuas) que tinha por objetivo central a capacitação de trabalhadores, gestores e conselheiros da assistência social, implementando planos estratégicos dos entes federativos.

De acordo com Freitas (2017), através do CapacitaSUAS o pacto federativo previsto desde a Constituição de 88 (CF/88) tomou corpo, implantando ações continuadas nas três esferas de governo, possibilitando também um breve diagnóstico de exacerbadas limitações no modelo executado.

O CapacitaSUAS, consoante com a Política Nacional de Educação Permanente, apresenta a tentativa de colocar o instrumento de organização e planejamento pautado na PNAS com o foco do fortalecimento dessa política, por meio da capacitação de seus trabalhadores. Todavia, limitações são postas, desde as “relacionadas questões estruturais de condições de trabalho, além de lidar propriamente com as expressões da questão social¹⁰ (FREITAS, 2017, p. 68)”.

Essas limitações do CapacitaSUAS começam nos vínculos precarizados do trabalho, às quais os profissionais do SUAS muitas vezes são submetidos, perpassando pela falta de condições dignas e de qualidade para o desempenho com primazia de suas funções em defesa da proteção social e por uma assistência social “para quem dela necessitar” (BRASIL, 1993a).

¹⁰ Para Iamamoto; Carvalho (2014), a Questão social “[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão” (p.77).

E especificamente falando da qualificação de assistentes sociais no SUAS, embora seja constatada a ampliação de postos de trabalho para a categoria, identifica-se também a precarização das condições de trabalho. Conforme apontado por Brisola e Silva (2014, p. 76) essa precarização é uma realidade cada vez mais intensa na Política de Assistência Social, levando ao questionamento até da própria NOB-RH, enquanto normativa dos trabalhadores do SUAS. Os impactos vão além das condições de trabalho, pois atingem os usuários da política trazendo uma configuração de desprofissionalização e descontinuidade das ações.

Nesse viés, destaca-se também a grande rotatividade de profissionais gerando uma demanda constante de recomenços e novas capacitações. E como traçado anteriormente esse percurso da Assistência Social, que é um campo marcado pela restrição de recursos financeiros, trazendo à tona a impossibilidade de consolidação de carreiras públicas, evidenciando ainda mais essa precarização, a desvalorização do funcionalismo público e a rotatividade (COUTO; YAZBEK E SILVA E SILVA, 2014).

2.2 A trajetória do Serviço Social no processo de Conquistas para Assistência Social

Para discorrer sobre o Serviço Social no campo da política de assistência social é necessário resgatar a base da profissão que é a questão social, ligada à luta pelos direitos sociais através de um projeto profissional comprometido com a cidadania. Neste sentido, o Assistente Social intervém através de um posicionamento crítico da realidade, necessitando de “uma sólida base de conhecimentos e de uma direção política consistente para desvendar as forças sociais em presença” (MORAES E MARTINELLI, 2012, p. 6).

E trazendo as reflexões de Martinelli (2011), que eloquentemente perfaz a caminhada do Serviço Social, enquanto uma profissão com demasiadamente marcada pelo capitalismo e suas variáveis como alienação e antagonismo, que se constata na estratégia burguesa de controle social para lhe garantir a permanência histórica; ou seja, a profissão nasce em um cenário já de identidade capitalista e advém do poder da classe dominante, fazendo necessário distanciar sua prática profissional da própria história, resgatando ainda que a política social é o objeto central da formação e intervenção profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Consoante ao tema, Nalesso e Rizzotti (2018, p. 281) apontam que o processo da profissionalização do Serviço Social foi marcado por vicissitudes, se situando tanto na direção da manutenção do sistema capitalista quanto, também, na luta em benefício da classe trabalhadora, resgatando que a intervenção profissional do assistente social se dá nas

“consequências da relação capital e trabalho” materializadas nas “expressões materiais das classes dominadas”.

Neste sentido, cabe lembrar que em 1936 nasce a primeira escola de Serviço Social no Brasil em São Paulo e, desde então, a profissão teve, de acordo com Cardoso (2013, p. 431) diferentes projeções do profissional do Serviço Social na “disputa pela hegemonia do direcionamento intelectual e político” da profissão, tendo em vista que a profissão no Brasil foi resultante da Igreja Católica e do Estado, onde Netto (2009) afirmada que o processo de profissionalização do Serviço Social se dá com o intuito de atenuar os antagonismos causados pelo modo de exploração do sistema capitalista.

Sob a perspectiva da manutenção da ordem vigente e de mascarar o antagonismo existente entre classe trabalhadora e capitalistas, as assistentes sociais são chamadas para intervir de forma direta nas questões sociais, embasadas em uma concepção conservadora, caridosa e filantrópica. Lisboa (2010, p. 67) analisa que o caráter religioso e vocacional deste início da profissão no país, redundou no reconhecimento da profissão como uma carreira destinada para mulheres, devido a necessidade de atributos como: vocação para ajuda, de abnegação e de entrega, que seriam socialmente reconhecidos como atributos femininos. Identifica-se, dessa forma, a clara divisão sexual do trabalho. Tal divisão é perceptível na foto da primeira turma de assistentes sociais diplomadas no Brasil na capa do célebre livro de Yamamoto e Carvalho (2014), composta exclusivamente por mulheres (MONTEIRO, 2017, p. 2).

De acordo com o estudo sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil¹¹, realizado em 2022, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em totalidade ao grupo pesquisado, ou seja, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino, fazendo importante perceber a capacidade da mulher, frente aos rumos da profissão no país, alterando, desde o início da história da profissão, os preceitos éticos, metodológicos e políticos do Serviço Social.

Yamamoto (2014) destaca que um dos maiores desafios para o profissional do Serviço Social na contemporaneidade é a capacidade de realizar a leitura da realidade de forma a decifrá-la e desenvolver propostas criativas de trabalho, que sejam capazes de zelar, defender e, ao mesmo tempo, efetivar direitos a partir de demandas intrincadas no cotidiano.

Marcado pela uma trajetória de muitos embates e contradições, a questão social, como *locus* de atuação do Assistente Social, está presente desde os primórdios da profissão. Decifrar

¹¹ Sobre este assunto consultar:
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess - PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf

os determinantes e as múltiplas expressões das vulnerabilidades sociais humanas é requisito para avançar na história do Serviço Social brasileiro.

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos (IAMAMOTO, 2014, p. 114).

Assim, para compreender a questão social existente é necessário decifrar as desigualdades de classes, no seu mais amplo recorte no que tange a gênero, raça, cor, etnia, bem como decifrar, conforme aponta Iamamoto (2014), as mais diversas formas de luta e resistência experimentadas pelos sujeitos.

As chamadas “políticas sociais”, de acordo com Guerra (2014), constituem-se em elementos da questão social postos na sociedade em que estão envolvidos interesses dicotômicos, mediados pelo Estado. O espaço de atuação vai além do âmbito restrito de atuação política do Estado junto às classes trabalhadoras e institui-se como instrumentos que visam diminuir as violentas formas de expressão social caracterizadas.

Seus objetivos se dissolvem pelas fragmentações produzidas no/pelo processo de trabalho e pelas ambiguidades que comparecem nas funções e estratégias adotadas pelo Estado, conformando ao atendimento às questões sociais uma racionalidade que, ao mesmo tempo que põe a necessidade das políticas sociais, permite uma aproximação à sua lógica de constituição (GUERRA, 2014, p. 187).

Nalesso e Rizzotti (2018, p. 282) destacam ainda que as políticas sociais no Brasil empreendem o sistema de proteção social, nasceram e desenvolveram estritamente na ótica do trabalho formal. Nesse sentido, o trabalho não-formal, fica de fora do campo da seguridade social não contributiva, ficando estes à graça da Igreja e da sociedade através da caridade e da benevolência, contribuindo para práticas vexatórias e discriminatórias aos que vivem em situação de pobreza.

O Brasil, neste contexto, passa a necessitar de um profissional que tenha condições de atuar na polivalência de ações e interdisciplinaridade profissional. A emergência profissional do Serviço Social é, em termos históricos-universais, indissociável da ordem monopólica, cria e funda a necessidade da profissionalidade do Serviço Social (NETTO, 2011, p. 70).

Neste sentido, a partir do reconhecimento do Serviço Social, regulamentado como uma profissão liberal¹², o Estado torna-se o maior empregador dos profissionais assistentes sociais, visto que o Serviço Social brasileiro afirma-se como profissão, fixando o Assistente Social como um profissional intelectual que dentro das suas funções, conforme explicitado por Iamamoto e Carvalho (2014), possui como instrumento básico a linguagem voltada para intervenções na realidade, valendo-se dos conhecimentos acumulados, produzidos e adquiridos por outras ciências, aplicando-os à realidade posta no dia a dia para subsidiar sua prática.

Nesse sentido, já no período entre as décadas de 1960 e 1970, os profissionais assistentes sociais passam a se posicionarem como trabalhadores em prol da classe trabalhadora, conforme explicita Yazbek (2009a)

O questionamento a esse referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações (YAZBEK, 2009a, p. 148).

Dessa forma, já na década de 1970, através das aberturas democráticas ocorridas no país, o Serviço Social adentra em um período de renovação crítica, se acercando da teoria marxista e posicionando-se a favor da classe trabalhadora, destacando ainda marcos importantes para a profissão, como o “Congresso da Virada” em 1979 e a aprovação do Código de Ética Profissional, sendo o primeiro em 1986 e posteriormente o de 1993, mesmo ano que há a regulamentação da Profissão, por meio da Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993 (BRASIL, 1993b).

O Serviço Social situa no período de redemocratização como uma profissão presente na busca dos direitos sociais da população, participando efetivamente de diferentes espaços e instâncias, conquistando avanços em legislações como na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), deixando os Assistentes Sociais, conforme aponta Iamamoto (2014) e Yazbek (2009a), de serem apenas executores terminais das políticas

¹² Portaria do Ministério do Trabalho, nº35 de 19 de abril de 1949.

sociais e passando a serem visto como essenciais no planejamento e gestão das políticas públicas.

Dessa forma, Nalesso e Rizzotti (2018) afirmam que,

Esse foi, sem dúvida, um momento de grandes avanços para a profissão, que percebeu que seus pressupostos convergiam para as proposições dos direitos pautados pela nova Constituição e que as habilidades profissionais credenciavam os assistentes sociais a participar da proposição e gestão das Políticas Sociais. O novo ordenamento constitucional orientava para o alargamento dos direitos e do sistema protetivo, trazendo como diretrizes a universalização de acesso, a descentralização e a participação social, o que passa a coadunar-se com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, sobretudo o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão editados em 1993. Destaca-se que o Código aponta para a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, da democratização das políticas sociais (NALESSO E RIZZOTTI, 2018, p. 287)

Nesse viés, Iamamoto (2014) reflete que, exige-se do assistente social uma bagagem “teórico-metodológica que possibilite a interpretação crítica do contexto de trabalho, considerando a realidade na qual está inserido, a capacidade de propor estratégias tangíveis bem como a negociação entre população e entidades empregadoras (IAMAMOTO, 2014, p. 80)”.

Portanto, percebemos a importância das políticas sociais para o Serviço Social como profissão, como um “espaço catalisador de experiências e exigências” que favoreceram ao longo da história, a diminuição da dominância da Igreja católica na profissão, e também para “a apropriação de novos referenciais teóricos e posturas profissionais (NALESSO E RIZZOTTI, 2018, p. 285)”.

Neste sentido, a década de 1990 é de grandes avanços para o Serviço Social, mesmo diante do cenário neoliberal e neoconservador do Brasil. A profissão se afirma na luta pela emancipação política, sem perder, conforme afirma Cardoso (2013, p. 211), o “horizonte da emancipação humana”. Assim, estes elementos contribuem para a materialização do Projeto ético-político profissional, expressando desde este período a “referência progressista e crítica hegemônica” no Serviço Social, sendo o cerne da ação profissional, a emancipação e a luta pela emancipação política dos indivíduos.

Uma das projeções de dever ser na profissão no contexto da implantação do neoliberalismo no Brasil, situada como projeto hegemônico a partir da década de 1990 até os dias de hoje, em continuidade ao projeto de ruptura. Sua teleologia aponta para a emancipação humana que pressupõe a transformação social, entendendo que esta não é papel de uma profissão e sim de uma classe social. Suas dimensões política e ética pautam-se na perspectiva emancipatória explicitada pela assunção do compromisso com a radicalização

da emancipação política, tendo como horizonte a emancipação humana. Tem como referência teórica o materialismo-histórico-dialético donde a incorporação de importantes categorias analíticas: práxis, contradição, mediação, entre outras, que impactaram a compreensão sobre o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e, portanto, o assistente social como classe trabalhadora, tendo importante papel no estabelecimento de mediações políticas, teóricas e éticas nessa relação, utilizando-se das políticas sociais como meio/instrumento nesse processo (CARDOSO, 2013, p. 212).

Vale reforçar que o objeto de trabalho do Serviço Social está implicado no enfrentamento da questão social. Em virtude disso, as expressões da questão social trazem a necessidade de atuação do Assistente Social junto a crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, entre outras questões ligadas diretamente as políticas sociais. Em outras palavras,

a questão social exige necessária compreensão, bem como mediações para entendê-la nesse contexto de transformações e decifrar suas novas expressões. Deriva daí também um novo tratamento para as expressões que aí surgem e se metamorfoseiam, visto que alteram-se as formas de enfrentamento diante do seu processo de agudizamento (SILVA; DANTAS E DANTAS, 2017, p. 03).

Desta forma, é importante ressaltar que a mediação é uma categoria central do Assistente Social. Uma das categorias centrais da dialética, a mediação possui dupla dimensão: ontológica e reflexiva. A primeira se dá pelo real, independente do conhecimento e a segunda, ultrapassa o plano da imediaticidade, que de acordo com Moraes e Martinelli (2012) necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto.

Entender essa categoria reforça a particularidade da profissão que, de acordo com Pontes (2010, p. 164) a “particularidade histórica da profissão implica a necessidade de sua universalidade se singularizar e de sua singularidade se universalizar”.

É por meio desta particularidade que o Assistente Social visualiza as demandas sociais para o exercício e intervenção profissional e na singularidade é expressada a prática.

A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. [...] O particular e o universal já estão em si, contidos no dado imediato e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações ocultas na imediaticidade são postas à luz. [...] a particularidade é um inteiro campo de mediações. São as mediações que asseguram o movimento, a processualidade na relação “complexo-dinâmica entre complexos - [...] dinâmicos” na totalidade concreta: [...], portanto, na estrutura da própria realidade - concebida como totalidade concreta está a categoria mediação (categoria ontológica e reflexiva) [...] (PONTES, 1989, p. 22-24).

Analisar o exercício do Assistente Social na contemporaneidade, é necessário entender como é realizado suas atividades profissionais, sendo que, o Estado é o maior empregador da classe profissional, contribuindo no exercício de suas funções com o “planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 113)”.

Portanto, compreender o Serviço Social desde sua origem aos tempos atuais, é compreender que a história é movimento, como apontado por Martinelli (2011), é compreender que essa dinamicidade traz novas possibilidades, e assim se fez e ainda faz para a profissão, que deve caminhar no sentido de “participar coletivamente do processo de produção de novas relações sociais e de criação de alternativas peculiares de enfrentamento da relação capital-trabalho (MARTINELLI, 2011, p. 159)”.

2.3 Panorama da pesquisa sobre consultorias e assessorias prestada por assistentes sociais à PNAS

A revisão, inicialmente limitada aos materiais publicados nos últimos cinco anos (2015-2020), teve como objetivo a identificação, leituras e fichamentos de artigos, teses e dissertações sobre consultorias e assessorias prestada por assistentes sociais à PNAS, através de buscas no Portal de Periódicos CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Foram, inicialmente, identificadas as revistas de Serviço Social, qualificadas pelo *Qualis Periódicos*¹³, da Plataforma Sucupira da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), entre os extratos A1 a B3, de acordo com o padrão. Posteriormente foi realizada também a busca de dissertações e teses no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Foi realizada a leitura dos resumos de todo o material selecionado, classificando-os para utilização ou não na pesquisa. Embora a busca de material tenha apontado centenas de conteúdos entre artigos, teses e dissertações, após a leitura, poucos foram selecionados, pois o levantamento bibliográfico apontou somente 23 (vinte e três) unidades em artigos, teses e dissertações que abarcam os descritores, ou seja, palavras chaves consoantes ao fenômeno de estudo sendo: “Trajetórias Profissionais”, “Assessoria”, “Consultoria” na Assistência Social, no Sistema Único de Assistência Social e no Serviço Social. Os dados referentes aos descritores

¹³ O *Qualis Periódicos*: trata-se de um conjunto de procedimentos utilizados para avaliar os periódicos científicos no Brasil, classificando as produções científicas. Para maiores detalhes consultar: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

pesquisados que fazem referência a Trajetórias Profissionais de Assistentes Sociais que atuam em assessorias e consultorias na Política Pública de Assistência Social ainda são relativamente baixos se correlacionados com outros temas de pesquisa.

Para ampliar o panorama das pesquisas sobre o tema, posteriormente partiu-se para a identificação de outras publicações no referencial bibliográfico do material inicialmente realizado. Resultados significativos foram obtidos por meio de livros, identificados a partir de consultas às bibliografias utilizadas pelos artigos, teses e dissertações selecionados, vindo a compor o estado da arte sobre o fenômeno de estudo, além de outras produções que fugiram do período inicialmente delimitado, mas que abarcam muitos descritores da pesquisa em curso.

Para compreender a trajetória das Políticas Sociais no Brasil, faz-se necessária uma releitura dos fatos históricos. “A diversidade de políticas sociais face aos anseios da expansão da democracia deflagrou contradições, trajetórias inesperadas e entendimentos forjadamente polarizados sobre a noção de cidadania (ALVES, 2018, p. 2372)”.

Partindo como referência ao tema, a Lei de regulamentação da profissão do Serviço Social, Lei nº8.662/1993 identifica o exercício de consultoria e assessorias como atribuição privativa dos profissionais assistentes sociais, além de dispor como uma das competências do assistente social.

A assessoria, como apontam Bravo e Matos (2010), tem sido extensivamente utilizada como uma estratégia para o aperfeiçoamento das Políticas Públicas, bem como para o aprimoramento continuado dos profissionais que nela atuam.

Fonseca e seus colaboradores (2013) pontua sobre alguns fatores que determinam a necessidade de assessoria, sendo eles advindos da estrutura organizacional do trabalho das equipes, que no cotidiano de sua prática profissional, não reúnem condições de proporcionar espaços para estudos e análises, ou quando submetidas às capacitações, observaria o tempo necessário para aquisição de tais competências. Nessa perspectiva, a assessoria apresenta-se como uma resposta mais rápida e, um outro fator é a necessidade de um agente externo, capaz de trazer um olhar diferente, frente àquelas demandas de dinâmicas institucionais que de certa forma, estão engessadas e não favorecem a ampliação desse olhar diferenciado. E por último, a autora destaca também um outro fator “é um aspecto de ordem social, que é a exclusão de certos segmentos daquela tecnologia, daquele conhecimento, e então eles só podem acessá-los através do processo de assessoria (FONSECA *et al.*, 2013, p. 65)”.

Cabe ressaltar que nos anos de 1990 o trabalho de assessorias e consultorias prestadas por profissionais Assistentes Sociais foi reconfigurado de forma a atender ao contexto de descentralização das políticas públicas sociais, entre elas, a Política de Assistência Social.

Desde então, “esse momento proporcionou a efervescência da Assessoria e Consultoria social e expandiu a entrada desse profissional nas diversas instituições e áreas de atuação (OLIVEIRA, 2019, p. 110)”.

Todavia, “o espaço ocupacional do Assistente Social é constructo da história e sofre influência direta dos determinantes econômicos, sociais e culturais da sociedade capitalista” (OLIVEIRA, 2019, p. 113).

As consultorias, de acordo com Gomes (2015), podem ser prestadas aos profissionais desde a gerência até aos colegas assistentes sociais e de outras formações que “tenham interesse na troca de conhecimentos, assim como a outros grupos de trabalhadores. Contudo, não se propõe substituir as tarefas de outros profissionais contratados. Quando ocorre a contratação de um assistente social para a realização de atividades contínuas por prazo indeterminado, é um processo de terceirização do serviço e não de consultoria (GOMES, 2015, p. 370)”.

Ozelame (2018), por exemplo, chama a atenção para a falta de debates sobre este tema por parte da categoria profissional de Assistentes Sociais. É sabido que existem profissionais atuando nessa área, porém, há poucos acompanhamentos e/ou debates sobre como isso está acontecendo, o que gera estranhamentos por parte de outros profissionais que não se aprofundaram neste tema.

Peres (2011) traz a preocupação que a formação acadêmica, através da construção do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social, tem tido em preparar o assistente social para atuar sobre a realidade do século XXI, sobretudo nas políticas sociais. Porém, a formação para a prática da gestão ainda é falha, pois a ideologia marxista fortemente presente na educação profissional difunde a visão da gestão enquanto arcabouço da questão social.

Concernente a temática, é importante frisar que a implementação de política em âmbito municipal é um processo permeado pela subjetividade dos atores envolvidos, pelo contexto territorial, limitação orçamentária, capacidade técnico-administrativa e interação entre as partes envolvidas. A centralidade do fator problema na implementação da política está nas questões técnico-administrativas, abarcando os recursos humanos como um todo e que, “sem dúvidas, o desconhecimento de técnicos e de políticos acerca das especificidades da assistência social aparece como fator relevante para entender os problemas na ponta (SÁTYRO E CUNHA, 2019, p. 421)”.

Os desafios postos para a formação profissional, abarcam então o caráter privatista e centralidade no ensino, perfil dos docentes e o adensamento teórico-analítico para reconhecer a profissão, considerando sua dupla natureza: analítica e interventiva.

O adensamento teórico-analítico deve possibilitar ao futuro profissional tomar a realidade social como referência para construir as respostas interventivas de modo a atender às demandas socialmente postas no cotidiano profissional, levando em consideração as condições sob as quais o exercício profissional se materializa, refletindo acerca das requisições do mercado de trabalho e das condições objetivas de trabalho; a configuração das políticas sociais e sua funcionalidade nos marcos de uma sociedade capitalista; as demandas profissionais e a necessidade de sua reconstrução para o atendimento das necessidades apresentadas pelos sujeitos atendidos pelo assistente social (PORTES E PORTES, 2017, p. 226).

A assessoria, por meio da sua dinâmica multidisciplinar e capacidade de dialogar com a teoria e prática, permite o melhor planejamento das ações, execução dos serviços e aprimoramento da gestão do trabalho. A complexidade da gestão social dos serviços no SUAS, apresenta a necessidade de apresentar as mais diversas formas que a assessoria pode contribuir para que os equipamentos, como, por exemplo, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), elabore “possibilidades de ação mais concretas e consiga sistematizar ideias formulando e planejando de maneira eficaz essas atuações (RAMOS, 2015, p. 67)”.

A assessoria executada por Assistentes Sociais tem por características natas, conforme aponta Bravo e Matos (2010), a capacidade de apresentar estratégias factíveis de serem implementadas no exercício profissional, a partir da análise da realidade, exercendo um papel erudito, podendo ou não estar associado ideologicamente a uma proposta que vise a assessoria para a emancipação da classe trabalhadora ou para a dominação desta classe.

Para tanto, é importante os e as Assistentes Sociais “romperem com a visão endógena e focalista, prisioneira de muros internos (IAMAMOTO, 2014, p. 20)” para avançar horizontes e ter sintonia com as demandas dos tempos atuais. Desta forma, os assistentes sociais que atuam com assessorias e consultorias, precisam desenvolver capacidades e construir propostas capazes de contribuir para o desenvolvimento social sem se desvencilhar do projeto ético-político da profissão, contribuindo ainda para a garantia e efetivação de direitos humanos sociais.

Araújo (2015) resgata a importância do processo de educação continuada, como algo permanente aos profissionais do SUAS, indo ao encontro para uma melhor gestão do trabalho e ofertas de serviços com maior qualidade, estratégia esta da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.

Isso se traduz especificamente aos assistentes sociais, como aponta Bravo e Matos (2010), a necessidade de uma densidade teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, que é adquirida por meio de uma formação profissional continuada, uma vez que o locus do cotidiano profissional demanda essa capacitação continuada, uma vez que constitui-se em espaços dinâmicos de materialização das expressões da questão social. Portanto, assegurar

esse perfil profissional é garantir que assistentes sociais estejam aptos a pensar e avaliar sua prática profissional para romper com posicionamentos passivos nos espaços profissionais.

Iamamoto (2014) afirma que é no processo de planejamento, execução e avaliação de estratégias e ações, que o Assistente Social vai se formando e se transformando em um “recurso vivo”, cada vez mais preparado e qualificado para identificar as dicotomias do exercício profissional no campo das assessorias.

Contrariando ao pensamento de que a assessoria representa o fechamento de vagas de trabalho e mesmo a substituição de um assistente social de carreira por um profissional contratado a título precário, “a assessoria, quando realizada com qualidade e compromisso profissional, resulta não só na abertura de espaços de trabalho para o Serviço Social como passa a ser vista como categoria capacitada para compreender as estruturas das políticas sociais e nelas intervir (PERES, 2011, p. 188)”.

Ao encontro de Peres (2011), Oliveira (2019) reflete a existência da compreensão sobre a importância do estudo permanente e principalmente o aprofundamento teórico, por parte dos assistentes sociais consultores/assessores para uma boa execução do trabalho. Aponta para a necessidade de apreensão para o campo de assessorias e consultorias prestadas por Assistentes Sociais na contemporaneidade.

Daí então, a necessidade de o e a profissional ter consciência e postura ética direcionadas pelos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social, estando preparado para o enfrentamento à circunstância dos retrocessos dos direitos sociais e égride da classe trabalhadora.

O assistente social consultor/assessor, contribui, conforme afirma Teles (2012) para que o profissional e as equipes assessoradas, planejem e avaliem o trabalho na perspectiva da defesa e materialização dos direitos sociais, a partir da apreensão do Projeto ético-político do Serviço Social.

Fonseca (2010) apresenta a assessoria como “prerrogativa profissional” e requer dos profissionais a atualização de conhecimentos de forma constante.

Bravo e Matos (2010) refletem sobre a importância das universidades juntamente ao processo de assistentes sociais consultores/assessores. Ao encontro de Vasconcelos (2006), ambos autores prezam para que o ambiente acadêmico assegure a continuidade de um processo de formação profissional que objetive “garantir uma prática planejada e avaliada nas suas consequências” (VASCONCELOS, 2006, p. 11).

Assegurar este perfil aos Assistentes Sociais trará possibilidade de planejamento, análise e avaliação da sua prática com o intuito de romper com inserções passivas avessas ao exercício

profissional. Ou seja, este perfil pode contribuir, de acordo com os autores, com “ganhos para os usuários a partir de uma prática que fortalece o caráter público” (VASCONCELOS, 2006, p.15).

Para a maioria dos autores analisados, o Assistente Social que trabalha com consultorias/assessorias, devem ter domínio do conhecimento, além de proporcionar aos assessorados, uma possibilidade infinita, para muito além do mínimo necessário. Assim,

Assessorar requer estudos, pesquisas, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização para que se alcance objetivos propostos pelos assessorados e haja enfim, um aprendizado coletivo, tanto dos assessorados quanto de seu assessor. Novas competências propiciam direta ou indiretamente a pesquisa, a produção de conhecimentos e as alternativas de sua instrumentalização, ou seja, a produção e reprodução de conhecimento sobre a realidade social (FONSECA, 2010, p. 63).

Assim, o processo de consultoria/assessoria não deve ser visto de forma verticalizada e unilateral, mas com o intuito de crescimento coletivo, para o alcance de um objetivo único que é a ampliação de conhecimentos com o objetivo de contribuir ao projeto ético-político da profissão do Serviço Social e o fortalecimento dos direitos sociais aos usuários do SUAS.

A atuação em assessoria requer do profissional de Serviço Social, de acordo com Bravo e Matos (2010) uma visão crítica da realidade, que o faça pensar na prática, abarcando as contradições postas nos espaços socio-ocupacionais da categoria, para que a partir da análise desses desdobramentos, sejam elaboradas estratégias e ações de enfrentamento dessas contradições, em uma perspectiva de ação profissional pensada e consciente.

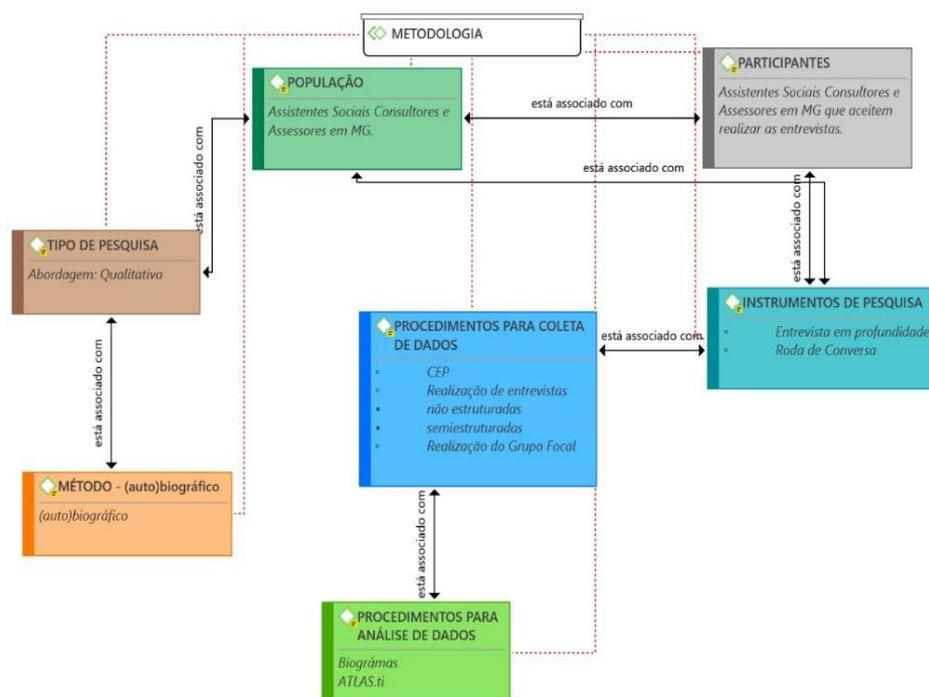
3

METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

Apresenta-se, na Figura 1, o delineamento da pesquisa, apontando os principais aspectos e procedimentos metodológicos, que serão detalhados nas seções subsequentes.

Figura 1 - Delineamento da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

3.2. Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que, com base no método (auto)biográfico, proposto pela Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica (BIOGRAPH), permitiu compreender as singularidades e acontecimentos comuns ao grupo profissional investigado, considerando os incidentes críticos que marcaram as trajetórias pessoal/profissional/social de assistentes sociais que atuam e/ou atuaram como consultores/assessores da PNAS.

De acordo com Martinelli (1994), nas pesquisas qualitativas é indispensável ter presente que, muito mais que descrever um objeto, objetiva-se conhecer as experiências sociais dos sujeitos, o que exige grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse de vivenciar a

pesquisa. O método (auto)biográfico diz muito sobre aquilo que pretendemos pesquisar e principalmente sobre as questões que buscamos responder (NAVARENHO, 2018).

Bolívar (2002) afirmam que esse método (denominado por eles biográfico-narrativo) possibilita “investigar as dimensões significativas das experiências vividas, mediando e moldando a construção social da realidade”, dando a possibilidade de o pesquisador construir e compreender o conhecimento, ali narrado.

Delory-Momberger (2012) define que o objeto da pesquisa biográfica- ou seja, (auto)biográfica - é esmiuçar o desenvolvimento social dos indivíduos participantes da pesquisa, evidenciando como eles caracterizam e significam suas experiências ao longo da vida.

Desta forma, numa abordagem qualitativa, o método (auto)biográfico permitiu compreender, nas narrativas sobre as trajetórias profissionais dos entrevistados, suas crenças, valores, sentidos e significados, ambições, desejos pessoais e profissionais, refletindo espaços das relações sociais humanas e de mundo, existentes.

Essas singularidades não são passíveis de serem transcritas e tratadas no campo de análises estatísticas, pois o método biográfico “situa-se para além de toda metodologia quantitativa e experimental” (FERRAROTI, 2014, p. 33).

Os indivíduos sociais sempre tiveram a incessante necessidade de narrar e ouvir histórias. “Na medida que o passado é revisitado por meio do resgate das memórias, o sujeito, não só descreve as formas pelas quais experimenta o mundo em que vive, como também se reconhece em suas próprias histórias” (NAVARENHO, 2018, p. 51).

Bolívar (2002) afirma que o método (auto) biográfico, retratado a partir das histórias de vida, possibilita ao sujeito da pesquisa e ao pesquisador “contar as próprias experiências e “ler” no sentido de “interpretar” esses fatos e ações, à luz das histórias narradas” tornando-se uma perspectiva particular deste tipo de pesquisa.

Tais considerações apontam para a pertinência da escolha do método (auto)biográfico para compreender as trajetórias profissionais de Assistentes Sociais consultores/assessores na PNAS.

3.3. População e participantes

Segundo dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), estão registrados no Conselho Estadual de Serviço Social (CRESS – MG) 30.383 assistentes sociais (A.S). Fazem parte desse universo, profissionais da área que atuam como assessores/consultores na PNAS. Infelizmente, não temos acesso a esse número, mas, na perspectiva qualitativa da pesquisa (auto)biográfica, buscamos conhecer em profundidade as trajetórias de oito (08) assistentes

sociais, mineiros, com registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 6ª região, que atuam ou atuaram profissionalmente como assessores/consultores da PNAS nos municípios do estado de Minas Gerais, nos Estados e/ou na União. Nesse contexto, o grande desafio: acessá-los!

Inicialmente, contatamos um profissional conhecido pela pesquisadora, atuante como consultor/assessor no estado de Minas Gerais. A partir desse contato, as/os demais foram acessadas/os por meio do procedimento “bola de neve”, mediante o qual um profissional indica outro.

Dentre os 11 (onze) profissionais acessados, 08 (oito) aceitaram participar da entrevista, retornando ao contato inicial, realizado por meio de carta-convite, encaminhada via e-mail.

3.4. Instrumentos de Pesquisa

A pesquisa qualitativa, conforme Minayo *et.al.* (2010), permite combinar vários instrumentos, no sentido de alcançar um conhecimento aprofundado da realidade estudada. Nesse sentido, o instrumento mais frequentemente utilizado é a entrevista (DUARTE, 2004). Foram realizadas 02 (duas) entrevistas individuais, em profundidade, com cada um dos participantes, num total de 16 (dezesseis) entrevistas. Na segunda entrevista, foi preenchido, logo no início, 01 (um) formulário sociodemográfico para obtenção de informações referentes à idade, filhos, estado civil, ano de formação em Serviço Social, formação continuada, ano de início e tempo de atuação na consultoria/assessoria.

Na primeira entrevista, do tipo aberta, os participantes tiveram a oportunidade de narrar suas histórias de vida mediante uma pergunta inicial, desencadeadora da narrativa. A pergunta desencadeadora teve como objetivo central estimular a narrativa do (a) assistente social participante, sobre sua trajetória profissional, sendo ela:

Durante nossa trajetória, acumulamos memórias de momentos vividos que de alguma maneira, sendo elas positivas ou não, contribuíram para o nosso desenvolvimento profissional. Essas memórias se referem a aspectos da vida pessoal, profissional, social e política, todos interrelacionados. Em sua trajetória profissional, quais foram os acontecimentos marcantes que motivaram sua escolha pelo Serviço Social e posteriormente, pela atuação como consultor/assessor à PNAS?

Embora a entrevista do tipo aberta, segundo Navarenho, Paula e Ávila (2021), se caracterize pela mínima condução do entrevistador, deixando o entrevistado conduzir com autonomia a narrativa, foi elaborado um roteiro norteador, com o objetivo de orientar o

pesquisador para possíveis intervenções durante a entrevista, estando presente nesse roteiro, as seguintes questões:

- I. Há quantos anos atua como Assistente Social e como assessor/consultor
- II. Motivos para escolha do Serviço Social
- III. Acontecimentos pessoais, profissionais, sociais e políticos que marcaram a escolha e a atuação como assessor/a e/ou consultor/a
- IV. Relações da atuação como assessor/consultor com a legislação que normatiza a PNAS

De acordo com Szymaski (2011), o roteiro norteador é um instrumento de suma importância para realização de entrevistas em profundidade, caso o sujeito se afaste dos propósitos que se pretende alcançar por meio da pesquisa.

Esse tipo de entrevista também permitiu ao pesquisador recolher dados descritivos nas linguagens dos próprios entrevistados, desenvolvendo “intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134).

É por meio de uma micro-relação social, que Ferraroti (2014) define a pesquisa biográfica. Observar, reproduzir e transcrever as narrativas dos sujeitos, através das entrevistas em profundidade é o que faz desse tipo de pesquisa algo único, carregado de exemplos, olhares e peculiaridades sobre como estes enxergam e experimentam o mundo que vivem.

Ao término da primeira entrevista, a pesquisadora explicou como seria a dinâmica até a segunda entrevista, agradecendo pelo momento (re)vivido pelos entrevistados com muita emoção. Esse momento também provocou a pesquisadora a refletir sobre as similaridades com a própria trajetória. De acordo com Sá (2004), este tipo de pesquisa, por meio da elaboração de biogramas, “é um recurso para a auto formação do pesquisador” pois ao conhecer a narrativa da trajetória profissional do entrevistado, reflete também sobre a sua própria trajetória .

A primeira versão do Biograma foi enviada para todos os participantes com antecedência mínima de 03 (três) dias da segunda entrevista, chamada neste momento de “entrevista devolutiva”. Esse momento oportunizou aos participantes da pesquisa confirmarem (ou não) os dados referentes à cronologia, aos acontecimentos marcantes e aos sentidos atribuídos pela pesquisadora com base na narrativa dos acontecimentos relatados.

A segunda entrevista, do tipo semiestruturada, foi orientada por roteiro elaborado com base na transcrição da primeira entrevista e organização da primeira versão do Biograma. Esse processo é denominado de interanálise.

Ávila (2021), na apresentação do livro “Viver, Narrar & Formar, (NAVARENHO; PAULA; ÁVILA, 2021), resgata que a fase da interanálise situa-se entre a primeira e segunda entrevista, correspondendo à “peculiaridade do biograma”, sendo um recurso que permite a “devolutiva do conteúdo das entrevistas aos participantes, sem abdicar da riqueza e da diversidade das narrativas”.

De acordo com Bolívar (2002), o biograma é compreendido como um elemento que visa organizar os acontecimentos da trajetória profissional, segundo o tempo e espaço em que estas aconteceram. Essa forma cronológica e esquemática dos acontecimentos, apresenta-se como um excelente recurso para mapear as trajetórias, exigindo do pesquisador uma imersão no texto transcrito (SÁ; ALMEIDA, 2004).

Desse modo, a segunda entrevista, semiestruturada e realizada segundo o roteiro personalizado elaborado a partir da primeira versão do biograma, tinha como objetivo aprofundar o conhecimento da pesquisadora sobre determinado período da trajetória profissional e/ou dos incidentes críticos ali indicados. No início dessa entrevista também foi aplicado o formulário de perfil sociodemográfico, com o objetivo de conhecer o perfil dos/as participantes da pesquisa.

Após a segunda entrevista (devolutiva), foi elaborada a segunda versão do biograma, com a confirmação dos incidentes críticos e dos sentidos a eles atribuídos. Todo o material de áudio e vídeo, tanto da primeira quanto da segunda entrevista, foi gravado em mídia digital e ficará armazenado por um período de 05 (cinco) anos. Posteriormente a este período, será descartado.

3.5. Procedimentos para Coleta de Dados

O Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética (CEP-UNIS), com o intuito de garantir os padrões éticos e técnicos necessários para a proteção dos sujeitos da pesquisa, sob o CAAE: 53239221.4.0000.5111 CEP/FEPESMIG, com o número do parecer: 5.108.005.

Para tanto, todas/os participantes que aceitaram o convite para participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram realizadas tanto no modo presencial quanto através de plataformas remotas, em virtude do contexto de isolamento social requerido pelo COVID-19. A definição de datas e horários seguiram a preferência dos profissionais participantes da pesquisa.

Todas as entrevistas realizadas remotamente, no total de 13 (treze) - sendo 08 (oito) na primeira e 05 (cinco) na segunda - utilizaram-se de recurso de vídeo (imagem) e áudio (microfone), através da plataforma remota *Google meet*. Apesar da distância física e de contato,

foi possível para a pesquisadora viver momentos indescritíveis através da escuta das narrativas dos/as participantes sobre a trajetória profissional de cada um deles/as, gerando registros que remeteram também à própria vida pessoal e profissional. A pesquisadora, por meio da escuta crítica, tentou não interromper a fala dos participantes, deixando isso para o final os questionamentos. A primeira rodada de entrevistas teve duração média de 1 hora e 40 minutos e a segunda rodada, na qual foram realizadas 03 (três) entrevistas no formato presencial e 05 (cinco) no formato remoto, as entrevistas tiveram duração média de 1 (uma) hora.

3.6. Procedimentos para Análise de Dados

A análise das entrevistas ocorreu concomitantemente ao processo de entrevistar, transcrever e elaborar o biograma. Esse processo de análise – a interanálise - aconteceu numa dimensão dialógica entre pesquisador e sujeito entrevistado. Nessa fase da pesquisa, um trabalho de imersão foi realizado pela pesquisadora. Foram realizadas as transcrições na íntegra das narrativas ali trazidas, em um movimento não cronológico, carregados de idas e vindas, encontros, desencontros e muita emoção, para além da pesquisa. Assim como definiu Bragança (2012, p. 160), trata-se de um

processo desejado, intensamente planejado, mas construído no caminho, no caminhar. Conta a história [...] cheia de trilhas e vielas, dores e delícias, indicando o sentido do trabalho acadêmico e científico que entrelaça a paixão e a construção do conhecimento que se dá no enfrentamento da vida [...].

Árduo e solitário foi o caminho percorrido. A transcrição de cada áudio era um *revival* de cada momento. Surgia ali uma amplitude de sensações indescritíveis. Foram mais de 80 (oitenta) horas de gravação, que geraram 111 (cento e onze) laudas de transcrição, mais as de biogramas. Dessa forma,

A transcrição daquele movimento espiral, de idas e vindas ao passado e ao presente, própria desse tipo de entrevistas, produziu extenso material, cujo organização em biogramas, mostrou ser esse um recurso inestimável, não somente para o tratamento e análise de dados, como também e especialmente, para a devolutiva dos registros das narrativas aos sujeitos (SÁ, 2004, p. 186).

A elaboração da primeira versão de cada biograma após as transcrições, era novamente um começo sem fim, na perspectiva de identificar, mediante a narrativa de cada participante, quais realmente eram os momentos marcantes das suas trajetórias profissionais. Aquela solitude era uma imersão novamente na trajetória dos/as participantes, fazendo com que a pesquisadora se sentisse como se já os/as conhecessem há muito tempo.

3. Experiência como Assistente Social	3.1 Início na Vida Profissional					
	3.2 Desenvolvimento na Profissão					
4. Experiência na Consultoria/Assessoria	4.1 Opção/Início na Consultoria/assessoria					
	4.2 Desenvolvimento como Consultora/Assessora					
5. Limitações; Desafios e Avaliação da Trajetória	5.1 Limitações					
	5.2 Desafios					
	5.3 Avaliação da Trajetória					
6. Perspectivas Futuras						

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O conteúdo das duas primeiras colunas – Momentos e Etapas – acima apresentados são um exemplo do processo de interanálise, elaborado mediante diálogo entre pesquisadora e entrevistado.

A análise, realizada por meio da sobreposição dos biogramas e auxílio do software ATLAS.ti, se mostrou um importante caminho para apresentar o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa e compreender os sentidos por eles/as atrelados aos incidentes críticos, ou seja, aquilo que foi marcante, para a escolha do Serviço Social como profissão a ser seguida e posteriormente seguir como consultores/assessores na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

4

RESULTADOS E ANÁLISES

A relevância desta pesquisa está em compreender este processo tão importante, por meio das narrativas trazidas pelos/as participantes da pesquisa, assumindo “um caráter formativo, fruto de diversos olhares, fruto de um processo constante de reflexão e reconstrução de fatos vivenciados (NÓVOA, 1992, p. 20)”.

Tratar do trabalho do/a assistente social no campo de assessoria e consultoria à política pública ainda é desafiador, mesmo sendo uma das competências elencadas na Lei que regulamenta a profissão do Serviço Social no Brasil.

Desta forma, conhecer as trajetórias profissionais dos assistentes sociais consultores/assessores na PNAS fez-se primordial, não para quantificar e conhecer estes profissionais atuantes em Minas Gerais, mas para contribuir com o conhecimento e a valorização deste campo de atuação do/da profissional assistente social.

Fonseca (2010) reflete que o processo de assessoria e consultoria prestado por Assistentes Sociais, deve advir de um aprendizado profundo e íntimo, para além do domínio para o qual foi requisitado. Assessoria e Consultoria na contemporaneidade requerem “estudos, pesquisas, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização [...] para que haja aprendizado coletivo, tanto dos assessorados quanto do profissional que presta este tipo de trabalho” (FONSECA, 2010, p. 63).

Nessa busca por contribuir para a compreensão desse campo de atuação profissional, a análise dos dados e sua discussão segue apresentada em etapas. Primeiramente, apresentaremos o perfil das/os Assistentes Sociais entrevistadas/os, sua caracterização, bem como o processo da escolha dos codinomes, tão necessários para a preservação do anonimato. A seguir, colocam-se as sínteses das trajetórias com as primeiras análises no que tange às singularidades em relação aos incidentes críticos trazidos nas narrativas. Em continuidade, indicam-se os aspectos similares que marcaram as trajetórias deste grupo de assistentes sociais consultores/assessores.

A sobreposição dos biogramas, possibilitou a identificação destas similaridades, comuns ao grupo pesquisado, dispostas em categorias de análise sendo elas: Opção pelo Serviço Social; Formação Inicial e Continuada; Experiência como Assistente Social; Experiência na Consultoria/Assessoria; Limitações, Desafios e Avaliação da Trajetória profissional; Perspectivas futuras.

4.1. O perfil Sociodemográfico das/os Assistentes Sociais participantes da pesquisa

No percurso para analisar os dados registrados por meio do formulário desenvolvido para este fim, Bolívar, Domingos e Fernandez (2001) afirmam que este processo advém da necessidade dos pesquisadores trabalharem os dados de forma rigorosa e sistemática, de modo que possa se “organizar em uma sequência coerente, mas sem perder a sua riqueza, em especial os elementos singulares que configuram a história (MONTEZUMA. 2016, p. 123)”.

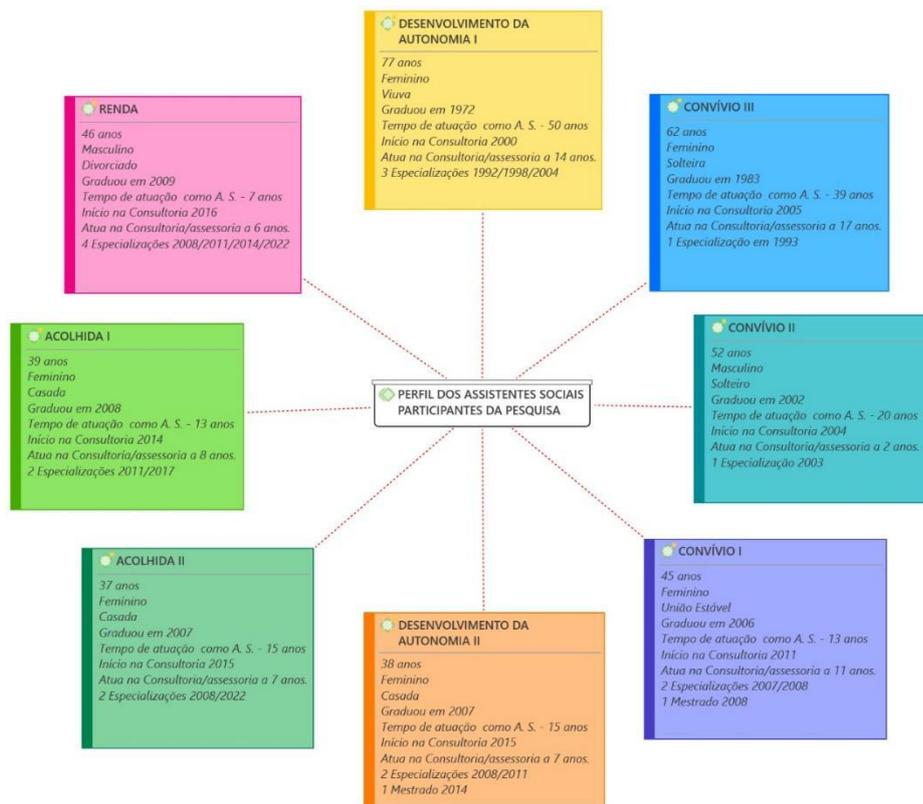
Neste intento, apresentamos, na Figura 2, o perfil sociodemográfico das/os Assistentes Sociais, sujeitos desta pesquisa, no sentido de identificar singularidades e semelhanças deste grupo participantes.

Com o intuito de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, cada um foi convidado a escolher uma das 05 seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a qual se identificassem.

Dessa forma, eles foram identificados em: Acolhida 1, Acolhida 2, Convívio 1, Convívio 2, Convívio 3, Desenvolvimento da Autonomia 1, Desenvolvimento da Autonomia 2, Renda.

Nessa Figura 2 são apresentados, então, segundo os nomes fictícios, a idade, gênero, estado civil, ano da graduação em Serviço Social, tempo de atuação como assistente social, ano de início e tempo de atuação em consultoria/assessoria, além do tipo de formação continuada.

Figura 2 - Perfil das/os Assistentes Sociais Participantes da Pesquisa



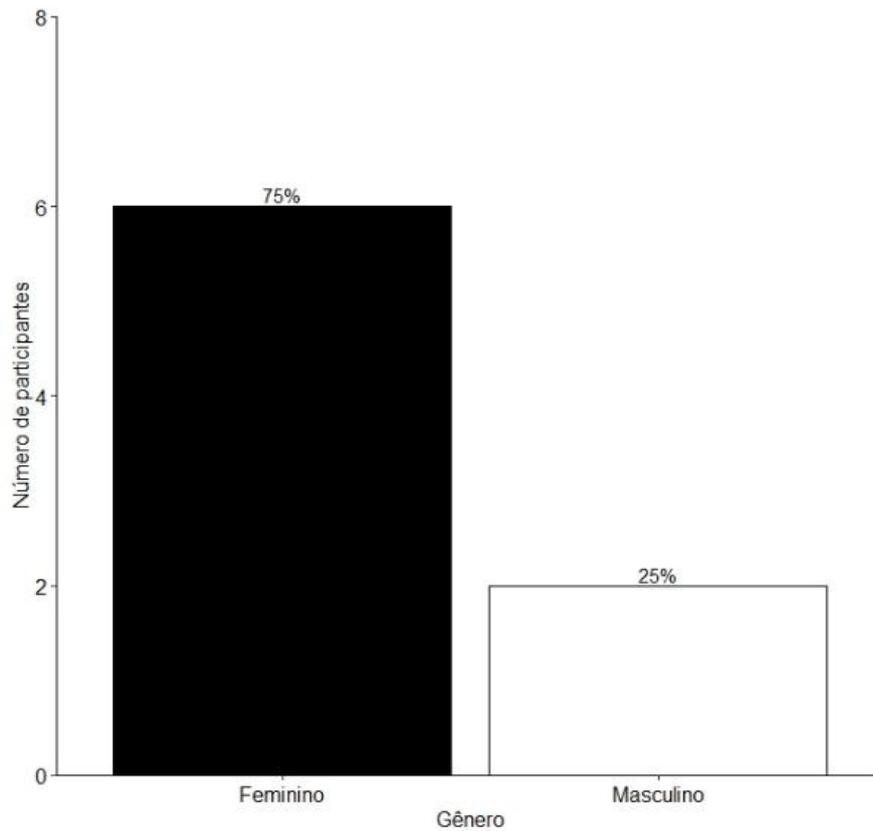
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O universo da pesquisa foi composto por oito Assistentes Sociais mineiros que, no tocante ao perfil trazido pela Figura 2, são, em sua maioria, do sexo feminino, com diferentes idades, sendo que o/a mais jovem possui 37 anos e o/a mais idoso 77 anos. Sobre o tempo de atuação no campo de consultorias/assessorias na PNAS, a média trazida é de 09 anos.

A escolha profissional do grupo aconteceu no período entre 1969 e 2006, marcando de forma singular e coletiva as trajetórias profissionais, expressando diferentes momentos do serviço social no Brasil.

Considerado o perfil dos/as consultores/assessores, discutiremos os diferentes aspectos que o compõem, buscando ressaltá-los nas Figuras 3, 4, 5 e 6.

Figura 3 - Participantes da pesquisa segundo o gênero

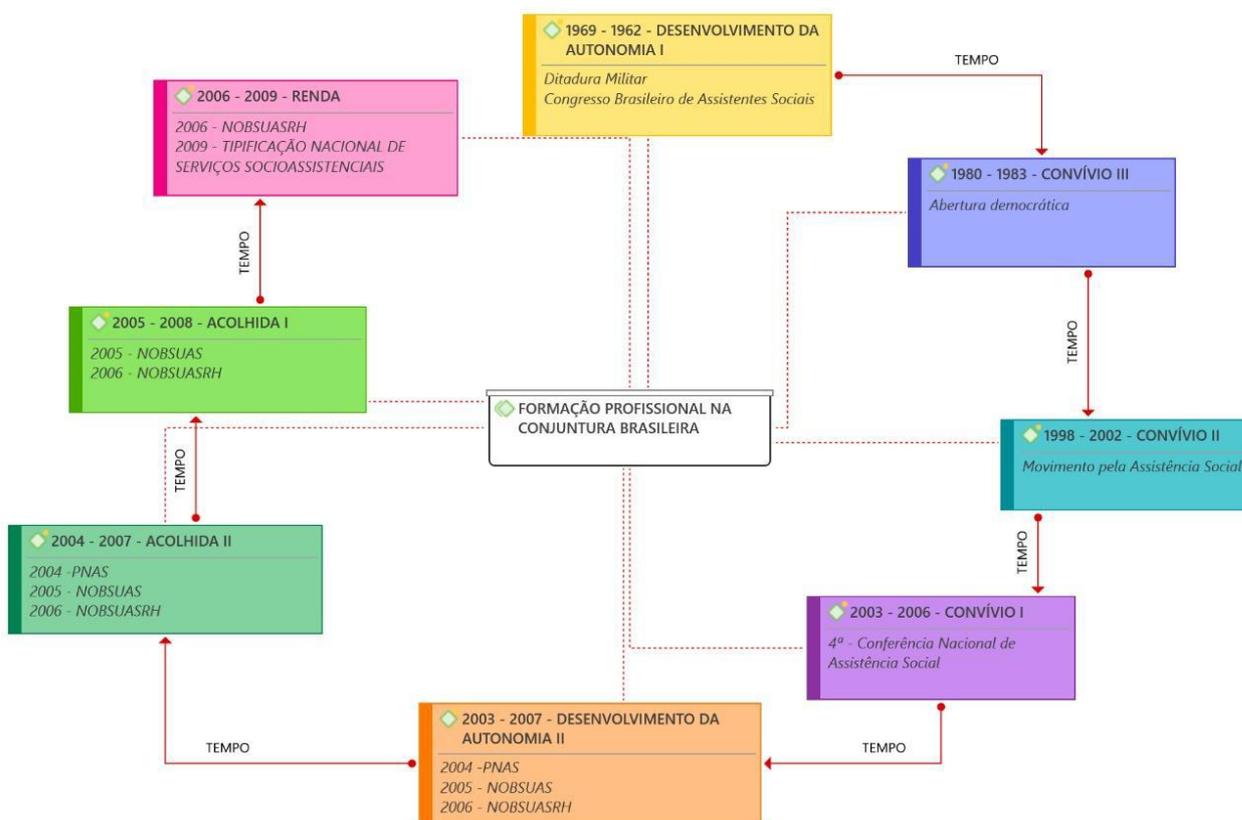


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Não sendo diferente da presença majoritária de mulheres no curso de Serviço Social, os/as consultores/assessores também são em maioria “mulheres que formam o grande contingente de mão-de-obra na profissão e no exercício profissional (CINTRA, 2017. p. 1)”.

Outro importante aspecto a destacar no perfil sociodemográfico é o período que marca o ingresso e conclusão da graduação em Serviço Social, simbolizando bem a história de luta da Política Social existente no Brasil, assim como o curso de Serviço Social no Brasil. A Figura 4 representa o período de formação alinhado com a conjuntura vivenciada pelo Brasil e pelo Serviço Social.

Figura 4 - Formação Profissional na Conjuntura Brasileira



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em 1964, o Golpe de Estado, também conhecido como Golpe Militar se materializa impondo a Ditadura Militar no Brasil, em 1965 na história do Serviço Social, o Movimento de Reconceituação, em 1979 tem como um grande marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que segundo Iamamoto (2019, p. 441) foi “a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou.”

Assim sendo, entre os relatos, encontra-se:

[...] em 68 eu fiz um cursinho pequeno e fui direto para a Universidade em 69, no auge da loucura da ditadura. Entrei num momento conturbadíssimo. Já com [aquelas] inquietações, fui cair no caldeirão. [...] enfim, lutamos muito, vivemos na época da ditadura. Eu fui formada num movimento riquíssimo, riquíssimo, de luta e discussão política (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

A década de 1980 traz o período de abertura democrática, o momento da “Virada” expressado pelo Serviço Social no Brasil como o momento, de acordo com Iamamoto (2019, p. 441), de “sintonia com as mobilizações de trabalhadores e entidades combativas da sociedade

civil, aproximando-se das lutas, dos movimentos sociais pela defesa de direitos”. E também expresso na narrativa de *Convívio 3*

[...] Cheguei no Serviço Social na década de 80, anos 80 na PUC, naquele momento em que a década de 80 era muito rica, porque ela foi uma década da articulação dos movimentos sociais, da retomada dos movimentos eclesiais de Base (*Convívio 3*).

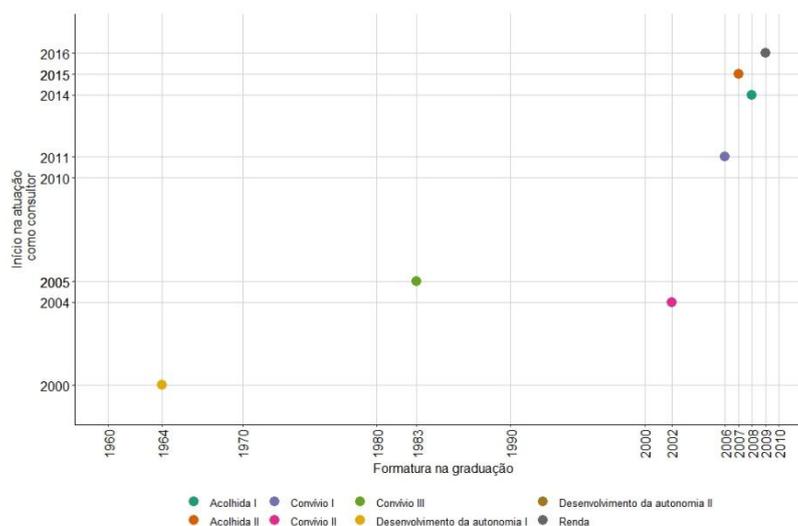
Em 2002 havia todo o movimento da categoria de assistentes sociais e entidades de classe com o Movimento Assistência Social (MAS), na perspectiva de implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atendendo ao que já era previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Durante os anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, acontecia a crescente expansão do SUAS e consequente atuação dos assistentes sociais na política social brasileira. Houve implantação dos equipamentos públicos CRAS e CREAS, aprovação da NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS e Tipificação de Serviços Socioassistenciais, em 2009. *Convívio 2*, resgatou toda esta vivacidade, vejamos

Em 2009, com a tipificação, também um processo longo de diálogo, de debate, de reconhecer quais são as provisões que estavam em curso na Assistência Social no Brasil e dar vivacidade a esta tipologia tão importante, tão essencial para a Assistência Social brasileira (*Convívio 2*).

O perfil sociodemográfico mostra também diferenças de dois grupos quanto ao início da atuação em consultoria/assessoria à PNAS, expressas na Figura 5.

No que refere ao tempo de formação e período de entrada no campo de consultoria/assessorias, a Figura 5 mostra que quanto mais recente a formação, mais precoce sua entrada no campo de consultorias. Por outro lado, quanto maior o tempo de formação profissional, mais demorou a sua entrada. Percebemos que os profissionais que concluíram a graduação no período da aprovação da PNAS e regulação do SUAS no Brasil, adentraram no campo de consultorias/assessorias mais rapidamente.

Figura 5 - Período em Anos de Formação na Graduação x Início (ano) na atuação no campo profissional de Consultorias/Assessorias



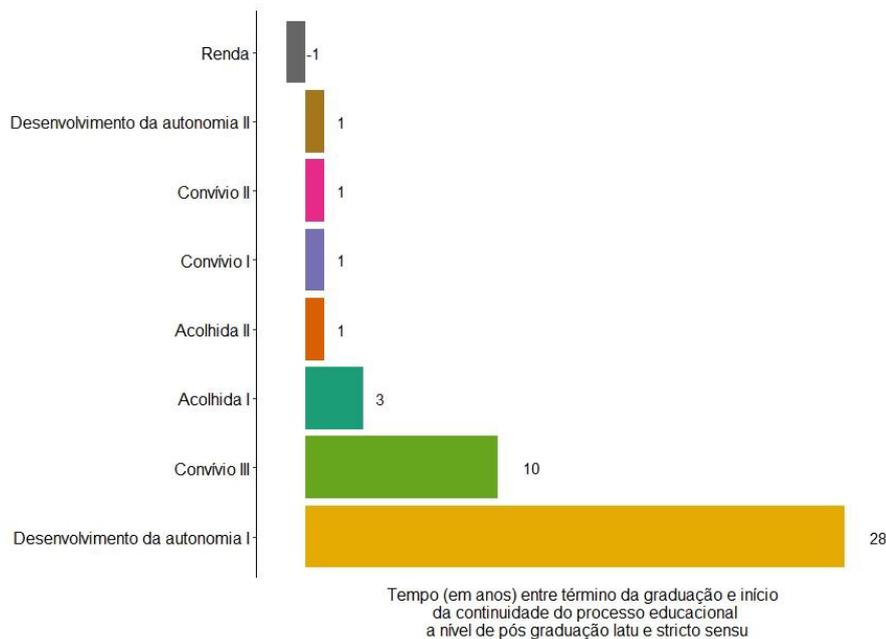
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Sobre este assunto, Iamamoto (2019, p. 458) reflete sobre os sombrios tempos vividos pelos Assistentes Sociais na atualidade, tendo um grande desafio para a profissão o rompimento com burocracias e naturalizações de “atitudes passivas acolhedoras de ordens”.

Esses tempos adversos exigem dos assistentes sociais recriar seu trabalho considerando tanto sua contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais de qualidade a partir de políticas públicas, quanto sua dimensão educativa que incide na cultura de classes subalternas: nas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais (IAMAMOTO, 2019, p. 458).

Neste sentido, a continuidade do processo de formação faz parte da vida de todos/as participantes. Todos eles possuem pós-graduação em nível lato-sensu e 02 possuem título de mestre (*stricto-sensu*). O período, em anos, entre a formação inicial e a formação continuada é representado por meio da Figura 6, em que é possível afirmar que quanto mais recente a graduação, maior tem sido a procura imediata por continuidade no processo educacional.

Figura 6 - Período, em anos, entre a formação inicial para a formação continuada



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A pós-graduação *lato sensu* foi cursada nas mais diversas áreas e políticas públicas, sendo elas: Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Gestão Pública Municipal; Saúde Pública; Gerontologia e Geriatria; Políticas Públicas; Serviço Social; Trabalho Social com Famílias; Intervenção Social junto a famílias e comunidades; Ciência Política; Gestão de Pessoas e por fim, Docência no Ensino Superior. Os mestrados realizados foram na área da Educação e também em Gestão Pública e Sociedade.

Importante ressaltar que a continuidade do processo de formação, foi uma necessidade trazida por muitos participantes, para adensamento da atuação profissional nos espaços ocupacionais já ocupados e também abrindo leques para atuação em outros espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, como foi o caso de *Desenvolvimento da Autonomia 2*, *Convívio I* e *Desenvolvimento da Autonomia 1*. A esse respeito encontram-se

Falei: "Não, gente, agora eu preciso fazer o mestrado. Não tem condição mais de eu ficar nessa [...] o mestrado numa universidade pública [...] finalizei o mestrado e estava trabalhando somente na prefeitura neste tempo. Logo comecei a pensar: vou voltar a dar aulas (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

Eu fiquei dentro da IES por esses anos e assim que eu fiz pós-graduação de Intervenção Social junto à família, eles me deram outros... Me deram aulas [...] então, comecei um mestrado fora. Na época era mais complexo, mais complicado. Hoje tem muita instituição de mestrado, antes era muito complicado e eu tinha que trabalhar, dar conta de filho ainda, não eram

maiores de idade ainda. Então ficava muito complicado para eu largar tudo e fazer um mestrado numa faculdade federal. A própria IES financiou uma parte para os professores e eu fui fazer o mestrado em Assunção, no Paraguai. Fiz em Educação, Ciências da Educação do Ensino Superior (*Convívio 1*).

[...] depois eu fiz uma outra especialização chamada Gerência Social: Paradigmas e Instrumentos para uma Gestão Inovadora. Fiz na Fundação João Pinheiro. Era eu batalhando aqui fora para aprender cada vez mais e as coisas lá dentro acontecendo e depois ainda fiz outra especialização. [...]eu falo que esta especialização que eu fiz foi a melhor do que qualquer outra que eu já havia feito, na UFMG, na FAFICH, no Departamento de Ciência Política, [...] uma especialização chamada: ‘Curso de Especialização em Políticas Públicas’. Camila, foi o melhor curso que eu fiz! Aprendi tanto! [tom enfático], foi um ano e meio de curso (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

Entretanto, a formação continuada também expressa a necessidade do aprofundamento em determinadas matérias do Serviço Social, como é expressado por *Renda*, ao buscar especializações nas áreas de sociologia e gestão pública:

Eu queria ter uma visão mais ampla do social [...] então eu fui pensando em expandir aquele pensamento e compreender a dinâmica da sociedade, por isso busquei a sociologia. [...]eu vi a possibilidade que só o social não consegue tudo [...] a gente precisa entender também de outras políticas e eu também pensei na questão profissional [da possibilidade] de pegar uma secretaria de planejamento para ter a visão global da política pública (*Renda*).

E no caso de *Convívio 2*, o fato de continuar nos estudos através da pós-graduação *lato-sensu* representou também a oportunidade de adentrar e estudar em uma universidade pública:

[...] eu tinha o sonho de ir para a universidade pública [...] a Ciência Política sempre foi uma área de interesse, [...] então até hoje, se eu fosse fazer um mestrado, doutorado, seria em Ciência Política, que é uma área que me comove, que me mobiliza e também pela minha história hoje, profissional, queria muito ter tido a oportunidade de avançar (*Convívio 2*).

Nesta perspectiva, Brisola e Silva (2014) refletem sobre a formação profissional que vem implicando no trabalho realizado pelos assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a massificação do ensino superior à partir da década de 1990, havendo um aumento considerável de Instituições de Ensino Superior (IES) no âmbito privado além do desmedido aumento do Ensino a Distância (EAD), principalmente no curso de Serviço Social, colocando, a partir de então, um contingente expressivo de profissionais no mercado sem pensar na qualidade desta formação profissional. Formação esta que é determinante “na

construção de bases sólidas” ofertando condições ético-técnicas para os futuros profissionais atuarem na perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Esta realidade posta aqui reflete, por sua vez, a expressiva busca dos participantes graduados a partir de 2006, pelo ingresso prévio na formação continuada, que se constitui em “importante estratégia a fim que os profissionais possam superar carências formativas e dar respostas qualificadas às demandas cada vez mais complexas (BRISOLA E SILVA, 2014, p. 104)”.

Ainda assim, mais do que mostra o perfil sociodemográfico dos/as assistentes sociais entrevistados/as, foi o processo de escolha das seguranças socioassistenciais afiançadas pelo SUAS, que melhor traduziram sua experiência profissional, narrada durante as entrevistas.

4.2 Histórias singulares tecidas na história do coletivo

De modo a atender ao sigilo e anonimato dos/as 08 (oito) entrevistados/as, os/as participantes foram convidados/as a refletir sobre as Seguranças Socioassistenciais Afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), escolhendo uma que representasse a sua trajetória profissional como assistente social consultor/assessor na PNAS, visto que a assistência social é um política social não contributiva, possui o dever e cuidado de proteger os cidadãos e cidadãs através de ações preventivas e protetivas em razão de vulnerabilidades, danos e riscos sociais, que se fundamenta na “expansão de um projeto societário de civilidade que afiança um padrão básico de vida e respostas dignas a determinadas necessidades sociais (SPOSATI, 2007, p. 451)”.

A Segurança Socioassistencial Afiançada pelo SUAS é fundamental no trabalho da/o Assistente Social frente a PNAS. Tal conteúdo faz parte da vida destes profissionais para a compreensão das expressões advindas da Questão Social e conseqüentemente traz um grande gargalo de demandas para as/os Assistentes Sociais que prestam consultoria/assessoria a PNAS.

De acordo com a Norma Operacional Básica de 2012 (BRASIL, 2012), a Assistência Social, no sistema de proteção social brasileiro, tem como garantias a prevenção e redução de situações de risco pessoal e social, a proteção de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; criação de medidas e possibilidades para socialização e inclusão etc.

Neste sentido, são seguranças afiançadas pelo SUAS: Acolhida; Renda; Convívio ou Vivência Familiar; Desenvolvimento da Autonomia e, por fim, Apoio e Auxílio.

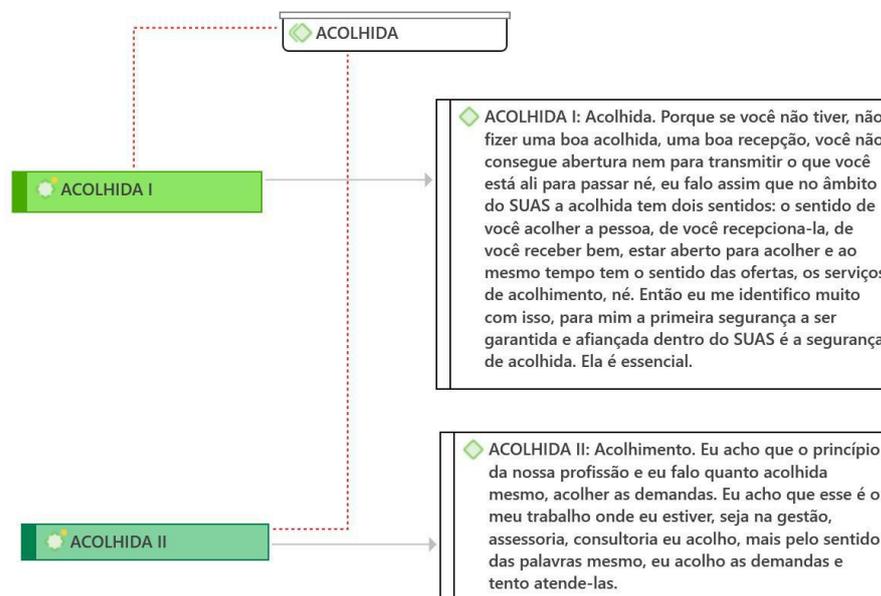
A escolha pelo pseudônimo atrelado a uma dessas Seguranças foi realizada pelo próprio participante, ao final da segunda entrevista. Foram motivados à escolha a partir do seguinte questionamento:

Dentre as Seguranças afiançadas pela NOB-SUAS/2012, ao refletir sobre sua trajetória profissional representada pela primeira versão do Biograma, com qual delas você mais se identifica? Por qual Segurança Afiançada gostaria de ser identificado nesta pesquisa? Conte-me sobre o motivo da sua escolha.

A partir do questionamento, um misto de espanto, alegria, surpresa, dúvidas foi expresso por cada participante, gerando um momento de reflexão e silêncio até a pronúncia da escolha. Assim, às que recaíram sobre a mesma Segurança, foi adicionado um número cardinal à frente de cada escolha repetida.

A segurança de Acolhida, de acordo com a NOB-SUAS/2012, é realizada por meio da oferta pública de espaços, serviços e ações profissionais devendo conter informação, escuta qualificada, condições para uma boa recepção, entre outros aspectos. Esta segurança foi escolhida como pseudônimo por 02 (dois) participantes, como demonstra a Figura 7.

Figura 7 - Escolha pelo pseudônimo Acolhida

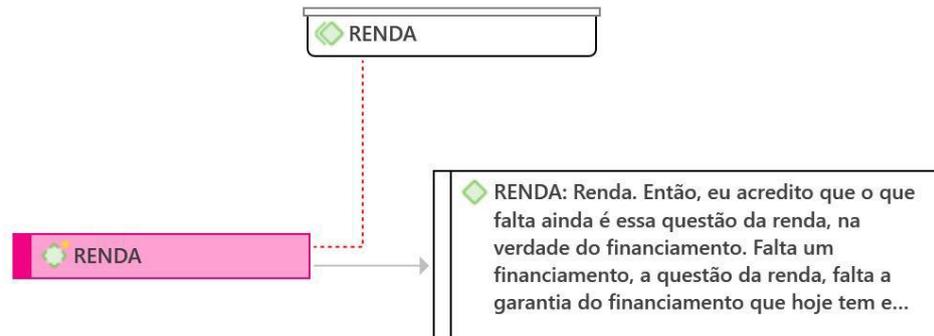


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A opção pela Segurança de Renda é operada, de acordo com a NOB/SUAS-2012, por meio da concessão de pecúnias e da concessão de benefícios de forma continuada, destinada a cidadãs(ãos) “não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem

vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho (BRASIL, 2012, p. 17)”. Esta Segurança foi escolhida por 01 (um) participante, como segue a Figura 8.

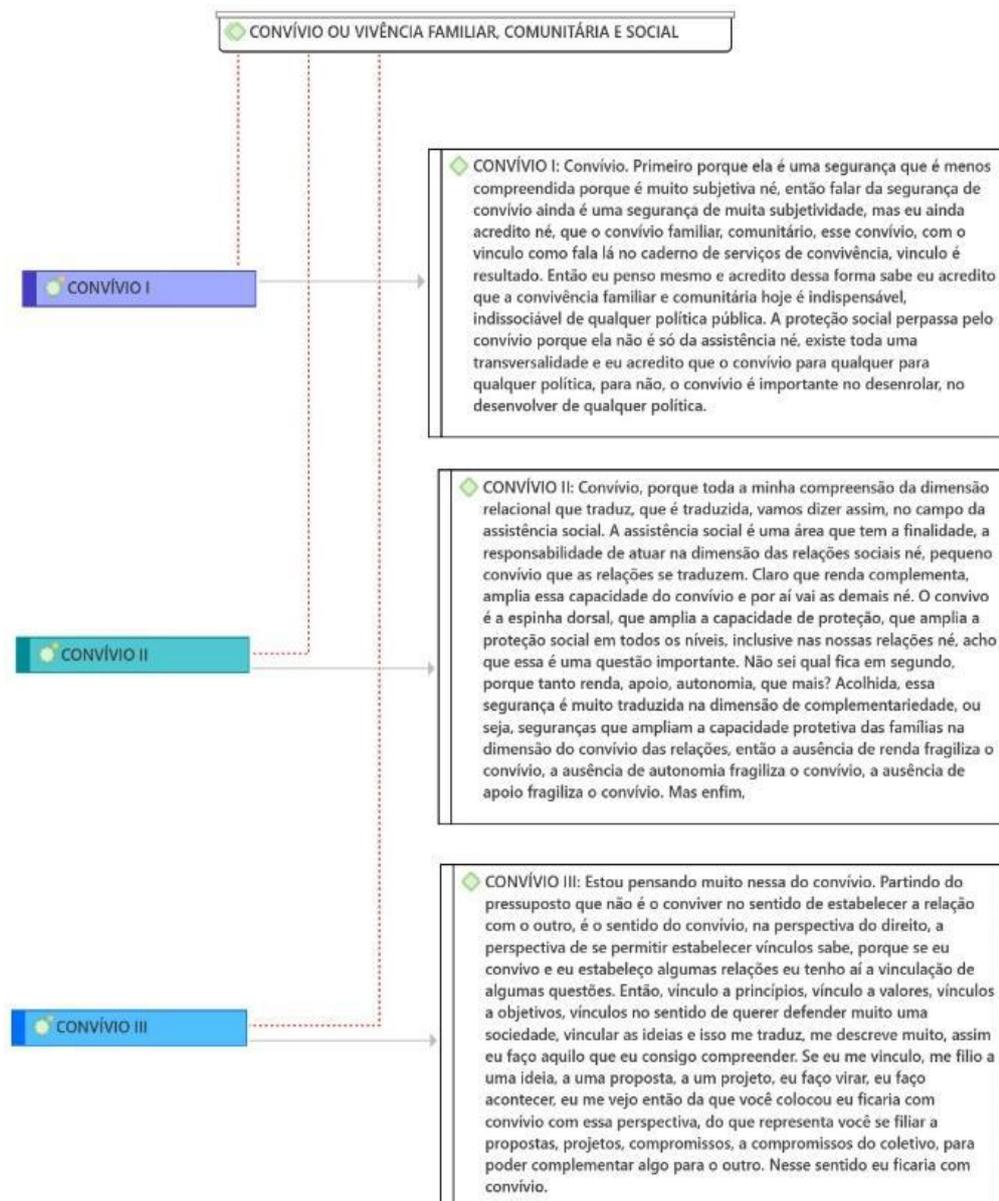
Figura 8 - Escolha pelo pseudônimo Renda.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Segurança de Convívio ou Vivência Familiar, afirmada pela NOB/SUAS-2012, garante oportunidades e ações profissionais para a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento no ambiente familiar e comunitário. Foi escolhida por 03 (três) participantes.

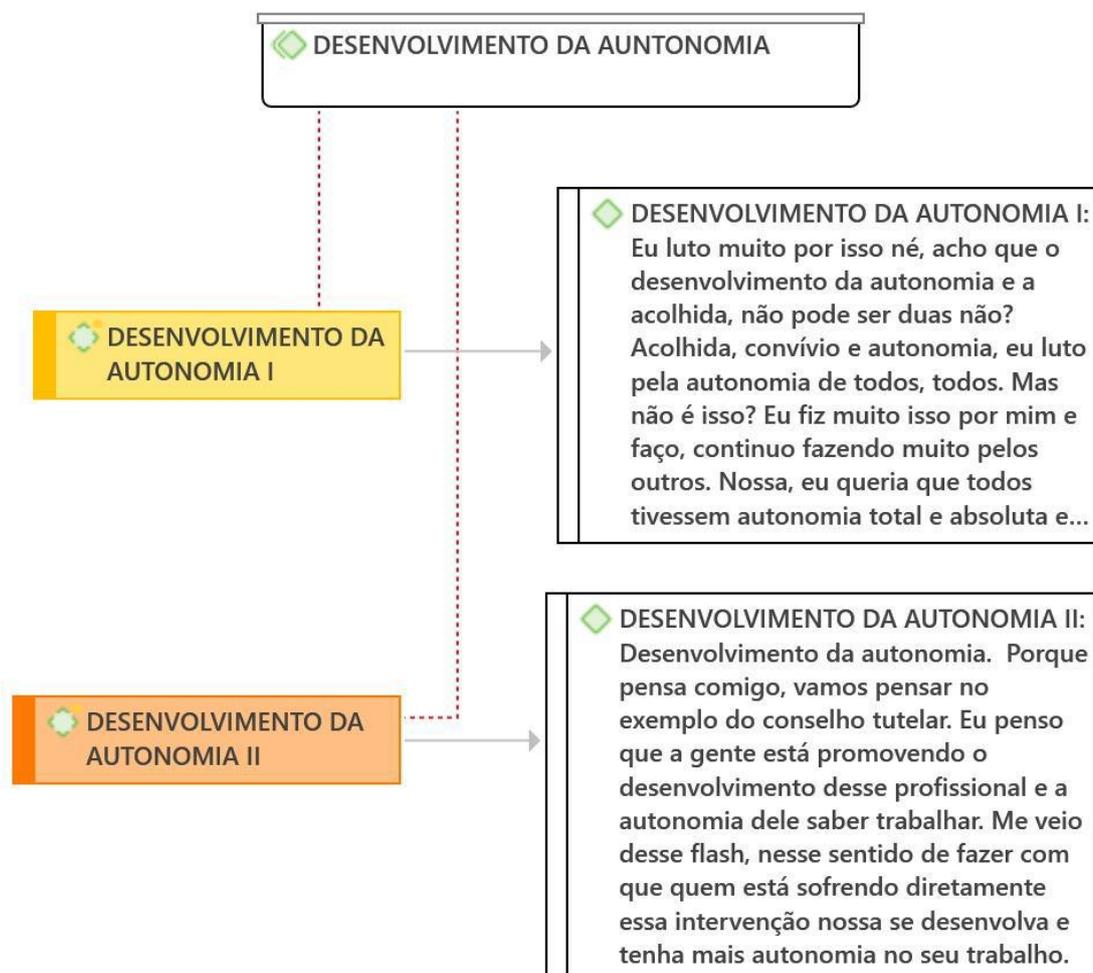
Figura 9 - Escolha pelo pseudônimo Convívio ou Vivência Familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Por fim, o Desenvolvimento da autonomia, escolhido por 02 (dois) dos 08 participantes da pesquisa, demonstrado por meio da Figura 10, resgata a necessidade e exigências profissionais, traduzidos por meio da NOB/SUAS-2012 como o desenvolvimento e conquistas de novas habilidades para desenvolvimento da autonomia em todas as suas dimensões: ética e relacional para o desenvolvimento de protagonismo, de autonomia e também de cidadania.

Figura 10 - Escolha pelo pseudônimo Desenvolvimento da Autonomia



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ressalta-se aqui, que nenhum participante escolheu a Segurança de Apoio e Auxílio, embora ela tenha suma importância nos trabalhos desenvolvidos pelos Assistentes Sociais atuantes na política social brasileira.

A questão que nos move até a escolha do codinome, parte da compreensão que as seguranças afiançadas constituem-se em um processo qualificado ao público alvo da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e a partir dessa qualificação conseguimos compreender o que significa cada segurança e qual a importância dela para os Assistentes Sociais que atuam no campo de consultorias/assessorias à PNAS.

Como dispositivo de proteção social, as seguranças afiançadas tem por intuito a proteção de situações de vulnerabilidade, trabalhando no cerne da garantia de direitos, numa perspectiva preservacionista:

[...] o sentido de proteção supõe antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida- supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é o que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais (SPOSATI, 2009, p. 21).

O domínio do que trata o caráter preservacionista, exige dos profissionais, principalmente das/os Assistentes Sociais que atuam no âmbito da consultoria/assessoria à PNAS, o conhecimento da importância das ações preventivas e para além disso, conhecimento sobre os serviços e benefícios. Neste sentido, Sposati (2011) adensa que os benefícios necessitam estar vinculados aos serviços que fortaleçam os indivíduos para o exercício da cidadania, fato este que corrobora com a atuação de assistentes sociais consultores/assessores na perspectiva do projeto ético-político da profissão, se identificando com as seguranças afiançadas como algo que venha a direcionar suas ações como profissional.

As histórias dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa trouxeram muito mais do que singularidades por meio de suas narrativas, expressadas através dos biogramas individuais elaborados. Estes sujeitos, compartilharam, em miúdos, suas vidas, anseios, acontecimentos marcantes, a face do desconhecido, daquilo ainda não percorrido, dos erros cometidos, de uma sobrecarga de trabalho gigante, o reconhecimento profissional para alguns e a dor de não o receber por outros. Os desafios de escolher a profissão, os limites da profissão Assistente Social, de ser consultor/assessor na PNAS, suas perspectivas futuras.

Neste processo não linear, no denso material produzido pelas narrativas singulares, o pesquisador se debruçou nas singularidades do outro indo ao encontro da sua própria trajetória profissional. Também foram geradas ali, durante essa imersão em sentidos e significados, reflexões que nos permitem “refazer também, dialogicamente, lampejos de sua própria trajetória de vida e formação (BRAGANÇA, 2012, p. 166)”.

Assim, apresentamos sínteses das 16 entrevistas realizadas em duas etapas com os 08 participantes, buscando recriar textos para que, conforme Bolívar (2002) afirma, permite que leitores possam experimentar as vidas ou experiências ali narradas.

4.3 O Costurar de Sentidos e Significados: processo de categorização e análise

A categorização, expressa na coluna Momentos e Etapas, foi definida pelo pesquisador e confirmada pelo/a entrevistado/a. Consiste, de acordo com Minayo (2007), nas leituras e releituras das transcrições e elaboração dos biogramas, em um movimento de delimitação dos textos que expressavam afirmações significativas. Desta forma, fixamos as categorias

principais, para conhecer as singularidades e similaridades entre as trajetórias profissionais de Assistentes Sociais consultores/assessores a PNAS, sendo elas, a saber:

1. Opção pelo Serviço Social;
2. Formação Inicial e Continuada;
3. Experiência como Assistente Social
 - 3.1. Início na Vida Profissional
 - 3.2. Desenvolvimento na Profissão
4. Experiência na Assessoria/Consultoria
 - 4.1. Opção/Início na consultoria/assessoria
 - 4.2. Desenvolvimento como Consultor (a)/ Assessor (a)
5. Limitações, Desafios e Avaliação da Trajetória Profissional
 - 5.1. Limitações
 - 5.2. Desafios
 - 5.3. Avaliação da Trajetória Profissional
6. Perspectivas Futuras

Apresentaremos a análise das informações geradas pelas narrativas que permitiram identificar as singularidades, ou seja, aquilo que é único de cada participante da pesquisa frente às trajetórias profissionais. Apresentaremos, também, com o auxílio do software ATLAS.ti, os incidentes críticos que expressam, por meio das narrativas, as similaridades do grupo. De acordo com Bragança (2012), a abordagem autobiográfica permite ao pesquisador “focar na narrativa do sujeito” e através delas, costurar os movimentos não lineares das trajetórias de conhecimento no decorrer da vida de cada um(a). Nesse sentido, se entrelaçam, em um processo de “encontro”, as diferentes etapas, que como as idas e vindas de agulhas em um tecido, alinhavam as características de um coletivo profissional.

4.3.1 A opção pelo Serviço Social: o primeiro ponto da agulha no tecido

Quantas inquietudes, abdições, tomadas de decisões antecederam a escolha pela graduação em Serviço Social, de todos estes sujeitos. Nenhum deles pensou, de cara, em ser Assistente Social. Me sinto agora, acolhida nas minhas inseguranças, que lá em 2006 me angustiavam por não saber qual profissão seguir, buscando uma profissão que me livrasse do ranço gerado no ensino médio pelas áreas de exatas e biológicas. Embora houvesse ali uma tela em branco pronta para algo ser, nela, alinhavado, mesmo que aquela não fosse a escolha certa, cheguei no Serviço Social assim, sem saber o que me esperava,

embora os testes vocacionais me direcionassem para esta escolha: o Serviço Social. Mas, o que faz este profissional? [...] (*Diário da pesquisadora*)

Assim como Navarenho (2018) e Bragança (2012), o processo de interanálise das entrevistas e elaboração dos biogramas, provocaram na pesquisadora a reflexão sobre sua própria experiência que se entrelaça com os trechos das entrevistas, selecionados nos biogramas, relacionados ao momento de escolha profissional.

Havia em mim uma inquietação de tentar buscar o conhecimento mesmo do porquê dessa desigualdade, do porquê dessa sociedade tão cada vez mais desigual [...] e isso, essas inquietações e o porquê que um tinha que viver, vamos falar assim, vendendo sua mão de obra para o outro e a desvalorização dessa mão de obra, o que que a gente poderia contribuir; o que que eu, enquanto pessoa, poderia fazer para que isso tivesse, de repente, um caminho diferente. Nessas perguntas, nessas inquietações, eu fui buscar alguns cursos. Na época, a minha primeira opção, eu sou de uma cidade muito pequenininha e na época que eu morava lá, a gente sempre era muito instigado a trabalhar com o curso de Enfermagem, fazer faculdade ou fazer o curso técnico de Enfermagem, só que aquilo, para mim, não me encaixava nos meus anseios. Fui começando a me informar sobre as profissões e o meu primeiro contato foi com Ciências Sociais. Eu achei muito interessante o que seriam os estudos das Ciências Sociais. Nesse meio tempo, meu marido, na época era o meu namorado, terminava a faculdade e passou no concurso aqui na [cidade atual] e ele veio dar aula e eu vim também. E um ano após a minha mudança para [esta cidade], eu vi a propaganda do curso de Serviço Social e foi onde eu fui conhecer um pouco mais sobre o curso, o que era o curso; e eu achava que o curso respondia muito mais as minhas inquietações do que o curso de Ciências Sociais, e aí foi que eu resolvi fazer a faculdade de Serviço Social (*Acolhida I*).

A minha trajetória no Serviço Social começou quando eu tinha 02 anos de idade, a minha mãe foi funcionária pública, hoje aposentada[...] quando era aquela ação assistencialista. Ela não era assistente social, mas eu fui criada dentro da Secretaria. Eu fui criada em meio aos profissionais, a primeira assistente social que teve aqui no município trabalhou com a minha mãe e eu tive um contato com ela. [...] desde os 2 anos de idade, eu tenho um contato com a Política de Assistência Social, de alguma forma. Eu fui crescendo e aprendendo com as pessoas que por aqui passaram. Eu convivi desde a época do assistencialismo [...]. Quando eu terminei o ensino médio, em um primeiro momento, eu optei por outro curso. Eu cheguei a fazer um ano de Sistemas de Informação, totalmente diferente, totalmente fora da área de Humanas [...] Fiz um ano desse curso e acabou que, no fim das contas, eu vi que realmente não era o que eu queria, parei e optei por fazer o Serviço Social. A escolha do serviço social foi uma escolha diferente. Quando eu falei “Ah não é isso que eu quero, eu fui pesquisar quais cursos eu teria condições de pagar e tal, aí quando eu olhei Serviço Social, eu falei: meu Deus! É isso que eu quero! Eu fui criada nesse meio, porque eu não pensei nisso antes? E desde o primeiro dia de aula eu tinha a certeza que o que eu queria era aquilo mesmo. Desde então, desde os estudos, eu estou envolvida na Política de Assistência Social, [...] eu me encontrei no Serviço Social, hoje eu posso dizer isso, [...]. É uma área que eu gosto, é o que eu gosto de fazer; é independente de estar na ativa,

na ponta, no atendimento ao público, que eu estive um bom tempo no atendimento ao público ou estar na área de gestão, que eu estou hoje, na área de consultoria. Para mim é a profissão que eu escolhi, é a profissão que eu gosto (*Acolhida 2*).

De primeiro momento, eu não tinha como objetivo o Serviço Social. No meu primeiro momento, para você ter uma ideia, eu fiz um vestibular de Física. Fiz de Física, não fechou turma, fui muito bem classificado, mas acho que só 8 pessoas passaram; eu tive que fazer opção por outros cursos. Outro curso que eu fiz opção foi Biomedicina. Biomedicina eu também não conseguiria fazer e cursar, devido ao período integral e eu tinha que trabalhar. [Então] me ofereceram o Serviço Social, então cheguei no Serviço Social dessa forma. Eu tive um pouquinho de frustração. Naquela época e até hoje eu vejo em questão de mercado de trabalho, nós não temos professor de física e naquela época eu era servidor público, auxiliar administrativo, era uma loucura a assistência social. [...] eu já era servidor público da área social, era auxiliar administrativo. Nós estamos falando aí de 25, 26 anos atrás - o Serviço Social era um negócio, assim, de outro mundo. As pessoas que chegavam lá para trabalhar, em um primeiro momento se assustavam, devido à forma de atendimento; a complexidade, porque a Saúde Mental era dentro do Serviço Social [...] Então, como eu vivia isso, assim, "eu acho que eu não vou querer isso aí para mim não", "eu acho que isso não dará muito certo". E devido, também, à profissional [Assistente Social] que lá estava, que eu aprendi muito com ela, muita coisa eu aprendi com ela, e muita coisa eu aprendi com ela como não ser daquela forma [risos], não agir daquela forma; eu falei assim: "Meu Deus do céu! Como que vai ser isso? Eu vou ter que voltar para cá mesmo, não vai ter jeito! (*Renda*).

[...] meus pais são muito católicos. Olha só, ainda, como que a gente ainda consegue fazer aquela ligação entre a igreja, entre as questões e o Serviço Social. E foi justamente isso, eu não cheguei lá diferente. Eu fui com essa intenção mesmo. Era voluntária na Fundação Sara, é uma ação que eu não sei se você já ouviu falar, é uma associação de crianças e adolescentes com câncer e tudo, então eu vim dessa trajetória mesmo, de pais muito católicos, e etc., casei muito nova, tive filho muito nova. Quando veio o curso de Serviço Social, então eu fui fazer uma pesquisa na Internet e eu vi o Serviço Social e falei: "Eu acho que eu dou certo para isso. Eu acho que é a minha praia". Então eu não fiz com a intenção de, sabe, de profissão, de dinheiro, de aspectos de promoção, de mudança de vida. Olha que cabeça! Eu fiz faculdade em uma faculdade particular; fui da primeira turma daqui do município de Grande Porte em Minas Gerais. Cheguei no Serviço Social dessa maneira [risos] (*Convívio 1*).

A minha história pessoal e profissional, é também da militância política, porque também, antes de entrar no Serviço Social, eu já era uma liderança política, vamos dizer assim, do movimento de luta pelas creches comunitárias em [metrópole] e pelo direito a essas creches serem reconhecidas pelo poder público, pelo poder executivo, e poderem ter acesso à alimentação. A dimensão da pobreza, sempre me incomodou, sempre me provocou. A desigualdade social, fome [em] especial no território onde morava e uma segunda vertente por ser uma pessoa espírita, para além da dimensão humana; a minha vivência, inclusive na família, uma família pobre, de origem pobre,

vulnerável, com várias questões de violências, vulnerabilidades, com a deficiência de um irmão. Então, fruto dessa luta política antes do Serviço Social na minha vida, o movimento de luta pró-creche também me deu bases para chegar no Serviço Social. Conheci uma assistente social naquele momento, no momento da minha juventude, em que eu presidia duas creches comunitárias e [me] encantei com essa assistente social, [que] hoje é minha grande amiga e enfim, fui fazer Serviço Social. Eu tinha, o meu desejo era de fazer Psicologia, para você ter uma ideia. Meu desejo inicial era ser psicólogo. Eu só não fui fazer psicologia porque na época era muito concorrido e tinha uma questão também para além da questão pessoal [...] um contexto bem conturbado, bem complexo e que me levou a buscar no Serviço Social novas possibilidades, inclusive de apoiar a família naquele contexto. Acho que a profissão também tem muito a ver com a minha história de vida, enfim, claro que depois vai superando essas situações e vivenciando outras. Eu fui capturado pelo Serviço Social pela dimensão do curso, pelas possibilidades do curso na minha vida pessoal e também na minha vida profissional; a ruptura com os fenômenos de violência de vulnerabilidade, pobreza, não é fácil, para um sujeito, para um ser humano, para uma pessoa, mas eu fui buscar o Serviço Social que trouxesse um leque de possibilidades na vida. O Serviço Social me possibilita hoje, inclusive, reconhecer os fenômenos, as violências, as vulnerabilidades que eu enfrentava dentro da minha própria família (*Convívio 2*).

[Primeiramente] eu fiz Contabilidade, enquanto um curso técnico. Eu quis muito fazer Medicina. E foi nessa batalha, fiz 2 vestibulares. A minha proposta era desenvolver a Medicina, mas para trabalhar nos projetos humanitários, o que é o cuidado com a pessoa, a criar possibilidades de bem-estar. Até que um dia a minha mãe disse assim: "Por que que você não faz um outro curso ou pensa alguma coisa?", eu falei assim: "Uai, mas o que seria?" e aí veio o Serviço Social. Eu fiz, então, a opção do curso. Eu queria muito vencer o desafio do vestibular, dar continuidade aos estudos, isso sempre foi muito importante para mim e muito incentivada pela minha família. Eu fui para PUC Minas, então eu digo com muito orgulho: "Sou filha da PUC". [...] Eu não tinha ideia, que aquele era um curso revolucionário. Que alteraria minha visão de mundo, como pessoa, como ser humano, que não formava uma profissional apenas para o trabalho, forma a gente para uma consciência de mundo, defesa de projetos de uma sociedade, isso realmente eu desconhecia (*Convívio 3*).

Por que que eu escolhi Serviço Social? Na verdade, eu nem sabia muito bem, não conhecia ninguém que fazia esse curso, nem conhecia assistente social, nem nada [mas] eu tinha um incômodo na vida, que eu sabia que tinha alguma coisa errada, que tinham dois mundos, que tinham os poderosos, vamos falar assim, e os excluídos. Eu não me conformava com essa desigualdade, sem nem compreender muito bem o porquê. Eu fui professora primeiro, professora primária [...] na época eu dava aula numa periferia, então eu tinha contato por esse mundo periférico, me incomodava muito. Eu trabalhei durante 9 anos e eu não me conformei mais em ficar ali só, porque eu via o seguinte: quem é que cuidava das famílias daquelas crianças com as quais eu trabalhava, sabe? E aí fui pensar, eu ia fazer Psicologia, depois mudei e fui fazer Serviço Social. Eu escolhi o Serviço Social por conta disso, porque eu achava que eu poderia fazer alguma coisa profissionalmente para a mudança dessa sociedade tão cruel que a gente vivia. [eu] não tenho origem em religião, várias pessoas [que cursaram comigo Serviço Social] tiveram contato com os dominicanos, muitas

amigas minhas. Eu fui procurar um lugar onde eu pudesse trabalhar com uma perspectiva de politização mesmo (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

Eu venho de uma família pobre, a minha mãe pagou o ensino médio com muita dificuldade, a gente pedia bolsa de ensino e, assim, era uma bolsa pequena. [...] quando cheguei no terceiro ano do ensino médio, veio aquela questão: Que que eu vou fazer? Que profissão eu vou seguir?. Eu não tinha muita ideia. Na verdade, a minha vontade era estudar Jornalismo, eu me identificava com aquilo, eu tinha vontade de fazer Jornalismo. E os colegas começam a saber o que eles iam fazer e eu, sem saber, comecei a pesquisar, fazer teste vocacional, com aquela ideia fixa: "Eu acho que é Jornalismo, eu acho que é Jornalismo. Será que é um Direito?", enfim, eu ficava nessas do Jornalismo e do Direito, mas o Direito sempre em segundo lugar. E eu, até o terceiro ano, não conhecia o Serviço Social, não conhecia ninguém formado na área, enfim, não sabia de nada da profissão. Eu fiz um teste vocacional e deu Serviço Social e aí eu fui estudar, eu falei: "Uai, o que é isso? Que profissão é essa? Que que essa pessoa faz? Onde ela pode trabalhar? [Descobri que a mãe de uma amiga era Assistente Social], com muita vergonha, não tinha coragem nem de perguntar para ela, porque eu acho que eu nem sabia como perguntar e comecei a conversar com essa amiga minha e falar: "Mas o que a sua mãe faz? Onde que ela trabalha? Quanto tempo faz que ela trabalha?", essa minha amiga foi me dando as informações que ela tinha e eu fui pesquisando, e fui me interessando. [Pensava à época], não vou conseguir estudar em uma escola pública em outro município porque eu teria que me dedicar muito, não tem como eu trabalhar". Comecei a olhar aqui mesmo o curso de Jornalismo [e] o curso de Serviço Social [aberto recentemente], e comecei a ver os valores. O curso de Serviço Social, para você ter uma noção, era 415 reais, eu lembro certinho. O curso de Jornalismo era quase 900 reais. Me muni dessas informações, estudei a respeito e fiz o vestibular e entrei, falei: "É isso mesmo", eu gostei, me identifiquei com o curso (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

Nesse sentido, revisitar o passado nesse percurso pela escolha da profissão nos permite compreender as formas relacionadas pelos profissionais no percurso de suas escolhas profissionais:

Ao revisitar o percurso histórico de uma profissão, é possível compreender de quais formas os profissionais se relacionam entre si e com o mundo, no sentido de garantir sua subsistência econômica, política e cultural, por meio de um movimento contínuo em que alguns elementos do passado podem ainda se conservar no presente (NAVARENHO; PAULA E ÁVILA, 2021, p. 39)

A partir dessas narrativas identificamos, por meio da sobreposição dos biogramas (QUADRO 2), os incidentes críticos comuns ao grupo pesquisado, que marcaram a escolha pela profissão.

Quadro 2 - Quadro de sobreposição dos biogramas: A Opção pelo Serviço Social

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2000	17	0	Percepção da desigualdade social, da venda e desvalorização da mão de obra	Inquietações sobre a desigualdade social motivaram a busca por cursos e escolha profissional
	2000	17	0	Influência presente na pequena cidade natal para o curso de Enfermagem	O curso de Enfermagem não respondia às suas inquietações
	2002	18	0	Primeiras buscas de informação sobre as profissões	Interesse inicial no campo das Ciências Sociais como área de formação profissional
	2002	19	0	Mudança de cidade e de contextos possibilitaram o conhecimento do curso de Serviço Social	Reconhecimento do Serviço Social como o curso mais alinhado às suas inquietações
ACOLHIDA 2	1987	2	0	mãe trabalhava na Secretaria de Assistência Social municipal	Relação afetiva com as gerações anteriores da Secretaria, com quem também aprendeu sobre a profissão
	2003	17-18	0	Forma-se no ensino médio e ingressa na graduação em Sistemas de Informação por Influência da história do irmão no desenvolvimento profissional	Primeira escolha profissional por se espelhar em seu irmão
	2004	19	0	Opta pelo Serviço Social após muitas pesquisas sobre a área	Certeza da carreira que gostaria de seguir
RENDA	2005	30	0	Faz vestibular para o curso de Física e não abre turma	Era sua primeira opção, mas se frustra por não abrir turma
	2005	30	0	Escolhe o curso de Biomedicina, mas não consegue cursar	Em sua segunda opção, se frustra por não conseguir cursar, pois precisava trabalhar e o curso era integral
	2005	30	0	Opta pelo Serviço Social, após suas demais opções não darem certo	Considerava uma frustração à época quando resolver fazer a faculdade de Serviço Social
CONVÍVIO 1	1990-1994	13-17	0	Casou e tornou-se mãe ainda adolescente	Demonstra consciência sobre a idade precoce e imaturidade para tamanha responsabilidade
	2002	25	0	Relação entre a criação católica e a experiência do trabalho voluntário com a futura escolha pelo curso de Serviço Social	Identifica a permanência da aproximação entre a igreja e a visão do Serviço Social como ajuda.
	2002	25	0	Escolhe cursar Serviço Social na recém-chegada IES no município	identificação pessoal com o Serviço Social ao pesquisar na internet
CONVÍVIO 2	1993	24	0	Atuava como militante e presidia duas creches comunitárias	A complexidade vivida no contexto familiar, a experiência de liderança política na luta pelas creches comunitárias em Belo Horizonte e o encantar-se com a pessoa e o trabalho de uma assistente social, determinam a possibilidade de cursar Serviço Social
	1997	28	0	Sua primeira opção de curso era Psicologia	Buscava uma área do conhecimento que traduzia seus anseios pessoais, mas a psicologia era muito concorrida.
	1997	28	0	Escolhe Serviço Social pela dimensão do curso	Encontra no curso de Serviço Social possibilidades para rupturas da vida pessoal e também para a vida profissional

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 3	1978	18	0	Cursou Técnico em Contabilidade, mas desejava fazer Medicina	Via na medicina a possibilidade de trabalhar em projetos humanitários
	1979	19	0	Por influência da mãe, opta em cursar Serviço Social	Queria muito se inserir no curso superior
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	1964-1967	20-23	0	Atua com professora primária, especializada em educação pré-primária	Inquietações com a desigualdade social são reforçadas na atuação como professora primária e vão influenciar na escolha profissional
	1968	24	0	Cogitou fazer o curso de Psicologia, mas escolheu cursar Serviço Social	Motivação política, e não religiosa – como era comum à época -, para a escolha do curso de Serviço Social
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	1999-2001	15-17	0	Cursou o ensino médio em escola particular Trabalhou no comércio e buscou bolsa de estudos para ajudar a mãe a pagar a escola	Frequentar o ensino médio em escola particular significava mais chance de ingressar no ensino superior.
	2000-2002	16-18	0	Influência da história do irmão, mais velho como referência nos estudos e no desenvolvimento profissional	Valorização do ensino superior e referência familiar nos estudos
	2002	18	0	Questiona-se sobre qual profissão seguir	Inquietações sobre as escolhas profissionais e identificação com o curso de Jornalismo
	2002	18	0	Conhece o curso de Serviço Social em razão do Teste Vocacional	Convive com a dúvida e a curiosidade: que profissão é essa: Serviço Social?
	2002	18	0	O preço do curso e a necessidade de trabalhar durante a graduação influencia a decisão de cursar Serviço Social na cidade onde morava	decisão marcada pela questão financeira

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para quase a totalidade, a escolha pela profissão do Serviço Social não foi algo buscado imediatamente, tanto que, muitos pensaram e outros, inclusive, chegaram a fazer outras escolhas, fato este comum entre *Acolhida 2*, *Convívio 3* e *Desenvolvimento da Autonomia 2*.

A escolha de cursar, a princípio, cursos técnicos e graduação em outras áreas, aconteceu em entre 18 e 20 anos de idade, idade esta que, de acordo com Fonseca *et al.*, (2013) é a fase em que ocorrem mudanças nos mais diversos aspectos, sociais, biológicos e psicológicos, que podem gerar consequências positivas ou não por toda a vida do indivíduo. Neste sentido, Costa (2016) reflete que ainda há uma dificuldade dos adolescentes, nesta fase, separarem o projeto de vida do projeto de escolha profissional, levando em conta que o indivíduo deve ser compreendido em sua totalidade.

Para *Convívio 1*, a escolha foi marcada pela visão de caracterizar uma profissão regida pela ajuda e da aproximação entre a igreja católica e o Serviço Social. Mesmo que sua opção

pela profissão tenha sido realizada em 2003, até mesmo nos dias atuais, a escolha pelo Serviço Social ainda é marcada por essa visão.

Iamamoto e Carvalho (2014) analisam aspectos relacionados a base inicial do Serviço Social no Brasil e a influência da Igreja Católica neste percurso, através de ações essencialmente políticas e de expressões conservadoras, baseando-se no assistencialismo como “suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos”, assumidos através de uma posição política da Igreja através da defesa de programas conservadores, com cunho paternalista e especificidades bem definidas: “tratar-se de um núcleo feminino, originado majoritariamente do sistema de ensino mantido pela Igreja e das modernas obras sociais e constituir-se a partir de moças e senhoras da sociedade, pertencentes aos setores abastados” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 228-229).

Ainda nesse sentido, as autoras supracitadas acrescentam:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade [...] etc. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 233-234)

O conflito de escolhas pela profissão a ser seguida foi algo comum ao grupo, acontecimento marcado por características orgânicas e sociais e principalmente por influências familiares, políticas e econômicas.

Renda, por exemplo, traz que a entrada no curso de serviço social lhe causou frustração, a princípio.

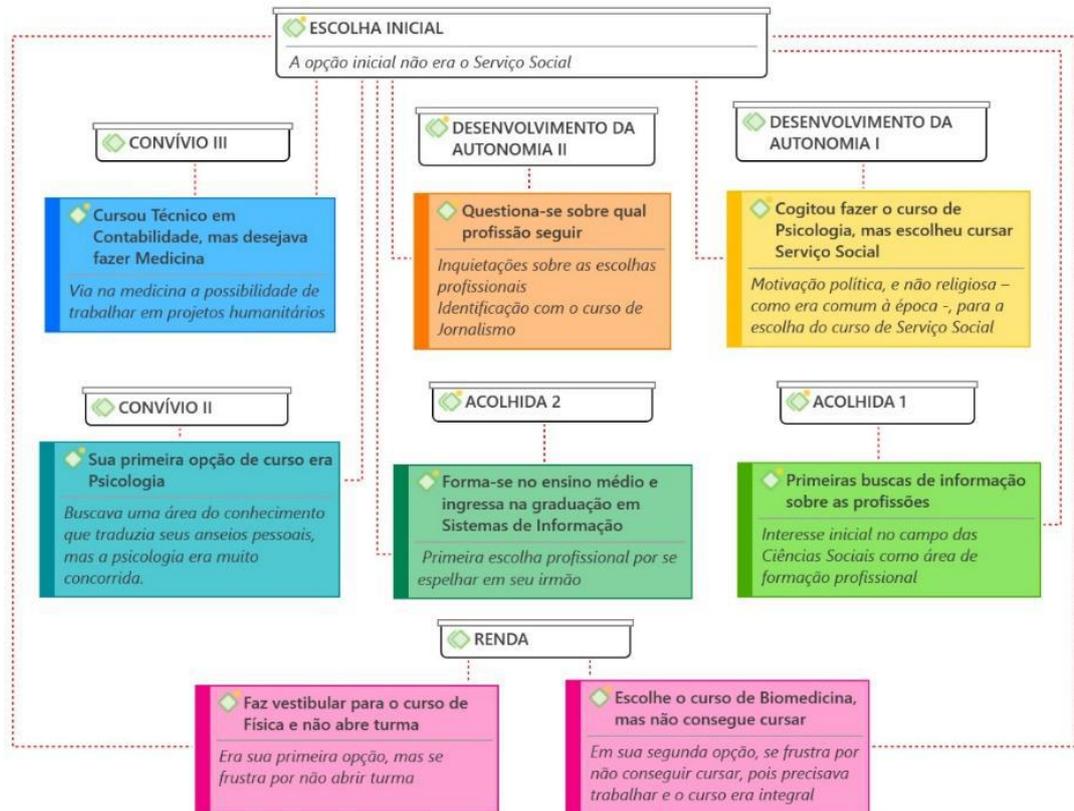
De primeiro momento, eu não tinha como objetivo o Serviço Social. [então] me ofereceram o Serviço Social, então cheguei no Serviço Social dessa forma. Eu tive um pouquinho de frustração. Naquela época e até hoje eu vejo em questão de mercado de trabalho, nós não temos professor de física (*Renda*).

Convívio 2, reflete que a escolha pelo Serviço Social advém da impossibilidade de cursar psicologia, que era sua grande vontade.

O meu desejo era de fazer Psicologia, para você ter uma ideia. Meu desejo inicial era ser psicólogo. Eu só não fui fazer psicologia porque na época era muito concorrido e tinha uma questão também para além da questão pessoal (*Convívio 2*).

A escolha pela profissão do Serviço Social, não foi a opção inicial de quase a totalidade de participantes da pesquisa, um momento gerado por dúvidas e anseios. A Figura 11, exemplifica incidente crítico comum ao grupo.

Figura 11 – A dúvida na escolha pelo Serviço Social



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Todavia, neste processo de escolha pela profissão, *Acolhida 1*, *Convívio 2* e o *Desenvolvimento da Autonomia 1* não tiveram o percurso marcado somente pela dúvida sobre a profissão a ser seguida, mas por um percurso marcado por inquietudes pessoais sobre a desigualdade vivenciada no país, sendo este um dos fatores decisórios para a busca pelo Serviço Social, levando em conta que todos buscavam por uma profissão que representasse rupturas com o ambiente pessoal e profissional que viviam.

Este fator decisório é definido, de acordo com Navarenho (2018), por decisões marcadas ao longo da vida da pessoa, expressada por sentimentos de quem ela deseja ser, o que fazer e qual o espaço gostaria de se sentir pertencente no meio do trabalho. “Ao escolher uma profissão, o indivíduo escolhe também sua futura rotina, o perfil das pessoas que farão parte dela, as questões organizacionais e culturais que permeiam tal ofício (NAVARENHO, 2018. p. 88)”.

A Figura 12 expressa esta motivação, este fator decisório pela escolha do Serviço Social.

Figura 12 - Motivação decisiva pela escolha do Serviço Social



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Concernente à temática, é possível afirmar, pautado por Iamamoto e Carvalho (2014) e Guerra (2014), que a escolha pelo Serviço Social advém do “processo da reprodução das relações sociais”, que a instrumentalidade do Serviço Social é dada pela forma que a profissão é “inserida na divisão social e técnica do trabalho e resposta pela dinâmica da realidade social que, tanto vincula a profissão a outros ramos de atividade profissional quanto atribui à profissão um status peculiar (GUERRA, 2014, p. 217)”.

Neste movimento, trazemos abaixo a categoria denominada “Formação Inicial e Continuada”, e nela, trazemos as experiências da formação profissional em Serviço Social para o exercício da profissão.

4.3.2 Formação inicial e continuada: um tecido pronto para receber a linha e agulha pelas mãos de quem está bordando o próprio futuro

Da entrada até a conclusão, quantas histórias! Quantos desejos frustrados e quantos sonhos conquistados. Descobertas para além da profissão. Será mesmo que escolhi somente uma profissão? Neste andar de descobertas, percebo que não fui a única a questionar a própria escolha, tampouco saber qual área do Serviço Social gostaria de mergulhar mais e mais. Isso acalenta, conforta, mas traz diversos nós para serem desfeitos ao longo das nossas trajetórias profissionais [...]. (*Diário da pesquisadora*)

Igualmente a opção pelo Serviço Social, a formação inicial das/os entrevistados foi repleta de questionamentos e definidor na carreira a ser seguida como Assistente Social. A entrada na graduação do grupo pesquisado se deu no período de 1969 a 2006, em diferentes

conjunturas vivenciadas tanto pelo Serviço Social quanto pela história da Política Pública de Assistência Social no país. A exemplo disso temos, a entrevistada Desenvolvimento da Autonomia, que resgata que seu período formativo se deu em um contexto de Ditadura Militar e no importante momento do Serviço Social Brasileiro com o Movimento de Reconceituação da Profissão, que tem seu reflexo no exercício profissional até em dias atuais, de acordo com Netto (2009) e reforçado ainda por Viana, Carneiro e Gonçalves (2015).

[...] Eu entrei para a universidade em 69, entrei num momento, assim, de... conturbadíssimo. Na época da ditadura, 64, depois 69, eu entrei nesse período. [...] Já com [...] [aquelas] inquietações, fui cair [risos] no caldeirão, porque o Serviço Social, naquela época, a Escola era muito politizada. [...] Havia uma visão romantizada sobre o Serviço Social no início da formação, muito distorcida, de que o Serviço Social era o salvador da pátria [risos], era ele que ia fazer a mudança. (*Desenvolvimento da Autonomia 1*)

Convívio 3, reconhece que “*não fazia ideia do quão profundo era o Serviço Social*”, mas que atualmente “*Compreende que sua geração de aluna vivenciou uma formação dentro dos debates de construção de possibilidades, voltadas para as ações coletivas e comunitárias*”, marcado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

A maior parte dos entrevistados, ingressaram na graduação em Serviço Social numa média de idade entre 18 e 26 anos, buscando principalmente a autonomia financeira através do curso Superior, embora grande parte já tivesse algum vínculo no mercado de trabalho em áreas diversas. Navarenho (2018) em sua dissertação sobre a trajetória docente de fisioterapeutas, resgatou que a escolha profissional do grupo de fisioterapeutas por ela pesquisado também foi realizada de “*forma precoce na temporalidade em que a vida acontece, imersa em espaço complexo de construção, desconstrução e reconstrução do ser individual e ao mesmo tempo coletivo* (NAVARENHO, 2018, p. 95)”.

Reforça-se aqui que todos os assistentes sociais entrevistados se graduaram através de Universidade Privada e no caso de: *Acolhida 2*, *Renda*, *Convívio 2* e *Desenvolvimento da Autonomia 2*, optaram pelo Serviço Social por ser um curso de custo financeiro acessível em relação dos demais.

A escolha do serviço social foi uma escolha diferente. Quando eu falei “Ah não é isso que eu quero, eu fui pesquisar quais cursos eu teria condições de pagar e tal, aí quando eu olhei Serviço Social, eu falei: meu Deus! É isso que eu quero! (*Acolhida 2*).

Biomedicina eu também não conseguiria fazer e cursar, devido ao período integral e eu tinha que trabalhar. De primeiro momento, eu não tinha como

objetivo o Serviço Social. [Então] me ofereceram o Serviço Social, então cheguei no Serviço Social dessa forma (*Renda*).

Eu só não fui fazer psicologia porque na época era muito concorrido e tinha uma questão também para além da questão pessoal, a financeira (*Convívio 2*).

[Pensava à época], não vou conseguir estudar em uma escola pública em outro município porque eu teria que me dedicar muito, não tem como eu trabalhar. Comecei a olhar aqui mesmo o curso de Jornalismo [e] o curso de Serviço Social [aberto recentemente], e comecei a ver os valores. O curso de Serviço Social, para você ter uma noção, era 415 reais, eu lembro certinho. O curso de Jornalismo era quase 900 reais. Me muni dessas informações, estudei a respeito e fiz o vestibular e entrei, falei: "É isso mesmo", eu gostei, me identifiquei com o curso (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

Para muitos entrevistados, a possibilidade de ingressar e manter-se na graduação requereu alguns ditos "sacrifícios", havendo a necessidade de viverem em duplas e até triplas jornadas, ou seja, estudando, realizando estágios e trabalhando para custear a Graduação.

Um dos sacrifícios citados por *Convívio 2*, foi referente a jornada exaustiva de conciliar todas as atividades da graduação com o trabalho e ainda, o tempo de deslocamento, além do cansaço mental e físico e abdições de lazer.

eu também precisava estudar e também receber dinheiro para eu me manter na universidade. Universidade privada para você ter uma ideia. [...] eu também estava fazendo estágio numa clínica de saúde mental, então teve momentos que eu tinha dois estágios: de manhã, de tarde e estudando a noite. Era coisa assustadora, coisa de 7,8 ônibus por dia, chegava exausto, de madrugada em casa [...] (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

Cabe reforçar que a relação entre o trabalho e a educação superior é "reflexo da sociedade capitalista, visto que o trabalho é adotado nesse tipo de sociedade" (FERNANDES E OLIVEIRA, 2012, p. 11).

No entanto, embora fosse muitos os desafios ali na formação inicial, em diferentes momentos da conjuntura do Serviço Social, quase que em totalidade os participantes da pesquisa reconhecem que adentraram com uma visão romantizada do curso de Serviço Social e que não compreendiam a dimensão da formação ali iniciada durante a graduação, representado pelas narrativas abaixo:

E eu lembro muito, eu tive uma turma que tinham muitos colegas já de uma faixa etária maior, acima de 30, 40 anos de idade e eles falavam assim: "Ah, porque eu trabalho numa instituição, eu quero ajudar as pessoas e vim fazer Serviço Social para ajudar". Aquela velha vinculação da profissão do Serviço Social, do ser assistente social com o assistencialismo e isso me assustava muito, porque eu não tinha essa ideia, não tinha essa visão de que você era

vinculado a profissão com essa característica, foi o primeiro contato que eu tive, na época, sobre isso. E assim, desde o primeiro dia, sempre foi a minha paixão a faculdade, eu sempre gostei muito (*Acolhida 1*).

No município onde eu morava e trabalhava, eu já era servidor público da área social, era auxiliar administrativo. Nós estamos falando aí de 25, 26 anos atrás - o Serviço Social era um negócio, assim, de outro mundo. As pessoas que chegavam lá para trabalhar, em um primeiro momento se assustavam, devido à forma de atendimento; a complexidade, porque a Saúde Mental era dentro do Serviço Social [...] então todo dia tinha gente desmaiando, com epilepsia, era uma loucura aquilo! Então, como eu vivia isso, assim, "eu acho que eu não vou querer isso aí para mim não", "eu acho que isso não dará muito certo" (*Renda*).

Quando veio o curso de Serviço Social, Então eu fui fazer uma pesquisa na Internet e eu vi o Serviço Social e falei: "Eu acho que eu dou certo para isso. Eu acho que é a minha praia". Então eu não fiz com a intenção de, sabe, de profissão, de dinheiro, de aspectos de promoção, de mudança de vida. Olha que cabeça! [...]E lembro hoje, a professora perguntou na turma: "O que te motivou a fazer Serviço Social?". Eu fui a primeira, eu falei: "Ah, é porque eu já faço trabalho comunitário, e tal, tal". Então, assim, é isso que dá para a gente perceber, que as pessoas ainda entram no curso de Serviço Social, algumas, com o mesmo pensamento (*Convívio 1*).

Eu não tinha ideia, que aquele era um curso revolucionário. Que alteraria minha visão de mundo, como pessoa, como ser humano, que não formava uma profissional apenas para o trabalho, forma a gente para uma consciência de mundo, defesa de projetos de uma sociedade, isso realmente eu desconhecia. [...] E eu acho tão interessante, que a professora, em uma das primeiras atividades de aula, ela quis entender por que nós chegamos no curso de Serviço Social, e naquele momento poucos tinham, assim, a clareza nítida de porquê o Serviço Social e não outros cursos, inclusive como eu achava que era naqueles mais clássicos, naqueles cursos de maior status é que dava possibilidade de você desenvolver algo que você gostaria de fazer pelas pessoas, pela sociedade. E foi muito interessante que eu me encantei com o curso, eu fiz o Serviço Social entendendo o que eu queria e entendendo, na verdade, o que ele iria me possibilitar (*Convívio 3*).

Entrei num momento conturbadíssimo. Já com [aquelas] inquietações, fui cair no caldeirão, porque o Serviço Social, naquela época, a Escola era muito politizada. Havia uma visão romantizada sobre o Serviço Social no início da formação, muito distorcida, de que o Serviço Social era o salvador da pátria, [que] era ele que ia fazer a mudança (*Desenvolvimento da autonomia 1*).

Partindo da premissa que o Serviço Social é uma profissão entremeada na divisão social e técnica do trabalho e seu objeto de intervenção profissional é marcado pelas inúmeras expressões da questão social, conforme apontado por Iamamoto (2015), Yazbek (2009a) corrobora que, o Serviço Social é um terreno polarizado por interesses contrários das classes sociais.

[...] a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Permite também apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social. Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. Supõe, portanto, também descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar, por um lado, as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional do assistente social e, por outro, o modo como o profissional constrói sua intervenção, atribui-lhe significado, confere-lhe finalidades e uma direção social (YAZBEK, 2009b, p. 129-130).

Esta compreensão, nos remete à profundidade de uma graduação em Serviço Social, confrontando por vezes, a visão romantizada pelo curso e que levou muitos Assistentes Sociais por sua busca.

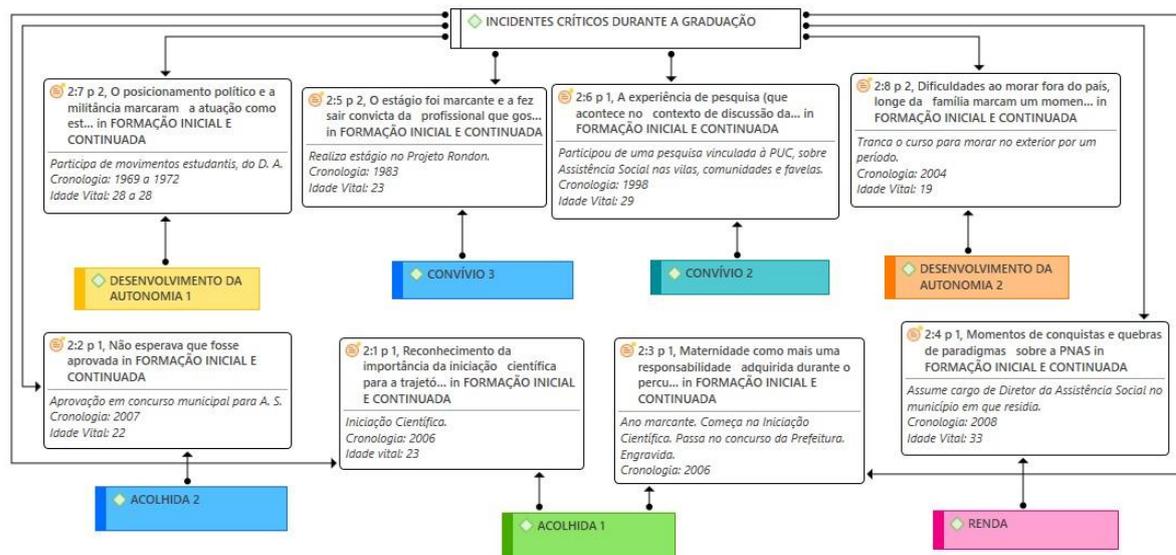
Ainda durante a graduação, muitos participantes vivenciaram incidentes críticos que marcaram e deram rumos em suas trajetórias, que de acordo com Bolívar (2002) são caminhos significativos na vida dos indivíduos, tendo um “importante significado para quem o vivencia, pois refere-se a crises ou eventos críticos que propiciam alterações no curso da vida (SOUZA, 2020, p. 61)”.

Houve, nesse percurso da formação inicial, o encontro com a iniciação científica, com a pesquisa; aprovações em concursos públicos; participação em diretórios e movimentos estudantis; trancamento do curso; o encontro com a maternidade; estágios supervisionados.

Momentos que marcaram para sempre a vida de Acolhida 1, Acolhida 2, Renda, Convívio 2, Convívio 3, Desenvolvimento da Autonomia 1 e também Desenvolvimento da Autonomia 2, conforme explicitado pela Figura 13.

Neste intento, vale destacar o estágio supervisionado na graduação em Serviço Social, sendo marcante, principalmente para Convívio 3, que reflete o quanto o estágio a fez sair convicta da profissional que gostaria de ser e que possibilitou grandes contribuições para o percurso profissional.

Figura 13 - Incidentes Críticos durante a graduação



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE/ABEPSS) compreende o estágio como um “momento privilegiado da formação profissional” onde a supervisão é explorada para “estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou profissionais, equipes e executores e/ou formuladores de políticas, programas e/ou projetos a apreender e interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham (GUERRA E BRAGA, 2009, p. 5)”, que com o término da graduação, gerou, principalmente em *Convívio 3*, a angústia de ir para a campo profissional sem o suporte profissional de seus supervisores de estágio.

[Quando formei] aquele medo bateu, e agora? Como vou encarar tudo, implementar tudo isso, que eu aprendi e como eu vou encarar essa sociedade que discrimina, que não reconhece ao outro, que promove a desigualdade, o que eu vou fazer? E aí, eu senti muito forte a insegurança, porque o estágio ainda era um vínculo umbilical com a universidade e quando se forma você não tem mais a referência do supervisor, não tem mais a referência do professor orientador; então pra mim o sentido, seria a insegurança de como entrar no mundo do trabalho e a testagem de que profissional eu serei, como eu farei (*Convívio 3*).

Dialeticamente, os estágios supervisionados visam ao acadêmico o olhar diferenciado para a formação e o exercício profissional. Embora boa parte dos assistentes sociais participantes da pesquisa tenham relacionado suas experiências com supervisores de estágio

como um momento único, observou-se que experiências negativas também estiveram presentes, como na trajetória de *Renda*, que reflete que se pudesse voltar no tempo, buscaria outros campos de estágio que não fosse o seu próprio ambiente de trabalho e com colega de trabalho.

[...] eu aprendi muito com ela [supervisora de campo no estágio], muita coisa eu aprendi com ela, e muita coisa eu aprendi com ela como não ser daquela forma [risos], não agir daquela forma; [...]

Hoje, se eu fosse voltar no tempo, eu não faria estágio no local onde eu estava trabalhando, tem a praticidade e tudo, mas eu acho que as pessoas precisam ter outros tipos de vivência, conhecer outros profissionais, eu tive a oportunidade, mas na época eu fui pelo comodismo e continuei lá e isso me custou muito, porque eu deixei de aprender e hoje eu tenho uma visão mais crítica sobre o atendimento das pessoas, eu amadureci muito.

Aí as inseguranças foram diminuindo, eu fui conseguindo vislumbrar outras oportunidades (*Renda*).

Reis (2020) resgata que o “processo da trajetória histórica da profissão no Brasil legou uma concepção crítico-dialética hegemônica à formação e ao exercício profissional”, que conforme apresentado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS/gestão 2011- 2014): “incide em especial no entendimento de que o estágio, na formação profissional do assistente social, deve superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer (CFESS, 2012b, p. 6)”.

Nesta perspectiva, o projeto profissional toma corpo, se tornando palpável aos profissionais que estão prestes a ingressar no mercado de trabalho, fazendo cada profissional debruçar-se nas possibilidades e também na consciência crítica do Assistente Social que almeja ser.

Ao analisar o grupo pesquisado, percebeu-se que o momento em que se encerra a graduação em Serviço Social foi marcante para todos, realizando uma importante reflexão do caminho percorrido até ali: as inseguranças sobre a profissão que iriam seguir passam a dar lugar para o medo do mercado de trabalho; externava ali, também, o sentimento de conquista e pertença a profissão do Serviço Social, como o caso de *Convívio 2*, que rememora com muita intensidade, o momento do final da graduação. “Bom, eu me formei em 2002. Quando consegui concluir à Universidade fiz uma festa, pensa, pessoa pobre concluindo a universidade, não tinha nada, não tinha PROUNI” (*Convívio 2*).

Desenvolvimento da Autonomia 2, também reflete o quanto a finalização da graduação foi positiva em sua trajetória que, apesar do trancamento do curso ainda no 2º período e só retornar um ano depois, em uma nova turma, com novos colegas onde não se sentia pertencente

a turma, em uma exaustão diária de conciliar o trabalho, estágios e universidade, conseguiu ainda receber o título de honra ao mérito.

[...]trabalhando no comércio o dia inteiro, estudando à noite, fazendo estágio e tal. [...] Concluo o curso de Serviço Social, ganho uma bolsa de estudos por honra ao mérito, fiz a minha primeira especialização, fiz a especialização em [...]Saúde Pública (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

A partir das narrativas dos Assistentes Sociais foi possível observar que o processo da formação inicial em Serviço Social veio abarcada também de muitas similaridades entre o grupo pesquisado, fazendo do momento do início à conclusão da graduação em Serviço Social um momento carregado de desconstruções sobre a profissão e também de construções únicas para cada Assistente Social entrevistado.

Vale reforçar que o processo de escolha profissional não se encerra com a conclusão do curso de Ensino Superior. De acordo com Ojeda, *et al.* (2009) o processo de formação inicial e continuada possibilita ao profissional avaliar e reavaliar suas escolhas conforme suas experiências e também vivências no campo profissional e pessoal, questionando seus caminhos e questionando-as frequentemente.

4.3.3 Experiência como Assistente Social: um bordado repleto de construções e desconstruções

“Quem me dera ao menos uma vez
Explicar o que ninguém consegue entender
Que o que aconteceu ainda está por vir
E o futuro não é mais como era antigamente”
(Índios, Legião Urbana, 1986).

Quem me dera se eu pudesse voltar no tempo e fazer tudo diferente. Após mais de uma década como Assistente Social, muitos foram os ‘saberes’ desconstruídos. Como é difícil materializar e compreender o projeto ético-político da profissão! Me acalma o coração perceber que essas desconstruções e construções também foram necessárias para meus colegas de profissão participantes desta pesquisa e não paramos no tempo. E aqui estou, sempre aprendiz! (*Diário da pesquisadora*).

Ao longo da trajetória acadêmica, o Assistente Social mergulha em diversas áreas de intervenção profissional. Sua força de trabalho supõe apreender a chamada ‘prática profissional’, profundamente marcada pelas relações entre as classes sociais rompendo com a endogenia na profissão (IAMAMOTO, 2014, p. 22-23). Ou seja, o Serviço Social, de acordo

com Iamamoto (2014) se reproduz como um trabalho especializado, produzindo serviços que buscam atender as necessidades sociais dos indivíduos, além de efeitos na produção e reprodução da vida material.

O início na vida profissional é condicionado ao disposto na Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão da/o Assistente Social, de que somente poderão exercer a profissão os possuidores de diploma de graduação em Serviço Social e o registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), na área de jurisdição onde irá atuar (BRASIL, 1993b).

A partir da sobreposição dos biogramas dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa (QUADRO 3), a idade profissional equivale ao primeiro ano na profissão, coincidindo ao ano que colaram grau na graduação e obtiveram o registro profissional. Observamos que o incidente crítico do início da profissão se deu quase que automático ao encerramento da graduação tanto na trajetória de Acolhida 1, Renda, Convívio 1, Convívio 2, Convívio 3, Desenvolvimento da Autonomia 1 e Desenvolvimento da Autonomia 2, quanto na trajetória de Acolhida 2 que, embora não tenha adentrado no mercado de trabalho automaticamente, dedicou alguns meses após a colação de grau ao trabalho de Assistente Social de forma voluntária.

Quadro 3 - Sobreposição dos biogramas: o início na vida profissional

Sobreposição: O Início na Vida Profissional					
Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2009	25-26	1	Finaliza a graduação e inicia imediatamente o trabalho como assistente social na prefeitura de outra cidade	Etapa vencida e alívio de concluir, mas ao mesmo tempo, o medo de ficar parada devido a todo investimento que havia sido feito para concluir uma faculdade. Sentimento de gratidão e alívio de conseguir um emprego, com filho pequeno.
	2009-2010	26	1-2	Paralelamente ao primeiro emprego como AS foi chamada e inicia a docência no ensino superior	Considera um desafio iniciar a docência logo após a conclusão da graduação Entendia que tinha que estudar muito, mas havia também a preocupação da visão dos alunos sob uma professora recém-formada
ACOLHIDA 2	2008-2009	23-24	1	Inicia trabalho voluntário na implantação do Núcleo de Defesa da Mulher na Defensoria Pública de Minas Gerais	Buscava conhecimento e experiência para atuar como profissional
	2008-2009	23-24	2	Concilia trabalho no CRAS e na [ILPI]	Não tinha certeza de que iria se adaptar ao novo trabalho, no presídio

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
RENDA	2010-2016	35-41	01-07	Foi Secretário de Desenvolvimento Social	Reconhece o desafio profissional na época e avalia como uma experiência positiva na sua trajetória profissional
CONVÍVIO 1	2º semestre 2006	29	1	Passa no processo seletivo para Assistente Social na mesma IES que cursou Serviço Social	Felicidade em ser aprovada em processo seletivo ainda como estudante e iniciar na profissão ainda recém-formada
	2006-2009	29-32	1-4	Realizou a proposta de abertura de dois campos de estágio na faculdade em que trabalhava	Satisfação de contribuir com a abertura de campos Inovadores de estágios
				Atua em projetos de extensão da IES desenvolvidos no sistema prisional, em ILPI's, na PNAS e para o desenvolvimento de Comunidade rural.	Reflete que a PNAS é sua grande paixão, mesmo atuando em outros projetos. Conquista marcante de ser reconhecida ainda na primeira experiência profissional
CONVÍVIO 2	2002-2004	33-35	1-3	Assume cargo de Confiança na Secretaria Municipal de Assistência Social na sua cidade origem. Leciona em programa do governo federal: Cenfoco, qualificando lideranças comunitárias	Reconhecimento da dimensão política, ética, profissional como importantes em sua trajetória profissional Sua experiência nos estágios o qualificou para atuar nesse programa
CONVÍVIO 3	1984	24	1	Opta pelo início da vida profissional no interior de Minas Gerais	Sentia a necessidade desenvolver suas habilidades e que permanecer na cidade atual não lhe favoreceria
	1985-1991	25-31	2-8	Inicia sua atuação profissional em cidade de grande porte do leste mineiro	A primeira experiência profissional a permitiu extrapolar para além do fazer profissional
	1987-1989	27-29	4-6		A participação em coletivos a fortalecia enquanto profissional
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	1972-1973	28-29	1-2	Sua primeira atuação como profissional do Serviço Social foi no Centro de Documentação	Tem a oportunidade de permanecer no meio acadêmico que tanto gostava
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	2008	23	1	Início da trajetória profissional: poucos dias após formar, começou trabalhar como A.S. por indicação de uma ex-colega de curso	Foi desafiador, havia medo de não dar conta, de morar sozinha. Foi o início de uma vida adulta, de morar sozinha, longe da família.
	2008-2009	24-25	1	Inicia a atuação profissional na implantação dos CRAS e concilia esse trabalho como A. S. da APAE para complementação da renda	Era recém-formada e estava aprendendo a trabalhar como Assistente Social e como trabalhar dentro de um CRAS, que estava começando na prática. Era a associação da teoria à prática.
	2008-2009	24-25	1		Foi A. S. do primeiro CRAS e a 1ª A.S. da APAE no município.
	2009	25	2	Encerra-se o contrato no CRAS e na APAE	Incertezas e angústias por um novo emprego após o período eleitoral

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2 (continuação)	2008	23	1	Início da trajetória profissional: poucos dias após formar, começou trabalhar como A.S. por indicação de uma ex-colega de curso	Foi desafiador, havia medo de não dar conta, de morar sozinha. Foi o início de uma vida adulta, de morar sozinha, longe da família.
	2008-2009	24-25	1	Inicia a atuação profissional na implantação dos CRAS e concilia esse trabalho como A. S. da APAE para complementação da renda	Era recém-formada e estava aprendendo a trabalhar como Assistente Social e como trabalhar dentro de um CRAS, que estava começando na prática. Era a associação da teoria à prática.
	2008-2009	24-25	1		Foi A. S. do primeiro CRAS e a 1ª A.S. da APAE no município.
	2009	25	2	Encerra-se o contrato no CRAS e na APAE	Incertezas e angústias por um novo emprego após o período eleitoral

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Diferentes foram as experiências do grupo pesquisado no mercado de trabalho, ainda no primeiro ano de vida profissional. As demandas diversas para atuação do Assistente Social, fortalece, conforme aponta Miotto (2006), a prática numa perspectiva da interdisciplinaridade, buscando as possibilidades por meio da bagagem técnico-operativa.

Refletir a dimensão técnico-operativa é inerente da reflexão em relação às dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão do Serviço Social. Com elas, o Assistente Social se mune um arcabouço materializado numa atuação profissional crítica para decifrar a realidade e criando assim novas alternativas de trabalho.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p. 7).

Um dos grandes desafios que os Assistentes Sociais vivenciam no presente é desenvolver capacidades factíveis de “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos”, pensando nas demandas crescentes do dia a dia, buscando ser um profissional “propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2014, p. 20)”.

Esse cenário é confirmado por meio das narrativas do grupo pesquisado ao ingressarem no mercado de trabalho. O início na vida profissional e o desenvolvimento na profissão dos Assistentes Sociais, foi um caminho repleto de construções, resistência e resiliência profissional.

Depois que acabou, foi um sentimento muito ambíguo, de ‘e agora?’ Porque aquela articulação toda que a gente tinha, aquele grupo, saiu, foi para o mundo. Deu medo, sabe? Deu medo de enfrentar a situação pós aluna. Era um outro lugar. Eu não falava mais no lugar de aluna, começava ali falar no lugar de profissional. [...] fui trabalhar no INSS, no Centro de Reabilitação Profissional que foi um trabalho maravilhoso, era uma equipe maravilhosa interprofissional. Esta foi a melhor equipe que eu trabalhei em toda a minha vida [...] O meu papel era assim: depois que o INSS liberava para o trabalho, eu fazia parte da equipe de assistente social e sociólogo para adaptar [a pessoa] para o mercado de trabalho. Era aí que o bicho pegava, porque eu tinha que ir para as empresas, a sorte era que eu tinha uma boa argumentação. [A pessoa tinha que retornar em outra função] mas ele não podia ser mandado embora, então eu ia para a empresa, discutia com o pessoal lá e eles readaptavam a pessoa. Quando eu ia fazer uma pesquisa, todos haviam sido demitidos, passava um mês, todos eram demitidos. Aquilo me deu uma frustração tão grande, porque era um trabalho tão bonito que a gente fazia. Eu fiquei com muita raiva do mercado de trabalho, com muita raiva das empresas. Eu fiquei com raiva de tudo. Aí eu disse: ‘não quero ficar aqui mais não, porque é muito frustrante’. Logo em seguida, surgiu um concurso do Estado de Minas Gerais para Assistente Social [...] pesquisei quem estava lá dentro e mergulhei de cabeça (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

Considerando a amplitude da atuação profissional dos Assistentes Sociais, os sujeitos da pesquisa relataram atuação em diferentes espaços ocupacionais, ao longo de suas trajetórias profissionais: Assistência Social, Educação, Saúde, Previdência, Judiciário e também a docência no ensino superior, apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 - Sobreposição dos biogramas: Docência ao ensino superior

O Assistente Social Docente no Ensino Superior					
Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2009-2010	26	1-2	Paralelamente ao primeiro emprego como AS foi chamada e inicia a docência no ensino superior	Considera um desafio iniciar a docência logo após a conclusão da graduação Entendia que tinha que estudar muito, mas havia também a preocupação da visão dos alunos sob uma professora recém-formada
	2011	28	3	Inicia o trabalho como professora no curso de Serviço Social, na [IES 2]	Considera a jornada tripla uma sobrecarga exigida pela má remuneração da profissão à época

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 1	2007-2008	30-31	2-3	Começa a lecionar na mesma IES em que atuava como Assistente Social	Fez a pós como atendimento a uma demanda institucional para poder lecionar
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	1º semestre 2011	27	4	Foi aprovada na vaga como professora do curso de Serviço Social em uma IES da região	Sempre teve interesse pela área da docência e decide atuar no âmbito acadêmico, seguindo o exemplo de uma ex-professora, então coordenadora do curso em uma IES1 da região. Foi uma conquista. Eu consegui, as pessoas lembram de mim e sabem como eu trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Reforçando a figura do Assistente Social docente, Nóvoa (1992, p. 15) afirma que “o professor é a pessoa e uma parte importante da pessoa é o professor”. Nesse sentido, apontamos a preocupação de Acolhida 1, quando adentrou no mundo da docência ao ensino superior, ainda nos primeiros anos de atuação como Assistente Social:

[...] com um mês que eu estava trabalhando lá na prefeitura, eu fui convidada para dar aula na [IES 1 da mesma cidade]. Eu aceitei o desafio, foi um desafio enorme porque eu estava recém-formada, foi um desafio duplo; tanto para mim, do ponto de vista de estar dentro de uma sala de aula, e também da aceitação dos alunos de uma pessoa recém-formada dando aula. (*Acolhida 1*).

O desafio da docência, vivenciado por Acolhida 1, também foi marcado pela figura de professores, que assim como Convívio 1 e Desenvolvimento da Autonomia 2, tiveram ao longo de suas trajetórias a opção pela docência marcada por seus professores da graduação. Foram referência não só pela atuação profissional propriamente dita, mas também na pesquisa, no estágio e na docência. Essa influência foi também marcada pelo apoio, inspiração e impulso para trilharem o caminho da docência.

Entre na faculdade e no segundo ano da faculdade eu fui bolsista de iniciação científica, uma grande professora trouxe a iniciação científica para dentro do Serviço Social. Eu fui fazer uma apresentação oral e quase morri do coração, porque tinha uma dificuldade imensa de falar em público, mas gostei. Gostei muito e essa situação da iniciação científica acho que foi me encaminhando, foi me levando para o caminho da docência (*Acolhida 1*).

Então, em 2006, antes mesmo de eu colar grau, eu participei do processo seletivo e então eu passei nesse processo e fiquei muito contente, sabe? Porque eram só professores mesmo da época. Na região, em 2006, só tinham três

assistentes sociais. [Vinha] muita gente de fora dar aula, eu consegui passar e foi muito gratificante para mim. Então a minha trajetória, eu falo que ela começou dentro da faculdade, tive grandes professores (*Convívio 1*).

Eu tinha o interesse na área acadêmica, fiquei sabendo de vaga, lembra que eu te falei que eu tinha uma professora que foi a minha orientadora de estágio? No Centro de Referência. Ela estava dando aula, ela era coordenadora do curso de Serviço Social de uma IES da região, eu soube que eles estavam com vaga para professores e falei assim: "Uai, eu já tenho uma especialização, eu vou tentar. Quem sabe eles aceitam como pós-graduação *lato sensu*?". Fiz o contato com ela, mandei o meu currículo e ela gostou muito, também já me conhecia, sabia como que eu era e falou assim: "Não, a gente vai pegar você sim". Me dividi aí entre o trabalho no CREAS de [município de pequeno porte II] e a IES1 (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

No entanto, não só as inspirações pelos professores, durante a trajetória formativa, foram decisivas para ingressarem na docência. Cabe ressaltar que alguns dos profissionais entrevistados acumularam cargos em diferentes espaços ocupacionais – inclusive a docência – para complementação da renda, fruto de uma desvalorização financeira do assistente social no mercado de trabalho, como indica o Quadro 5.

Quadro 5 - Sobreposição dos biogramas: trabalho em diferentes campos - atuação e conciliação

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2011-2013	28-30	3-5	Trabalha como analista de bolsa social em escola particular, conciliando com os trabalhos no CRAS e na docência	Considera a jornada tripla uma sobrecarga exigida pela má remuneração da profissão à época
ACOLHIDA 2	2008-2009	23-24	2	Concilia trabalho no CRAS e na [ILPI] Faz processo seletivo para atuar em presídio Deixa o trabalho [na ILPI]	Não tinha certeza de que iria se adaptar ao novo trabalho, no presídio
	2009	24	2	atuação como A.S em um presídio	Tinha dúvidas quanto a adaptação ao trabalho, o que se confirmou e definiu sua opção por não continuar
	2010-julho 2015	25-30	3	Inicia, via aprovação em processo seletivo, atuação como Assistente Social em um Centro de Educação Infantil particular e concilia esse trabalho com a atuação no CRAS	Tinha um grande desejo de trabalhar neste Centro Educacional
	Outubro 2015- 2017	30-32	8-10	Após o fechamento da unidade do Centro educacional em que trabalhava, voltou a trabalhar como assistente social na ILPI	Regressa ao cargo que ocupava na ILPI após o fim da experiência profissional no Centro Educacional

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
RENDA	2012-2013	37-38	03-04	Trabalhou no Tribunal de Justiça como Assistente Social	Considera o trabalho do Assistente Social no Judiciário, um trabalho exaustivo e sem reconhecimento
CONVÍVIO 2	2002-2004	33-35	1-3	Assume cargo de Confiança na Secretaria Municipal de Assistência Social na sua cidade origem Leciona em programa do governo federal: Cenafoco, qualificando lideranças comunitárias	Reconhecimento da dimensão política, ética, profissional como importantes em sua trajetória profissional Sua experiência nos estágios o qualificou para atuar nesse programa
	2003	33	2	Participa do movimento para deliberação da PNAS no Brasil, durante a Conferência Nacional de Assistência Social	Considera o momento importante para sua vida pessoal, profissional e política
	2004	34	3	Inicia trabalho no MDS, durante o Governo Lula, a convite do novo Ministro Patrus Ananias, pela dimensão coletiva pela construção do SUAS	Reconhecimento da dimensão ética, técnica e política
	2004	34	3	Faz parte da equipe de elaboração do texto da PNAS	Momento de conquista profissional e política em contribuir para construção do SUAS no Brasil junto a equipe que integrava
	2016	47	15	Atuou na Proteção Social Básica subsidiando os CRAS em sua cidade origem	Um momento de compreender como tudo estava sendo traduzido no miúdo do trabalho social com famílias
	1991	31	8	Regressa à Belo Horizonte após finalização de trabalho em Governador Valadares	Finalização da primeira meta no espaço ocupacional que ocupava como Assistente Social do Estado de Minas Gerais
CONVÍVIO 3	1991-1993	31-33	8-10	Nova experiência profissional, como Assistente Social de um Programa de Desenvolvimento de Comunidades	Trabalhar na área urbana, zonas e loteamentos foi um novo desafio, retomar a profissão no impacto urbano
	1994-1995	34-35	11-12	Ajuda a implantar a LOAS nos municípios do estado de Minas Gerais	Reconhece que aquele foi um momento importante indo ao encontro das duas vertentes da sua vida: a militância e o fazer profissional
	1994-1995	34-35	11-12	Trabalhou por dois anos em um hospital, no campo do Serviço Social, com internação de pessoas com tuberculose e HIV	A experiência na área da saúde trouxe novos aprendizados que carrega para vida pessoal e profissional
	1995-2008	35-48	12-25	Inicia uma nova trajetória profissional em prefeitura de cidade metrópole na Política de Assistência Social e da Política do Trabalho	Retomar a área da assistência social foi um mergulhar e implementar uma política de assistência social que sempre lutou para acontecer
	1995-1998	35-38	12-15		Valoriza a articulação com os trabalhadores vivenciada no CRESS

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
DES ENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	1973-1976	29-32	2-4	Trabalha no Centro de Reabilitação Profissional no INSS	Rememora que, embora fosse a melhor equipe de profissionais com quem já trabalhou, o exercício profissional foi frustrante, pela conjuntura vivida.
	1976 a 1999	32-55	4-27	É novamente aprovada no concurso público do Estado, dessa vez para o cargo de assistência Social e Trabalhou na Secretaria de Assistência Social chamada Secretaria do Trabalho e Assistência Social SETAS	Reconhecimento das dificuldades encontradas no contexto institucional por influências políticas
	1993	49	21	Alegria pelo convite de coordenação da LOAS na capital Minas Gerais	Orgulho muito grande e gratificação pelo profissionalismo e reconhecimento profissional
	1993	49	21	Participou ativamente das conferências estaduais e nacionais de Assistência Social e comissões de relatoria	Importância da atuação ativa na luta pela política nacional de Assistência Social
	1993	49	21		Reconhecimento da habilidade da escrita, desenvolvida participação em movimentos políticos e/para o Serviço Social
	1999	55	27	Aposentou-se do serviço público	Reconhecimento da importância da trajetória na SETAS
DES ENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	2010	26	3	Inicia trabalho temporário no PETI em mais um município de pequeno porte I, na região do Sul de Minas	Sabia que seria provisório, no máximo 06 meses porque haveria o concurso público no município.
	2010	26	3	Fim do terceiro emprego na área do Serviço Social e novo concurso	Ficou em segundo lugar e não foi chamada na cidade que estava trabalhando. Sentimento de decepção, medo de não conseguir um novo emprego. Era novamente a insegurança na trajetória profissional
	2010	26	3	Passou por outro curto período de desemprego e logo adentra em um novo trabalho em uma nova cidade, desta vez, em uma cidade de pequeno porte II em Minas Gerais	Confirma sua resiliência na vida profissional.
	2º semestre 2010	26	3	Inicia novo trabalho como Assistente Social em outro município da região do sul de Minas Gerais, desta vez, em município de pequeno porte II	Valorização dessa experiência de trabalho na implantação do CREAS
	2º semestre 2010-novembro 2011	26-27	3-4	Por um período, trabalhou concomitante no CREAS em um município e na IES em outro município	Eu começava ali alinhar a prática à teoria.
	2012	28	5	Concilia à docência (em instituição na cidade onde morava), o trabalho na prefeitura e o mestrado	Considera que para conciliar a docência, a atuação como A.S. e o mestrado, duas das atividades teriam que ser na cidade onde morava

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
DES ENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2 (continuação)	Dez-2013	29	6	Decide sair da IES 2 devido aos conflitos de horários de aulas do mestrado e à sobrecarga do acúmulo de trabalho. Continua na prefeitura e no mestrado.	Diminui a carga de trabalho e foca no mestrado

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesse sentido, visualizamos que, embora muitos vínculos empregatícios fossem concomitantes, um deles sempre era na Política de Assistência Social, haja vista que à partir de 2004, com a promulgação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), houve, de acordo com CFESS (2011) uma grande expansão de postos de trabalho para Assistentes Sociais.

Silva (2012), Iamamoto (2014) e Raichellis (2013) afirmam que o assistente social é um trabalhador tensionado pela relação de compra e venda da força do trabalho especializado, participante do universo da “mercantilização”.

Ao que tange a Assistência Social, Silva (2012) resgata que o Assistente Social produz serviços que visam atender a necessidade de seus usuários, inscrevendo seu trabalho na gestão da máquina pública. Dessa forma, mesmo com toda expansão de recursos públicos para o atendimento da população mais carente a partir da PNAS, percebemos que contém na história, avanços e retrocessos, como resultados contraditórios de lutas hegemônicas:

Desde a promulgação da Loas o profissional vem, contraditoriamente, realizando seu trabalho acessando os direitos à população cada vez mais pauperizada, de forma seletiva e focalizada.

Verificamos que os profissionais nesta área apresentam sentimentos comuns à de outros trabalhadores na contemporaneidade como:

angústia, por não dar conta da intenção formal dos direitos e sua concretização na vida cotidiana da população demandatária dos serviços; elevada carga de trabalho, apesar da ampliação de contratação de assistentes sociais nas prefeituras; baixos salários; ampliação de contratação temporária (observa-se que de 1999 para cá, poucas prefeituras têm realizado concursos públicos), além da terceirização da contratação realizada por entidades de assistência social (SILVA, 2012, p. 170).

Essa insatisfação com o mercado de trabalho, levou *Acolhida 1*, *Acolhida 2* e *Desenvolvimento da Autonomia 2* a buscarem uma exaustiva jornada de conciliação dos vínculos de trabalho e também vínculos precários de contratação, como indicam suas narrativas:

eu fui dar aula [na IES 2], eu fui para a prefeitura de [município de grande porte] e também fazia análise de bolsa social [em escola particular]. Então,

uma jornada tripla, que eu falo que é uma loucura, mas na época o salário do assistente social na nossa região, ele não é um salário muito bom a ponto de você ter que ficar com um emprego, um trabalho só. Muitas vezes a gente se divide aí entre 2 e 3 (*Acolhida 1*).

[...]em outubro de 2008 eu entrei na [ILPI] e em 2009 eu fui contratada por meio de um contrato terceirizado, para trabalhar no CRAS eu já estava em um contrato no CRAS e trabalhava [na ILPI]. [...] Nesse meio tempo, sempre conciliando com outros empregos, eu sempre trabalhei no CRAS e em outros locais (*Acolhida 2*).

Nesse segundo ano de trabalho, eu acumulei o trabalho do CRAS, como assistente social do CRAS, e comecei a trabalhar na APAE também, então 6 horas eu trabalhava na prefeitura do município no CRAS e 4 horas por dia eu passei a trabalhar na APAE do município, fui também a primeira assistente social da APAE [desta mesma cidade].

Eu estive [no município de pequeno porte I,] por 2 anos. Depois disso, o meu contrato se encerrou e não poderia renovar mais, era contrato de 1 ano, renovável por mais 1 e ele se encerra. Eu comecei a, então, comecei a procurar emprego em outros lugares (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

Essa condição resgata o que Raichellis (2013, p. 617) chama de “*fordismo a brasileira*” trazendo à tona importantes singularidades ao fordismo clássico, pontuado por um “regime de trabalho com fraca proteção social e elevados índices de rotatividade de força de trabalho”, advindos da informalidade e precarização estrutural de mercado de trabalho brasileiro, afetando também os perfis profissionais e espaços ocupacionais, não ficando o Assistente Social excluído desta condição.

Afetados pela insegurança do emprego, 7 dos 8 assistentes sociais entrevistados, mergulharam em participações/aprovações em concursos públicos para o cargo de assistente social, na busca da estabilidade não só financeira, mas também profissional, na perspectiva de trazerem tranquilidade para suas vidas, como mostra o Quadro 6.

Quadro 6 - Sobreposição dos biogramas: concursos públicos

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2011-2021	28-38	3-13	Mediante concurso, realizado durante a graduação, inicia o trabalho como AS no município onde residia	Considera a jornada tripla uma sobrecarga exigida pela má remuneração da profissão à época
ACOLHIDA 2	2011-atual	26-37	4-15	Foi chamada para ocupar o cargo concursado e continuou o trabalho no CRAS	Foi a maior vitória da vida

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 1	2014-2015	37-38	9-10	Passou e assumiu, por concurso público para Assistente Social em um município de pequeno porte	Superou medo de concurso público, foi aprovada e trabalhou com comunidades quilombolas, público este que gostava muito de trabalhar
	2016	39	11	O município em que atuou como servidora pública, ganha um prêmio nacional pelo trabalho na Assistência Social	Orgulha-se das conquistas enquanto assistente social do SUAS.
	2017	40	12	Pede exoneração do cargo público	Doeu não a questão profissional, de exonerar, mas o vínculo com as pessoas, do afeto
CONVÍVIO 2	2003	33	2	Aprovação em concurso público para assistente social na sua cidade origem	Momento de muita emoção
	2005	35	4	Interrompe o trabalho de consultoria para assumir o cargo do concurso público em sua cidade origem	Assume o cargo via concurso público que tanto esperava
	2016	47	15	Regressa a cidade de origem e retoma o cargo de Analista de Políticas Públicas como concursado da prefeitura	Momento de responsabilidade de traduzir para a gestão pública toda a sua experiência para o trabalho social local
CONVÍVIO 3	1984	24	1	É aprovada no processo seletivo para atuação como Assistente Social na região leste e nordeste de Minas Gerais	Sentiu-se abastecida de coragem e segurança para atuar profissionalmente a partir de sua aprovação na seleção
	2019-2022	59-62	36-39	Continua servidora vinculada ao estado em uma fundação ligada a educação	Momento de encarar um novo desafio.
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	1976 a 1999	32-55	4-27	É novamente aprovada no concurso público do Estado, dessa vez para o cargo de assistência Social e Trabalhou na Secretaria de Assistência Social chamada Secretaria do Trabalho e Assistência Social SETAS	Reconhecimento das dificuldades encontradas no contexto institucional por influências políticas
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	Novembro 2011	27	4	Foi chamada no concurso público, em sua cidade de origem, um município de grande porte	Realização profissional de trabalhar na minha cidade, perto de família e amigos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Me sinto hoje, abraçada na minha angústia de ter sido um dia uma profissional concursada, porém, não fui uma profissional realizada. Concurso público nunca me trouxe estabilidade, tampouco a felicidade. Esta foi a pior parte da minha trajetória profissional. Doente fiquei naquele lugar. Me sentia péssima, um peixe fora d'água, dando murros em ponta de faca. Cheguei a pensar em desistir da profissão que escolhi seguir, mas optei em abrir mão do cargo e voltar para a insegurança profissional. Perceber por meio das narrativas dos meus colegas de profissão que alguns percalços não vivenciei sozinha, conforta meu coração (*Diário da Pesquisadora*).

Outra questão observada foi que as convocações para assumir o cargo de assistente social nos concursos públicos em que foram aprovados, aconteceu quando grupo pesquisado estava em uma média de idade entre 25 a 37 anos e em idade profissional média entre 2 a 9 anos. Assim como a pesquisadora, *Acolhida 1* e *Convívio 1*, abriram mão do cargo público por não se sentirem realizadas profissionalmente naquele espaço ocupacional e também por questões pessoais para além da atuação profissional.

No ano passado eu resolvi me dedicar, pedi exoneração da prefeitura, [...] Foi o período mesmo de amadurecimento, foi um período de ir colocando as coisas no lugar. Eu tive uma depressão no meio da pandemia que também me fez pensar muito o que eu queria da minha vida e hoje eu entendo perfeitamente que a depressão foi uma estafa profissional daquilo que eu estava passando dentro da prefeitura, como funcionária pública (*Acolhida 1*).

Eu não dirijo até hoje; meu marido não gostava que eu viajasse, então eu sempre ia com motorista [...] Eu desliguei há pouco, eu pedi exoneração porque eu ficava muito, assim, pedindo licença e tudo mais. Eu falei: "Ah, isso não é justo com o município não, não tem a minha cara não. [...] Aí foi nesse sentido que eu resolvi exonerar. Meu sentimento com a exoneração, primeiro era que meu marido [...] porque era briga atrás de briga porque eu estava indo para lá, então já não tinha jeito, eu tinha que fazer isto mesmo, já não dava mais, já não cabia mais, mas o sentimento foi não de perda do concurso, do recurso, porque a gente ganhava bem pouquinho, mas era o sentimento das pessoas, do afeto das pessoas e eu tinha o [município] como meu (*Convívio 1*).

Marcados por caminhos diversos, mas principalmente dentro da Assistência Social em diferentes momentos da conjuntura brasileira, os assistentes sociais da pesquisa, rememoram suas trajetórias com muita intensidade e orgulho de participarem do processo de construção da Política de Assistência Social Brasileira em diferentes níveis (municipal, estadual e federal), como o caso de *Desenvolvimento da Autonomia 1* e *Convívio 3* que adentraram em seus postos de trabalho antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), *Convívio 2* que teve sua trajetória marcada pelas conquistas de participar do processo de implantação da PNAS/2004, Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social em 2005 (NOB/SUAS/2005), Tipificação de Serviços Socioassistenciais em 2009, no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Desenvolvimento da Autonomia 2 em implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em diferentes municípios mineiros.

[Em 1976] Eu caí numa Secretaria de Assistência Social chamada SETAS, Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Tinha um secretário muito bacana, era um cara de esquerda, tinha sido um padre. [...] A década de 80, foi

a década que Milton Cardoso era governador. Foi um período que a gente fazia muita greve, ia muito pra rua, fazia muito movimento. [...] Quando foi em 93, surgiu um secretário muito legal lá; ele trouxe uma equipe interessante também. Estava começando a ter uns seminários nacionais de implantação da LOAS. [...] eu fui chamada para coordenar isso. Eu nadei de braçada; tive ali um sentimento de que alguém me reconheceu, que alguém reconheceu o meu trabalho e uma satisfação de ver que era um reconhecimento justo [...] Quando foi em 96, entrou o E.B, era um deputado federal, ele era da Frente de Assistência Social [...] ele estava querendo valorizar as pessoas da casa; e se eu aceitava assumir a Superintendência de Assistência Social, até tremi nas pernas. Mas eu falei com ele: "Olha, eu não sou do seu partido". Naquela época as questões partidárias eram importantes. "Não sou do seu partido, eu tenho uma outra posição e eu não sei se vai dar certo". Ele falou: "Eu não estou te perguntando isso". A minha cara caiu, né? "Eu não estou te perguntando isso. Eu estou querendo uma pessoa altamente competente, qualificada e capacitada, porque eu sei o que que está acontecendo no Brasil neste momento". [...] Então nós tocamos esse processo de implantação da Lei Orgânica da Assistência Social e da Política Nacional da Assistência Social. Foi uma maravilha! Foi um trabalho lindo, maravilhoso, Minas Gerais inteiro, 853 municípios não é brincadeira. Enfim, por aí eu fui até 99. [Em 1999] entrou um grupo lá que era ligado ao [M.C] e desmantelou com tudo, eu falei: "Não, eu não mereço. Não quero mais, não vou mais ficar aqui". Eu aposentei em 99. Eu terminei essa minha trajetória institucional (*Desenvolvimento da Autonomia I*).

De 85 a 91 lá, 6 anos. Quando lá em 1985 eu faço aquela seleção, eu me vinculei ao Estado, por uma forma de contratação, mas eu me vinculei aos órgãos do governo de Minas, então eu tinha o vínculo com o governo do Estado. Em 1991, eu concluí a tarefa que eu fui fazer, porque nós fomos contratados por um grande acordo do governo federal com o governo de Minas na época, então a gente teria que ir para lá, implantar um polo da LBA e um Centro Regional da LBA que era uma estrutura com todos os programas.[...]Cumprí, voltei. [...] Então, em 91 eu volto [...] eu fui trabalhar com o programa, chama de Programa de Desenvolvimento de Comunidades e eu trabalhei em uma vila e favela de Belo Horizonte, porque aqui, naquela época, essas áreas eram uma mancha inexistente no mapa de Belo Horizonte, e nós fomos trabalhar para trazer a visibilidade daqueles moradores.[...] Recebi [em 1994] um convite para integrar um grupo interinstitucional, uma comissão, para implantar a LOAS, porque eu tinha conhecimentos, eu tinha vivência, eu tinha viajado esse Brasil acompanhando toda a discussão, então do ponto de vista de uma servidora, eu tinha todas as informações para contribuir. Esse grupo, além do estado, tinha a LBA, nacional, tinha universidades e eu fui para esse trabalho que foi implantar a Lei Orgânica da Assistência Social em Minas Gerais dentro daquilo que a gente chamava implantar o CPF. Viajei esse Minas Gerais todas falando da LOAS; eu sabia tudo de cor e salteado, os 42 artigos, as vírgulas; e fiz com muito gosto, acreditando muito porque a minha vida profissional está muito centrada na Assistência Social. [...] Ir para essa comissão, foi um reconhecimento de que tudo que eu havia militado voluntariamente, tava me valendo naquela hora. Porque eu passei a ser imprescindível na comissão, porque tudo eu tinha, tudo eu sabia, eu tinha documentos, mas foi a militância que me deu, então o sentido é essa troca.

[Em 1994] tive a experiência de trabalhar por dois anos em um hospital na internação, no Serviço Social da internação com tuberculose e DST Aids,

então foram também experiências muito importantes. Ali na saúde eu aprendi algumas coisas que até hoje eu carrego comigo, porque na saúde você tem fazer tudo aqui e agora, você não pode deixar nada para depois, porque senão você chega lá e o paciente não está mais lá, a família já se foi, então é tudo aqui e agora. [Em 1995] recebi o convite e eu fui para a prefeitura da capital mineira e lá eu vivi várias gestões sempre com a Política de Assistência Social e com a Política do Trabalho. [Em 2009] eu assumi a Secretaria de Assistência Social [cidade Natal], fiquei um tempo aqui. O que me trouxe para [a cidade Natal] foi o convite para implantar o SUAS, fazer pela cidade que eu tenho vínculos afetivos, familiares fortes e fazer profissionalmente aquilo que eu sabia fazer. [...] Em 2011, recebi um convite para ir para o Ministério [do Desenvolvimento Social-MDS]. [...] assumi primeiro, no momento, a regulação do BPC, dos benefícios, e depois a Proteção Social Básica. [...] Eu me encontrei porque sou literalmente apaixonada pela Proteção Social Básica construída no SUAS. Eu falo que de básica ela não tem nada, ela é altíssima complexidade, porque todos os desafios estão colocados ali no território, para o CRAS, para o PAIF, para toda essa dimensão. Em 2016 eu retorno para [Minas Gerais]. 2016 eu retorno, porque essa trajetória toda que eu te contei, o meu vínculo é o mesmo, é o governo do estado [de Minas Gerais].

A minha exoneração foi no dia em que a Dilma saiu. Nossa foi muito triste. Deixar o governo federal no contexto do golpe é muito difícil, muito difícil. Primeiro que a gente estava vendo toda aquela proposta de trabalho construída indo por ladeira abaixo; e você sair, nesse contexto também é frustrante, é sofrido, dói na pele. De 2019 para cá eu continuo servidora vinculada ao estado e hoje eu estou em uma fundação que chama [C.M], ligada à Secretaria de Educação, que a gente reformulou em 2019. Aqui configura mais uma interrupção. Eu saí da minha área de conforto profissional, [é] desafiante, para trabalhar na política de educação que eu nunca havia trabalhado (*Convívio 3*).

Em 2002, eu não tinha nem recebido o diploma ainda, quando eu já assumo um cargo de confiança na secretaria, depois que eu termino o estágio, o estágio concluiu e eu já assumi um cargo, ainda no período do TCC e no mesmo período eu fui selecionado também no projeto CenaFoco. Então o sentido é de reconhecimento, técnico, ético, político. [...] Em 2003 ainda, aqui [cidade de origem], teve um concurso público para assistente social e eu fiz o concurso público aqui, passei. Foi um sentido de muita emoção. [...] Então, em 2005 [...] O Ministério [do Desenvolvimento Social e Combate à Fome] me requisita oficialmente para a prefeitura e então a prefeitura me cede para o governo federal. Em 2006, eu assumo a coordenação da Gestão do Trabalho e com ela, muitos produtos importantes: a NOB/RH-SUAS, com todo um trabalho, todo um processo para reconhecer os trabalhadores de ensino superior do Sistema Único de Assistência Social através da resolução 17 de 2011 que foi essencial, ela ratifica a NOB/RH e reconhece outras categorias profissionais, a resolução 09 de 2014 que vai tratar dos profissionais de nível médio e fundamental, que foi fundamental esta resolução; [...] Em 2009, com a tipificação, também um processo longo de diálogo, de debate, de reconhecer quais são as provisões que estavam em curso na Assistência Social no Brasil e dar vivacidade a esta tipologia tão importante, tão essencial para a Assistência Social brasileira. E outras várias normativas até chegarmos a alterar a Lei Orgânica da Assistência Social em 2011, que foi um marco também importante nesse processo de trazer para dentro da LOAS o acúmulo, o avanço da implantação do SUAS no Brasil, com as suas Unidades, Serviços, Programas essenciais; a autorização dos municípios para utilizar recurso federal para pagar recursos humanos, enfim, é um marco porque é um avanço

muito expressivo em lei. [...] Assumo, em 2015, a Diretoria de Gestão do SUAS no Ministério, eu fiquei até 13 de maio de 2016 em Brasília, no governo federal. Em 2016, nós fomos exterminados, quase, fomos retirados do governo com o golpe parlamentar, judiciário, tudo que a presidenta Dilma, então, sofreu naquele momento. Fomos todos exonerados no dia 13 de maio de 2016, onde eu retorno para [Minas Gerais]. Foi um sentimento que só quem vive, sabe e sente. Porque foi de uma ruptura muito grande. [...] Retorno para [cidade de origem], retorno para a prefeitura pelo cargo de Analista de Políticas Públicas, concursado [...] Atuei na Proteção Social Básica um pouco subsidiando os CRAS, com apoio técnico, com orientação, enfim, mas aqui no órgão gestor. [...] Em 2017 [até os dias atuais], eu fui convidado a assumir a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social [...] Uma longa história, uma longa trajetória e também, assim, uma oportunidade, Camila, de então retornar para o município e de tirar do papel aquilo que nós escrevemos no governo federal (*Convívio 2*).

[...] Me formei em fevereiro de 2008, em março eu já estava trabalhando. Tive a minha primeira experiência profissional, fui trabalhar no município [de pequeno porte I em Minas Gerais], Comecei a trabalhar no CRAS, implantação de um CRAS no município. Nesse segundo ano de trabalho, eu acumulei o trabalho do CRAS, como assistente social do CRAS, e comecei a trabalhar na APAE também, [...] fui também a primeira assistente social da APAE [desta mesma cidade]. Eu estive [no município de pequeno porte I,] por 2 anos. Depois disso, o meu contrato se encerrou e não poderia renovar mais, era contrato de 1 ano, renovável por mais 1 e ele se encerra. Eu comecei a, então, comecei a procurar emprego em outros lugares. Descobri um processo seletivo para uma contratação temporária para trabalhar no município, é um município, bem pequeno, [pequeno porte também]. Comecei a trabalhar lá no PETI e dava uma ajuda para a assistente social do CRAS. A minha atribuição era o PETI mesmo, recadastramento das famílias, das crianças e adolescentes para participarem do PETI, porque o PETI era no modelo anterior que ficavam um período na escola, o outro no PETI. E fiquei lá em [município de pequeno porte I] por quase 6 meses, foi a duração do contrato. [...] Consigo um emprego [em um município de pequeno porte II] como Assistente social para a implantação do CREAS do município e foi maravilhoso, assim, gostei muito, uma cidade que é muito acolhedora, é muito agradável e a equipe de lá também incrível, assim, muito boa. O CREAS começando, eu peguei uma coordenadora excelente [...] Eu tinha o interesse na área acadêmica, fiquei sabendo de vaga, [...] me dividi aí entre o trabalho no CREAS de [município de pequeno porte II] e a IES1. Eu fui chamada no concurso público da minha cidade, saio então da prefeitura de [município pequeno porte II, venho para [município de grande porte] na prefeitura. Na prefeitura eu venho para trabalhar no CRAS, no CRAS do município e fico no CRAS por 4 anos. Foi um misto de sensações, porque faltava somente 1 mês para o concurso expirar, eu ficava naquela sensação: vou ser chamada, não vou ser chamada.

Quando aconteceu pensei: 'agora estou feita na vida!' Na minha cidade, perto de família e amigos, com um salário muito bom, relacionado às outras cidades que trabalhei, era coisa astronômica, era a realização do maior sonho da minha vida, trabalhar concursada e na minha cidade.

Eu saio da [IES 1] e procuro um emprego na [IES 2]. Eu falei: "Eu vou começar a ir para a minha cidade para facilitar as coisas". Fui e dei aula na [IES 2] durante 1 ano e conciliei, eu estava conciliando a prefeitura, o trabalho na [IES 2] como professora no curso de Serviço Social

Eu fui chamada para coordenar o CREAS, em 2015 [até os dias atuais] e eu aceitei o desafio da coordenação (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

Compartilhar essas experiências permitiu aos assistentes sociais reflexões que lhes possibilitaram o reconhecimento do profissional e atribuírem sentidos para suas próprias trajetórias. Esse movimento de aproximação daquele propiciado por Navarenho, Paula e Ávila (2021, p. 135), que ao discutirem as trajetórias profissionais de docentes fisioterapeutas, resgataram a importância dos participantes de pesquisa compartilharem as experiências, oportunizando, a “compreensão de escolhas, acontecimentos, práticas e sentidos pessoais e profissionais”.

Outro fato importante a destacar neste contexto, foi o enfrentamento de desafios profissionais e também pessoais nos postos de trabalho, somados à luta pelo projeto profissional da/o assistente social e, também, por lutas na militância profissional (QUADRO 7). Todas elas contribuíram para o amadurecimento da trajetória pessoal e também profissional de cada um.

Quadro 7 - Sobreposição dos biogramas: a militância profissional do/a Assistente Social

ATUAÇÃO EM CONSELHOS DE CLASSE, CONSELHOS DE DIREITO E OUTROS					
Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 2	2003	33	2	Participa do movimento para deliberação da PNAS no Brasil, durante a Conferência Nacional de Assistência Social	Considera o momento importante para sua vida pessoal, profissional e política
	2017-2021	48-51	16-19	Tornou-se presidente de uma importante associação civil de Gestores da Assistência Social em Minas Gerais e posteriormente presidente da mesma associação em caráter nacional	Sua trajetória profissional contribuiu para seu ingresso como presidente uma Associação Civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial em território nacional para defesa da Assistência Social como Política de Seguridade, conforme os princípios constitucionais e as diretrizes da LOAS
	2021-2022	52-53	20-21	Atualmente é vice-presidente da associação civil de gestores da Assistência Social em Minas Gerais	Reconhecimento de toda sua bagagem de luta política, técnica e ética
CONVÍVIO 3	1988	28	5	Assume a coordenação do NAS em cidade de grande porte do leste mineiro	Sentia ali a necessidade de aproximar e compreender a profissão
	1989-1993	29-33	6-10	Integrou a diretoria do Sindicato dos Assistentes Sociais lutando para composição de um Conselho Regional não cartorial e que representante das lutas e interesses dos assistentes sociais	Visava a contribuir com a organização e defesa da profissão e da representação política da profissão
				Participou da Diretoria que promoveu ação articulada entre CRESS/MG e Sindicato na década de 90	
1991-1992	31-32	8-9	Assume a Associação Nacional de Assistentes Sociais	A intenção era de construir um debate amplo a nível Brasil	

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 3 (continuação)	1993-1996	33-36	10-13	Compõe a nova chapa e assume a gestão de um importante conselho de classe de assistentes sociais	Momento de superação pessoal e uma vontade grande de fazer pelo coletivo de assistentes sociais
	1996-1999	36-39	13-16	Reeleição para gestão do importante conselho de classe de assistentes sociais	Durante as duas gestões do CRESS, destaca como feitos importantes o fortalecimento da valorização da profissão e profissionais, a defesa das políticas públicas e da democracia no país
	1999-2002	39-42	16-19	Foi vice-presidente de um importante conselho de classe em âmbito nacional	Remete que foi um período de levar as conquistas de MG para o Brasil.
	2002	42	19	Assume a Presidência de um importante conselho de classe em âmbito nacional	A gestão na presidência do coletivo de profissionais, no conselho de classe, significou retomar as bases da militância profissional
	2005	45	22	Deixa um importante conselho de classe em âmbito nacional	Sentiu ali mediante o cansaço a sensação de dever cumprido.
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	1980-1994	36-50	8-22	Participava ativamente de movimentos sociais, Conselho de Classe e Conselhos de Direito	Valorização da permanência na Secretaria em razão do contato permanente com a sociedade civil: CRESS, Escola de Serviço Social. Isso a tornou mais resistente no espaço de trabalho
	1993	49	21	Participou ativamente das conferências estaduais e nacionais de Assistência Social e comissões de relatoria	Importância da atuação ativa na luta pela política nacional de Assistência Social
	1993	49	21		Reconhecimento da habilidade da escrita, desenvolvida participação em movimentos políticos e/para o Serviço Social

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Desenvolvimento da Autonomia 1, reflete o quanto foi desafiador trabalhar no serviço público e o quanto sua articulação e participação nos debates da categoria de assistentes sociais e movimentos sociais a ajudou construir uma inter-relação respeitosa no serviço público:

Foi uma trajetória muito difícil porque eu só trabalhei com secretários péssimos em termos de visão progressista, entendeu? Então eu tive muita resistência lá dentro. Passei um período na Secretaria muito visada, eles tentavam me excluir de qualquer possibilidade de eu assumir alguma coordenação de alguma coisa. Porque eu tenho um poder mais de aglutinação. [Mas], como eu sempre me preocupei muito em me qualificar, eles passavam muito aperto comigo. Porque eles questionavam as coisas, mas eu tinha muito argumento porque eu era muito qualificada, sabe, sem modéstia, porque eu estudava muito mesmo, eu tinha sede pelo saber. Eu me alimentava fora da Secretaria com grandes debates, discussões, para eu poder conseguir sobreviver lá dentro. Assim foi durante muito tempo. Muito tempo. Eu quero sempre deixar isso para as pessoas: não se limitem a um trabalho institucional. Tem que se abrir para os movimentos sociais, para as organizações progressistas, porque eu acho que isso daí vai te dando um certo acúmulo de questões que você pode debater dentro da instituição. Mas eu nunca tirei o pé da sociedade civil (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

Para tanto, Convívio 2 reflete o quanto sua militância pela Assistência Social, juntamente ao Movimento pela Assistência Social (MAS), contribuiu para a aprovação da deliberação pela PNAS/2004, durante a Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, contribuindo também para sua trajetória profissional na construção do SUAS do Brasil:

Todo mundo me conhecia, eu participava de todas as conferências, [devido as creches]. Em 2003, nós uma turma de MG, tivemos um movimento muito importante na conferência nacional de assistência social, onde a principal deliberação da conferência foi pela implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil. Foi movimento de muita luta árdua nossa, inclusive questionar o partido dos trabalhadores naquele momento, porque era o governo Lula, era a Benedita da Silva a ministra da assistência social; mas era uma luta pela política pública de assistência social, em defesa desta política, em defesa das rupturas que o governo federal já deveria ter feito desde janeiro de 2003, só que foi em dezembro a conferência nacional e a Benedita queria ainda manter a lógica de como a assistência social era e inclusive lançar uns programinhas na conferência. [...] tivemos que fazer um barulho, fazer um movimento para que o governo federal não lançasse programa porque nós queríamos naquele momento a implantação do sistema único de assistência social, então nós tivemos que enfrentar nosso próprio governo e tivemos que articular o partido para frear, para segurar aquela conferência, pelo Movimento da Assistência Social, o MAS. Mal sabíamos nós, que estávamos naquele movimento, que conseguiríamos fazer aquele momento um divisor de águas de rupturas de um modelo socioassistencial, então essa conferência foi muito importante. Quando a Ministra Benedita da Silva caiu do Ministério, Patrus é convidado para assumir [o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome] e leva todo aquele grupo que estava no Movimento da Conferência para implantação do SUAS no Brasil. Vários de nós fomos convidados para compor, então, a equipe do Ministério (*Convívio 2*).

Convívio 3, reflete o quanto sua militância profissional contribuiu não só com a Política Pública de Assistência Social, mas principalmente, com a categoria de assistentes sociais de Minas Gerais e de todo o país. Nesta perspectiva, Iamamoto (2014, p. 168) resgata que existe uma preocupação central que move reflexões como as de Convívio 3, no sentido de construir, no âmbito do Serviço Social, “uma proposta de formação profissional conciliada com novos tempos, radicalmente comprometida com valores democráticos”, contribuindo ainda para o projeto de formação profissional dos assistentes sociais.

quando me formei, eu quis dar um diferencial à minha profissão, sabe? Eu falei: "Eu quero contribuir para que o Serviço Social, ele seja de fato uma profissão com muita categoria, com muita qualidade, cumprindo o objetivo. [A partir de 1985, em cidade metrópole em Minas Gerais] eu aproximava dos assistentes sociais, a gente reunia em grupos, a gente começava a conversar sobre as questões, instituímos grupos de trabalhos de diferentes áreas para que a gente pudesse também pensar a profissão, independente se era saúde, se era na

empresa, se era nas instituições públicas, só que aí, trabalho profissional e profissão, para mim, estava muito junto, não separava isso. [...] nós criamos em Minas Gerais, com essa Diretoria que eu fazia parte, ação articulada: CRESS e Sindicato; e trabalhamos, então, no sentido de fazer esse movimento e foi aí que veio, na década de 90, a mudança do perfil dos CRESS, dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal do Serviço Social. [...] minha vida no serviço social sempre aconteceu paralelo. Eu nunca tirei licença para atuar no conjunto CFESS/CRESS, não. Sempre foi assim, aqui é trabalho e aqui é a minha vida profissional. Então quando eu assumo o CRESS, eu já estava morando em [cidade metrópole]. Em 93, eu estava vinculada a estrutura do governo do estado de MG, mas eu mudei de área, eu fui convidada para compor um núcleo para implantar a LOAS no estado de Minas Gerais, mas aí o CRESS continuou paralelo. [...] Recebi [em 1994] um convite para integrar um grupo interinstitucional, uma comissão, para implantar a LOAS, porque eu tinha conhecimentos, eu tinha vivência, eu tinha viajado esse Brasil acompanhando toda a discussão. Ir para essa comissão, foi um reconhecimento de que tudo que eu havia militado voluntariamente, estava me valendo naquela hora. Porque eu passei a ser imprescindível na comissão, porque tudo eu tinha, tudo eu sabia, eu tinha documentos, mas foi a militância que me deu, então o sentido é essa troca. Eu trabalhei voluntariamente na militância e de repente todo aquele conhecimento estava reverberando na minha vida profissional e eu estava conseguindo fazer uma entrega com muita qualidade. Então ir para o interior, trabalhar lá, me abasteceu de um conhecimento como eu tinha imaginado lá em 85, que seria importante; eu estava sendo paga pelo Estado, com salário, para fazer aquilo que eu fazia na militância, um encontro de objetivos. [Fui presidente em diferentes mandatos de Conselho de categoria profissional de Assistentes Sociais]. Em 2005, deixei o Conselho da categoria profissional em nível federal. Confesso para você, foi um alívio, satisfação, sensação de dever cumprido. Eu já estava um pouco cansada, bem cansada. Porque não é fácil, ali! Foram anos de militância, no horário do final de semana, no feriado, nas férias, complementar ao meu trabalho, porque a minha sobrevivência sempre foi de salário do trabalho. Na militância você tem uma ajuda de custo, as passagens. [Mas], eu já achava que precisava abrir espaço para outras pessoas também. Foram mais de 18 anos de entrega para a militância da profissão (*Convívio 3*).

Este comprometimento da categoria de assistentes sociais com o projeto profissional, bem como com a preocupação por uma formação continuada de qualidade, vem ao encontro dos princípios fundamentais, ao estatuir “III- ampliação e consolidação da cidadania [...]”, “IV- Defesa do aprofundamento da democracia [...]”, “VII- Garantia do pluralismo[...], e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”, e, principalmente “X- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”, incentivando assim a busca constante por conhecimentos teóricos na perspectiva da formação continuada para qualificação profissional. À vista disso, apresenta-se no Quadro 8, a busca dos participantes da pesquisa pela formação continuada, considerada imprescindível para a atuação profissional de qualidade.

Quadro 8 - Sobreposição dos biogramas: a formação continuada dos participantes da pesquisa

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2009-2010	26	1-2	Cursa a Pós-graduação em Gestão do SUAS e Docência no Ensino Superior concomitante	Importância de uma especialização para contribuir com a maturidade profissional e poder continuar na docência
RENDA	2011-2013	36-38	02-04	Cursa especialização em Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Controle Social	Reflete que o curso foi um momento de construção sobre a compreensão do SUAS
	2014-2016	39-41	05-07	Cursa especialização em Gestão Pública Municipal	A complexidade vivida no cargo de gestão do SUAS, estimula-o a buscar conhecimento sobre a Gestão pública em âmbito macro
	2015	40	06	Faz graduação em História	Cursar história representou conhecer e aprofundar o debate sobre o processo de vida vivenciado no país
	2021-2022	46-47	12-13	Cursa MBA em Gestão de Pessoas	Conhecer a fundo o processo de gerenciar pessoas.
CONVÍVIO 1	2007-2008	30-31	2-3	Cursa Pós-graduação de Intervenção Social junto a famílias	Fez a pós como atendimento a uma demanda institucional para poder lecionar
	2008-2009	31-32	3-4	Cursa mestrado em Educação fora do país	Não teve peso o mestrado realizado fora do país
CONVÍVIO 2	2003-2004	34-35	2-3	Inicia Pós-graduação em Ciência Política	Momento importante por ser recém-formado e porque sonhar estudar na Universidade Pública
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	1992-1994	48-50	20-22	Realiza a primeira especialização como Assistente Social	Mergulha mais uma vez na formação acadêmica
	1998-1999	54-55	26-27	Realiza uma Especialização na Fundação João Pinheiro	Sentia a necessidade de se especializar cada vez mais
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	2012	28	5	Decide iniciar um mestrado na cidade onde morava	O mestrado era em universidade pública e na cidade onde morava, o que facilitaria a vida

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesse sentido, necessitamos compreender que temos muito o que avançar. De acordo com CFESS-CRESS (2012b, p. 10) necessitamos mergulhar em debates e avanços para a consolidação de uma política de educação permanente que “valorize a qualificação profissional como um bem político, ético, técnico-operativo e um direito das/os assistentes sociais, para orientar e balizar as ações do Serviço Social na direção do projeto ético-político”.

Esta atitude de buscar, através da formação continuada, o aprofundamento teórico para construir no dia a dia ações de compromisso com a qualidade do exercício profissional, levou Renda, a mergulhar em novas graduações e pós graduação *latu-sensu*, na busca por respostas

específicas para sua atuação profissional como Gestor Municipal na Política de Assistência Social, no período de 2010 à 2016.

[...] eu vi a possibilidade que só o social não consegue tudo [...] a gente precisa entender também de outras políticas e eu também pensei na questão profissional [da possibilidade] de pegar uma secretaria de planejamento para ter a visão global da política pública. Eu tive a possibilidade de ser candidato a vice-prefeito, mas não quis me envolver nisso. Então hoje vejo que o curso foi muito bom; [...] fiz também graduação em História. [...] Ninguém vive sem história, até para a gente entender o processo, o nosso processo, a gente precisa da história. Foi em um dia, eu nem pensei muito, eu vi a possibilidade sabe, foi em um momento que eu precisava ocupar a minha mente [...] foi um negócio muito difícil, acho que foi mais difícil que o Serviço Social, a história fiz à distância, um material pesadíssimo [...] um negócio de outro mundo, deu trabalho para eu sair, para eu me formar, quase que não saio [risos] eu achei que ia ser fácil e não foi não (*Renda*).

No aprofundamento das questões que motivaram a formação continuada, vieram à tona os cargos de coordenação e gestão assumidos pelos assistentes sociais ao longo de suas trajetórias (QUADRO 9) em diferentes momentos, mas principalmente apoiados pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH-SUAS), reconhecendo a categoria de Assistentes Sociais apta para assumir esta função.

Quadro 9 - Sobreposição dos biogramas: cargos de gestão e coordenação de equipes

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 2	2015- atual	30	8	À convite do Secretário, passou a atuar na coordenação e gestão do SUAS, na área de gestão financeira e orçamentária, que em seguida são desmembradas	Muito trabalho, carga pesada de trabalho
	Outubro 2017- atual	32	10	Assumiu a gestão em ILPI, cargo que mantém até o presente momento	Tornou-se gestora da ILPI que já atuava como Assistente Social. Após períodos turbulentos vivenciados na pandemia, alegre-se por ter gerido a ILPI bem a ponto de não fechar e não afetar os benefícios dos empregados e dos idosos assistidos
	2022	37	15	Atualmente, continua como gestora do Lar São Vicente de Paula, coordenadora da Gestão Financeira e Orçamentária no SUAS, da Secretaria de Assistência Social e consultora do Conselho MSSVP	Apesar de não imaginar esse caminho no início da sua trajetória. Considera significativa a sua participação na gestão financeira e orçamentária, por ser um diferencial para o A.S.

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
RENDA	2010-2016	35-41	01-07	Foi Secretário de Desenvolvimento Social	Reconhece o desafio profissional na época e avalia como uma experiência positiva na sua trajetória profissional
	2014-2016	39-41	05-07	Cursa especialização em Gestão Pública Municipal	A complexidade vivida no cargo de gestão do SUAS, estimula-o a buscar conhecimento sobre a Gestão pública em âmbito macro
	2021-2022	46-47	12-13	Cursa MBA em Gestão de Pessoas	Conhecer a fundo o processo de gerenciar pessoas.
CONVÍVIO 1	2º semestr e 2009-2012	32-35	4-7	Foi convidada e assume a gestão do SUAS em município de Grande Porte	Não se sentia preparada para assumir a gerência do SUAS Atuar com pessoas que considera grandes referências da Assistência Social permitiu ampliar aprofundar o conhecimento sobre a PNAS A experiência com os CRAS e Residência Inclusiva reafirmou sua busca de aprendizado e aprimoramento da atuação.
	2º semestr e 2012	35	7	Saída da gestão do SUAS	Por questões pessoais, político-partidárias e éticas opta por sair
	2006-2015	37 - 46	5-14	Foi coordenador de importante pasta para a Gestão do Trabalho no Ministério do Desenvolvimento Social	Responsabilidade e dedicação a construção de importantes normativas do SUAS no Brasil
CONVÍVIO 2	2015	46	14	Assumiu importante diretoria de gestão do SUAS no Ministério do Desenvolvimento Social MDS	Reconhecimento pela dedicação ao trabalho
	2016	47	15	Foi exonerado do cargo no governo federal após o golpe parlamentar e judiciário sofrido pela então presidenta Dilma	Evidencia que a sua saída do governo federal ocorreu no contexto de golpe parlamentar e judiciário sofrido pela presidenta Dilma
	2017-2022	48-53	16-21	Foi convidado para assumir o cargo de Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social a convite do prefeito	Sua trajetória, caracterizada pela expertise no desenvolvimento da PNAS, possibilitou trazer a experiência e fomentar ainda mais o trabalho social com famílias
	2017-2021	48-51	16-19	Tornou-se presidente de uma importante associação civil de Gestores da Assistência Social em Minas Gerais e posteriormente presidente da mesma associação em caráter nacional	Sua trajetória profissional contribuiu para seu ingresso como presidente uma Associação Civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial em território nacional para defesa da Assistência Social como Política de Seguridade, conforme os princípios constitucionais e as diretrizes da LOAS
	2021-2022	52-53	20-21	Atualmente é vice-presidente da associação civil de gestores da Assistência Social em Minas Gerais	Reconhecimento de toda sua bagagem de luta política, técnica e ética

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 3	2009-2010	49-50	26-27	Assume a Secretaria de Assistência Social em município de grande porte	Momento que retoma a cidade de origem para realizar o trabalho que desempenhou em outros espaços ocupacionais
	2010	50	27	Em município metrópole, esteve ora na gestão do SUAS, ora em uma diretoria específica	Remete o amplo conhecimento por poder contribuir em diversas áreas como servidora pública
	2011	51	28	Assumiu, a convite, o 1º cargo no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) durante o governo Dilma	Momento de valorização profissional e de contribuição para a regulação dos benefícios socioassistenciais do SUAS
	2012-2016	52-56	29-33	Assume o 2º cargo no MDS, em importante função para a Proteção Social Básica do SUAS	Satisfação pelo trabalho realizado no Ministério, no âmbito da Proteção Social Básica, no qual é apaixonada pelo caráter preventivo que ela traz para a PNAS
	2016	56	33	Regressa para Minas Gerais após o golpe presidencial	Momento difícil de viver e sentir, devido a todo impacto pessoal e profissional
	2016-2018	56-58	33-35	É convidada a implantar a Economia Popular Solidária em importante secretaria em Minas Gerais	Momento de desafios na profissão
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	1993	49	21	Alegria pelo convite de coordenação da LOAS na capital Minas Gerais	Orgulho muito grande e gratificação pelo profissionalismo e reconhecimento profissional
	1996	52	24	Assume a Superintendência de Assistência Social	Sente-se valorizada pelo convite, pelo Secretário, para assumir a Superintendência de Assistência Social, apesar de suas divergências político-partidárias
	1996	52	24		Aceita o cargo de superintendente com a permissão de escolher sua equipe de diretores
	1996-1999	52-55	24-27		Realização profissional na Superintendência com a coordenação implantação da LOAS e da Política de Assistência Social no estado de Minas Gerais
2015-atual	31	8	É chamada para coordenar o CREAS		Dedicação profissional no CREAS

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O compartilhamento das histórias do grupo pesquisado, a forma abrupta e dolorosa do golpe contra o amplo crescimento da Política Pública de Assistência Social foi, com toda intensidade de emoção e tristeza, relatada, pelos profissionais que estavam ocupando cargos de Gestão e coordenação do SUAS, principalmente por Convívio 2 e Convívio 3, que atuavam no

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), quando aconteceu o golpe parlamentar em 2016, sofrido pela presidenta do Brasil à época, Dilma Rousseff. Segundo Duarte e Oliveira (2018, p. 2), indo ao encontro de Aggio (2016, p. 01) “em termos políticos, um ‘golpe’ pode ser caracterizado como qualquer ação intencional de violação da legalidade que rompa com a representação soberana nas instituições políticas, notadamente no Estado”.

Assumo, em 2015, a Diretoria de Gestão do SUAS no Ministério, eu fiquei até 13 de maio de 2016 em Brasília, no governo federal. Em 2016, nós fomos exterminados, quase! fomos retirados do governo com o golpe parlamentar, judiciário, tudo que a presidenta Dilma, então, sofreu naquele momento. Fomos todos exonerados no dia 13 de maio de 2016, onde eu retorno para [Minas Gerais]. Foi um sentimento que só quem vive, sabe e sente. Porque foi de uma ruptura muito grande, um golpe parlamentar, jurídico que nós vivenciamos no país (*Convívio 2*).

[A partir de 2012] Vivi a experiência de reordenar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nesse período, de ajudar a construir o ACESSUAS Trabalho[...] Então, assim, falou Proteção Básica, meu olho brilha, eu adoro; juntei a Proteção Básica com o Trabalho Social com Famílias porque fizemos, tentamos fazer, ficou inconcluso, toda uma formulação de orientações técnicas para estruturação e organização do Trabalho Social com Famílias no SUAS, com ênfase lá na Proteção Básica e na Proteção Especial [...]A minha exoneração foi no dia em que a Dilma saiu. Nossa foi muito triste. Deixar o governo federal no contexto do golpe é muito difícil, muito difícil. Primeiro que a gente estava vendo toda aquela proposta de trabalho construída indo por ladeira abaixo; e você sair, nesse contexto também é frustrante, é sofrido, dói na pele (*Convívio 3*).

Ao que tange a Política de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presencia desde 2016, uma série de desmontes das conquistas que foram a “duras penas” previstas com a Constituição de 1988, entre eles, o maior sistema de Proteção Social brasileiro, através do tripé de Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), através do novo regime fiscal imposto aos brasileiros¹⁴, com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de nº 55, conhecida popularmente como “PEC de Congelamento dos Gastos” , “PEC da morte”, “PEC do fim do mundo”, onde, ainda neste sentido:

Não existe possibilidade histórica do SUAS não ser inflexionado pelas contrarreformas em curso. Não existe possibilidade histórica do SUAS não sofrer os impactos da PEC do congelamento dos gastos, não existe possibilidade histórica do SUAS não sofrer os impactos da lei de terceirização irrestrita, não existe possibilidade histórica do SUAS não sofrer os impactos da reforma trabalhista e da reforma da previdência. O SUAS é um Sistema que funciona como indutor da ampliação de direitos, logo, é impossível que ele funcione num contexto de retração de direitos (PAULA, 2018).

¹⁴ Para maiores informações <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>.

Consoante Paula (2018), Yazbek e Raichellis (2018) resgatam que as principais medidas tomadas no pós-golpe de 2016, pelo presidente interino Michel Temer para o Sistema Único de Assistência Social, foi um “verdadeiro desmanche” da Política Social Brasileira, atestando que a crise política instituída à partir do Golpe de Estado, levou o Brasil para as “tendências históricas ainda não superadas” rompendo com as bases que organizaram o SUAS, como um sistema público e de qualidade além da responsabilidade estatal.

Ressurgem tendências históricas, não superadas, da assistência social como o lugar destinado às ações dirigidas aos “pobres” – dispositivo que estigmatiza e discrimina os estratos subalternizados e provoca uma cisão entre pobres e trabalhadores. A retorno da assistência social como moeda de troca política entre dominantes e dominados retoma seu longo caminho no país “cordial” da sociabilidade do favor, agora transmutada na sociabilidade do grande capital que toma de assalto o fundo público e desconstrói décadas de luta pela constituição da esfera pública no Brasil (YAZBEK; RAICHELLIS, 2018, p. 14).

Nessa direção, as trajetórias dos assistentes sociais participantes da pesquisa foram impactadas, desconstruídas. Não há possibilidades de avançar sem refletir sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, sem avaliar os impactos da desconstrução do SUAS na vida de cada cidadão e cidadã, usuários da PNAS, que passaram por nós assistentes sociais ao longo de nossas trajetórias, essa avaliação é necessária pois “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças (YAZBEK, 2004, p. 22)”.

Portanto, com base nas singularidades e similaridades das trajetórias profissionais e pessoais dos assistentes sociais desta pesquisa, foi possível observar para além dos olhos mas com todo respeito que vem de dentro, daquele mergulho fundo para conhecer a trajetória de cada um e assim respeitá-la no mais profundo ímpeto, permitindo conhecer os incidentes críticos que marcaram suas experiências profissionais como assistentes sociais, do início ao desenvolvimento na profissão, como também, albergar os significados trazidos, ampliando a discussão sobre este profissional na Política de Assistência Social do Brasil, principalmente enquanto consultores e assessores na PNAS.

4.3.4 Consultorias/Assessorias na PNAS: a maturidade para compreender que para bordar necessitamos voltar ao ponto inicial, sempre

Esta competência profissional não foi algo de imediato, nem almejado... Nem para mim, nem para meus colegas de profissão entrevistados. Aconteceu! Mas

este acontecimento precisa resgatar a reflexão de quem somos e qual nosso papel enquanto profissionais do Serviço Social. É para muito além de competência profissional: são princípios, qualidade, compromissos e ética (*Diário da pesquisadora*).

Alicerçado na lei de regulamentação da profissão, Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993, a atuação de assistentes sociais no que se refere ao campo de assessorias/ consultorias, é uma atribuição privativa e também uma das competências profissionais do assistente social.

Ao resgatar a distinção entre os termos “assessoria” e “consultoria”, verificamos que que “as diferenças são mínimas”, conforme apontado por Matos (2009, p. 05) resgatando que “Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Portanto, consultoria é mais pontual que assessoria que remete a ideia de assistir”.

Já Vasconcelos (1998, p. 128), aponta que a consultoria visa a dar resposta a algumas “questões pontuais que dificultam o encaminhamento” do projeto da prática e, a assessoria, na maioria das vezes, tem o objetivo de “possibilitar a articulação e preparação de uma equipe para a construção do seu projeto de prática por meio de um expert que venha assisti-la teórica e tecnicamente (VASCONCELOS, 1998, p. 129).

Consoante aos significados dos termos, Matos (2010) trata em suas obras, consultoria e assessoria de formas “indistintas”, onde optaremos também pelo uso do termo sem distinção.

Dessa forma, as concepções sobre a consultoria/assessoria prestada por assistentes sociais são construídas ao longo de sua trajetória profissional, pautado por formações contínuas, se destacando pela sua sede de estudar e com a capacidade de apresentar ideias factíveis de serem alcançadas, sem indispor com o projeto ético-político da profissão.

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade [...]. O assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições (MATOS, 2010, p. 31)

Nesse viés, a construção do assistente social assessor/consultor, deve ser compreendida como um processo para além de acumulações técnicas ou formações continuadas. Estes profissionais devem ser percebidos pela categoria profissional do serviço social e também por outras categorias e pela sociedade, como profissionais engajados e com expertise para qualificar o trabalho profissional desenvolvido pelas equipes ao qual realiza o trabalho como assessor/consultor (Matos, 2010, p. 43).

Para isso, é necessário ter claro posicionamento quanto ao projeto ético-político da profissão, compreendendo que o Serviço Social tem nas raízes das expressões da Questão Social, de acordo com Yamamoto (2014), o objeto para sua atuação profissional, pois há uma grande discussão de interesses daqueles que são os contratantes dos serviços de assessoria/consultoria e aqueles que são os usuários do serviço prestado, o que cabe resgatar o Código de ética da profissão que afirma o compromisso da categoria de assistentes sociais com os direitos da população usuária e com a democracia.

Considerando a sobreposição dos biogramas do grupo participante da pesquisa (QUADRO 10), observou-se que o início da atuação como assessor/consultor não se deu imediatamente após o início da atuação profissional como assistente social, esta acontecera com o desenvolvimento na profissão, em um tempo mínimo de 05 anos e 28 anos de idade profissional, no grupo pesquisado.

Quadro 10 - Sobreposição dos biogramas: início e desenvolvimento como assistentes sociais assessores/consultores na PNAS

4. Experiência na Assessoria/consultoria					
4.1 Opção/Início na assessoria/consultoria					
4.2 Desenvolvimento como assessor/consultor					
Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2013-2017	29	5	Inicia a experiência em consultoria/assessoria, após um ano que integrou a equipe de professores da IES 2 nos cursos do Capacita SUAS	Satisfação em participar do início do CapacitaSUAS como membro da equipe de professores
	2014	30	7	Foca prioritariamente na atuação como consultora/assessora	Considera que foi atraída para o campo das assessorias/consultorias graças à experiência vivenciada no CapacitaSUAS
	2021	37	12	Saída do cargo público para se dedicar apenas às consultorias/assessorias e aos cursos	Dedicação às consultorias, assessorias e aos cursos
ACOLHIDA 2	2015	30	8	No curto período em que esteve com apenas um emprego, iniciou o movimento de começar a oferecer o trabalho de consultoria/assessoria de forma autônoma e logo convida uma colega de profissão para somar junto ao trabalho realizado	Contextualiza como começou a oferecer consultorias de forma autônoma e reconhece esse momento em que decidiu atuar no campo da consultoria
	2017	30	8	Passam a trabalhar com consultorias e assessorias aos Planos Municipais de Assistência, com Conselheiros Tutelares e, com o tempo, ampliaram as áreas de atuação	Contextualiza que foi um processo natural de trabalho, através de oportunidades, ampliando a sua oferta de trabalho
	2017	32	10	Devido ao crescimento do trabalho, decide abrir um CNPJ através de MEI para prestar o serviço que antes era prestado por emissão de nota fiscal	Momento em que a parceria passa a ser MEI, através de seu nome, para diminuição de tributos
	2022	37	15	Atualmente a empresa atua com palestras, treinamentos, capacitações, assessorias na PNAS em diferentes campos da proteção social, além de captação de recursos	importância da empresa para o desenvolvimento da PNAS e para o desenvolvimento profissional, em especial o retorno financeiro do trabalho

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
RENDA	2010	35	1	Inicia a carreira de assistente social autônomo conciliando com o serviço público	Concomitante ao serviço público realizava prestações de serviços para complemento de renda
	2016-2022	41-47	07-13	Pede exoneração de cargo público para dedicar-se a carreira de consultor/assessor	Classifica como um momento desafiador e de plenos desafios para a trajetória profissional naquele momento
	2016-2022	41-47	07-13	Presta serviços de assessoria focando em resultados positivos e de qualidade	Apresenta os caminhos para uma gestão pública de qualidade
CONVÍVIO 1	2015	38	10	Resolve montar sua empresa de consultoria	Reconhece em sua ação um pioneirismo
	2018	41	13	Sobrecarga de trabalho na primeira empresa de consultoria	Reconhece que o excesso de trabalho a adoeceu
	2019-2020	42-43	14-15	Parou tudo para tratar a síndrome de Burnout	A princípio não reconhecia a síndrome de Burnout como uma doença que exigia cuidados e atenção, mas como um período de desintoxicação.
	2º semestre 2020	43	15	Abertura de uma nova empresa para trabalhos de consultoria e assessoria	Compreende a necessidade de trabalhar em equipe e delegar atribuições
	2022	37	15	Atualmente a empresa atua com palestras, treinamentos, capacitações, assessorias na PNAS em diferentes campos da proteção social, além de captação de recursos	importância da empresa para o desenvolvimento da PNAS e para o desenvolvimento profissional, em especial o retorno financeiro do trabalho
	2022	45	17	Inicia o mestrado	A criação da nova empresa responde a necessidade de mais tranquilidade e ao desejo de cursar o mestrado
CONVÍVIO 2	2004	34	03	Assumiu cargo de consultor via Unesco pelo Ministério contribuindo com a elaboração da NOB-RH/SUAS	Reflete o quanto o momento foi importante em sua trajetória profissional por meio da Consultoria.
	2005	35	4	Interrompe o trabalho de consultoria para assumir o cargo do concurso público em BH	Assume o cargo via concurso público que tanto esperava, abrindo mão do cargo de consultor
	2022	53	21	Compreende a consultoria e a assessoria como uma forma de trazer para a equipe de trabalho uma expertise ou uma competência que ainda não existe nesse grupo.	Considera que o trabalho como consultor e assessor envolve acrescentar uma inteligência externa a um grupo que, em dado momento, necessita dessa expertise
	2022	34-35	2-3	Acredita que as etapas para a formulação de um produto da consultoria realizada, envolve aprimoramento, estudos, comprometimento e ética.	Considera que consultorias exigem dos profissionais entregas de “produtos” para melhorar a qualidade da PNAS
	2022	33	2	Considera o momento de agora é propício para o profissional que realiza consultoria/assessoria	Enxerga o campo de Consultorias e Assessorias ao SUAS como uma oportunidade para quem quer realizar um trabalho sério e de qualidade, pela ausência de profissionais com expertise na área
	2022	33	2	Reconhece a consultoria e a assessoria enquanto frentes de trabalho essenciais dos assistentes sociais	Reconhece a importância da atuação nos campos da consultoria e assessoria
	2022	34	3	Reconhece a consultoria como campo de atuação relevante, mas de grande exigência	Relaciona a importância da consultoria com a grande responsabilidade que é exigida

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 2 (continuação)	2022	34	3	Reconhece a consultoria como campo de atuação relevante, mas de grande exigência	Considera a necessidade da atualização uma das maiores exigências impostas aos profissionais que trabalham com consultoria e assessoria
CONVÍVIO 3	2005-2009	45-49	22-26	Assume em um conselho de classe da categoria de assistentes sociais o cargo de Assessora Política	Reconhece em sua atuação como assessora política, o interesse pelo campo de consultorias/assessorias
	2006	46	23	Foi consultora no Distrito Federal para implantação do SUAS	Momento de dedicação profissional
	2016-2022	56-62	33-39	Atuou com consultoria na Política de Assistência Social e na Política Pública antes e depois da experiência no Ministério	Sua atuação no MDS possibilitou muitos convites para o campo da consultoria
	2009; 2016-2022	49; 56-62	26; 33-39	Reflete a quantidade de municípios que atuou como consultora/assessora	Remete a significativa atuação no campo de consultorias/assessorias à PNAS
	2018-2019	58-59	35-36	Trabalhou com capacitações no Senac com trabalhadores e atores sociais da Rede Socioassistencial	Experiência profissional com capacitações na Rede Socioassistencial
	2018-2021	58-61	35-38	Atuou como assessora e supervisora na prefeitura de São José do Rio Preto em São Paulo	Experiência profissional como assessora
	2022	62	39	Caracterização da consultoria, assessoria e supervisão técnica	Descreve sua compreensão sobre o trabalho com assessoria/consultoria
	2022	62	39	Além de consultorias/ assessorias realiza também processos de desenvolvimento profissional	Reflete que os processos de desenvolvimento profissional abrem campo para novas propostas de trabalho no âmbito da consultoria
	2022	62	39	Atualmente realiza consultoria em município	Tem prazer e vê propósito em contribuir com um grupo que demonstra a intenção de melhorar sua atuação no campo da Assistência Social
	2022	62	39	Reconhece a importância do campo de consultoria e assessoria como áreas de atuação do profissional do Serviço Social	Valorização da consultoria e assessoria como áreas que enriquecem o desenvolvimento de outros trabalhos
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	2000	56	28	Iniciou ao trabalho de consultoria/assessoria sobre a regulamentação da LOAS, da Política de Assistência Social às prefeituras, como profissional liberal	Reconhecimento das contribuições da sua experiência profissional para outros profissionais
	2000-2003	56-59	28-31	Ministrou muitos cursos de capacitação em instituições de treinamento com base na Política de Assistência Social	Indispensabilidade da Política de Assistência Social nos trabalhos de consultoria e assessoria
	2003	59	31	Abertura de uma licitação no Ministério do Desenvolvimento Social para consultoria aos estados que privilegiava assistentes sociais com trajetória no serviço público	Reconhecimento das contribuições da sua experiência profissional
	2003-2014	59-70	31-42	Passou na licitação do Ministério e ficou no cargo até 2014	Início de um novo ciclo profissional; Valorização de trabalhar com consultoria/assessoria no do governo Lula, que alavancou a política social do país
	2004-2014	60-70	32-42	Coordena, mediante licitação, o trabalho de assessoria/consultoria com as secretarias de assistência social dos Estados, principalmente da região nordeste	Reconhecimento das contribuições da sua experiência profissional, admiração pelos colegas que compunham o grupo e valorização da experiência de trabalho no Ministério
	2004-2005	60-61	32-33	Cursa especialização em Políticas Públicas na UFMG	Considera que foi o melhor investimento educacional que fez na vida.

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1 (continuação)	2005	61	33	Iniciou o mestrado	Interrompeu logo em seguida, devido ao acúmulo de carga de trabalhos de consultorias e por não desejar seguir a carreira acadêmica motivam a interrupção do Mestrado
	2013	69	41	Realiza operação de um aneurisma	Teve a partir do aneurisma, uma nova reflexão para a vida.
	2014	70	42	O posto de avó contribuiu para aposentar-se de vez dos trabalhos de consultoria e assessoria.	Satisfação com esse acontecimento importante de sua vida pessoal e início de novo ciclo na vida pessoal
	2019	75	47	Tornou-se viúva após 46 anos de casamento	Seu casamento lhe trouxe segurança, companheirismo e liberdade e ainda tem seu esposo em memória presente
	2022	78	50	Atualmente está matriculada em um curso sobre literatura latino-americana, curso de Espanhol. Na ativa em movimentos políticos e cuidando de sua saúde e suas relações	Sente que, embora tenha se aposentado do trabalho, continua a estudar e participar dos movimentos políticos, pois, isto é, a sua motivação para a vida.
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	2015	30	9	A convite de uma colega de trabalho, começa a fazer palestras em outros municípios e dá início à experiência na assessoria e consultoria	Primeiras experiências na área da consultoria/assessoria
	2015	30	9	Após perceber que as conferências estavam sendo promissoras, começam a trabalhar com assessoria e consultoria às prefeituras	Percepção de que o trabalho estava sendo promissor
	2016-2022	31-38	10-16	Realizam serviços de capacitação para conselhos tutelares	Visualiza um caminho promissor na área de consultorias e assessorias
	2017	25	2	Assessoria na construção de Plano Municipal de Assistência Social	Incertezas e angústias por um novo emprego após o período eleitoral
	2018-março 2019	33-35	12-13	Decide voltar a lecionar, retorna para a IES I que já trabalhou e recebe a proposta para assumir a coordenação do curso de Serviço Social	Remete a surpresa pelo convite e ao desafio posto na oportunidade
	2º semestr e 2019	34	13	Engravidou	Teve ali, naquele momento mais um objetivo de vida conquistado, em meio a muita felicidade
	2020	35	14	Teve seu filho durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19. Ficou de licença maternidade neste período	Torna-se mãe durante a pandemia e se afasta temporariamente do trabalho
	2021	37	15	Passa a trabalhar como assessora/consultora por meio de sua própria empresa	Adequação a necessidade de se ver como pessoa jurídica, como consultora, assessora

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Neste intento, *Acolhida 2, Renda e Desenvolvimento da Autonomia 2*, relataram que o início na vida como assessores/consultores, se deu a partir de “oportunidades” e “convites” para ministrar palestras ou conteúdos sobre a temática da Política de Assistência Social, para profissionais do Sistema único de Assistência Social, ao Sistema de Garantia de Direitos e também para o fortalecimento do Controle Social, através de conferências municipais, no mesmo período que atuavam como profissionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Em 2015 [...] na época, a primeira [conferência] eu fiz sozinha, a segunda eu fiz sozinha, aí eu resolvi convidar a [colega de profissão] para atuar comigo. Começamos por municípios menores que convidaram a gente para fazer uma palestra, uma conferência, então a gente fazia ali uma palestra ou outra. Acabou que a gente começou a trabalhar com Planos Municipais de Assistência, começamos a trabalhar com capacitação de Conselheiros Tutelares e fomos pegando outras áreas (*Acolhida 2*).

Eu era funcionário público, de carreira, mas naquele ano eu já comecei a prestar serviços em algumas cidades aqui, como fazer conferências, fazendo... Planejando eleições de Conselho Tutelar, planejamentos de gestão. Então, naquele ano eu comecei, mas como servidor público ainda. Então eu tinha umas horinhas e ia lá, e fazia um extra (*Renda*).

Em 2015 [Uma colega de trabalho], sabendo da minha experiência, sabendo que eu já tinha trabalhado, que eu estava trabalhando como professora e tal, e é uma pessoa muito esperta, muito inteligente, muito para frente, assim, começaram a surgir algumas oportunidades para a gente dar palestras. E aí começa a minha experiência na assessoria e consultoria, a gente começou a receber alguns convites para dar palestras em alguns municípios mais próximos [daqui] [...] principalmente em conferências de Assistência Social, conferência do idoso, conferência da criança e do adolescente enfim, a gente começou a ver que estava dando certo os municípios chamando e a gente começa, em 2015, a trabalhar com assessoria e consultoria às prefeituras, a gente começou a pegar muita capacitação para conselheiros tutelares (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

Embora, não tivesse ali a dedicação exclusiva ao trabalho autônomo desenvolvido, afirmaram que estas oportunidades foram propulsoras e determinantes em suas escolhas, para no futuro, dedicarem ao campo profissional de assessorias/consultorias, exclusivamente.

Neste sentido, Iamamoto (2014, p. 20) explicita que um dos grandes desafios vivenciados pela classe dos assistentes sociais no Brasil vem do desenvolvimento da “capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar os direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”.

Nesta perspectiva, *Acolhida 1*, relata que o início da sua trajetória profissional como assessora/consultora, veio através da oportunidade de ser uma das professoras do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social¹⁵ – CapacitaSUAS, por meio da IES que já atuava como docente.

¹⁵ Sobre este assunto consultar <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1/capacitasuas#:~:text=Programa%20Nacional%20de%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20do,dos%20Planos%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Permanente%2C>

Eu fui convidada a integrar o banco de professores que seriam responsáveis por ministrar os cursos do CapacitaSUAS. [A IES 2] venceu a licitação de Brasília e a gente foi para Brasília dar aula no CapacitaSUAS. Foram três anos do curso do CapacitaSUAS. Eu comecei a ser uma das professoras responsáveis, inclusive, por criar o material, criar o conteúdo didático das aulas. Foi uma experiência, assim, enriquecedora, porque eram 32 professores que faziam parte da equipe e eu tive o prazer de trabalhar com os nomes de referência do Serviço Social.

Após o primeiro ano de atuação no CAPACITASUAS em Minas Gerais, a IES 2, começou a ser procurada para prestar consultoria e, foi a partir daí, que iniciei no campo de consultoria/assessoria. Chegou um momento que a equipe [IES 2] foi mudando, houve uma mudança, assim, grande, e eu comecei a ser questionada: "Por que que você não vai?", às vezes tinham licitações que eram vinculadas a pequenas empresas ou microempreendedor e [a IES 2] não participava, e eu comecei a partir para esse caminho (*Acolhida 1*).

Historicamente, os assistentes sociais, de acordo com Netto (2009) tem sido “executor terminal das políticas sociais”, todavia, na contemporaneidade, as demandas emergentes por este profissional vão para além da execução somente, os assistentes sociais tem sido, de acordo com Iamamoto (2014) convidados a atuarem não só na execução, mas também na formulação e gestão das políticas públicas sociais, requerendo profissionais propositivos e não meros executores, afirmando o compromisso profissional com a competência profissional aqui assumida.

Diferentemente dos demais, Desenvolvimento da Autonomia 1 e Convívio 3, afirmaram que só tiveram atuações como assessores/consultores, quando não tinham vínculo com o serviço público, embora não faltasse naquele momento, oportunidades para a atuação.

Já tinha 30 anos de trabalho, muita gente me chamando para dar assessoria e consultoria fora, eu falei: "Eu não posso fazer isso, eu sou superintendente, eu tenho ética. Eu sou obrigada a dar assessoria para vocês pela Superintendência". Porque muita gente fazia isso, sabe, fazia um trabalho no fim de semana. Eu falei: "Não, eu não faço isso".

[...] eu comecei dando assessoria para prefeituras, da implantação da LOAS, para implantação da Política, cursos de capacitação, o pessoal era muito perdido. [...] fui muito respeitada; comecei a dar muito curso de capacitação em instituições de treinamento, eu ia fazer treinamento, mas, assim, sempre com a Política de Assistência Social, nunca saí dessa área, nunca. As assistentes sociais das prefeituras municipais vinham atrás de mim para dar assessoria, cursos de capacitação, mas eu não aceitava porque eu era funcionária pública. Então quando eu saí da secretaria, eu já estava assim de demanda; aí sim eu ia, assinava contrato com as prefeituras pois eu estava liberta, não tinha mais vínculo empregatício com o Estado, foi isso que aconteceu (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

Quando eu deixei o [importante conselho de classe], eu recebi um convite [...] para assumir um cargo [...] de assessora técnica, na assessoria política. E para mim foi um desafio muito grande, porque eu só tinha militado no Conselho e aí eu aceitei, foi a minha primeira experiência de assessoria técnica. Nesse momento, também, tinha um debate no Serviço Social que eram os chamados Espaços Emergentes e os Espaços Tradicionais da nossa intervenção profissional; e assessoria, movimentos sociais, a consultoria, ela começava também a se colocar nesse contexto e eu me interessei muito. Em 2006, ajudei a implantar o SUAS no governo do Distrito Federal. Foi minha primeira atuação, com consultoria. E depois eu vim usufruir disso, porque de fato eu atuei com consultoria na Política de Assistência Social - o tempo do Ministério não, eu não fiz isso - mas depois que eu voltei, tive algumas incursões, assim, de ser convidada pelas prefeituras ou pelas instituições para organizar a política pública dentro dessas instituições (*Convívio 3*).

Neste cenário de motivações e decisões, *Convívio 1* e *Convívio 2*, tiveram caminhos diferentes dos demais participantes da pesquisa, expondo através das narrativas, o momento decisório em suas vidas, visto que *Convívio 1*, iniciou como assessora/consultora já como pessoa jurídica, abrindo uma empresa de prestações de serviços e *Convívio 2* iniciou os trabalhos como assessor consultor via Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

[Ainda em 2012] Resolvi montar a minha primeira empresa de consultoria. Foi uma pequenininha, empresa de um mesmo. Então, ninguém aqui tinha muita noção do que era uma consultoria. E, no município, aqui na região, tinha, assim, pessoas que faziam a consultoria de modo autônomo, a pessoa física. Mas eu desconheço quem fez mesmo, quem tinha mesmo uma empresa e tudo. E eu resolvi abrir mesmo, eu falei: "Ah, eu vou nessa". Então, abri a [primeira empresa], e comigo eu tinha um sócio (*Convívio 1*).

[...] eu assumi uma consultoria nesse Ministério [o MDS], tive a oportunidade de ingressar via UNESCO, como consultor. [...] uma consultoria muito importante, por meio da UNESCO - Organizações das Nações Unidas. Foi um momento muito importante. Em 2004, na linha do tempo, jamais podemos deixar de colocar a elaboração do [texto], formulação e pactuação e deliberação do texto da Política Nacional de Assistência Social de 2004, que é o texto que estabelecia todos os princípios, diretrizes, as bases para implantar o SUAS no Brasil e a partir dele vem todas as outras normativas. Apresentar o quanto a consultoria traz inovação, eu tive a oportunidade de elaborar também a Norma Operacional de Recursos Humanos, por exemplo, não na versão hoje que ela está, mas em uma versão preliminar. Então a consultoria tinha um produto e nós colocamos esse produto em debate no âmbito nacional, nós viajamos para as 05 regiões do país, estivemos em todos os estados, discutimos com gestores, trabalhadores, com os conselhos de classe que foram fundamentais e principalmente para tornar o assistente social de forma obrigatória na assistência social, o advogado no CREAS, então veja, toda a

dimensão técnica, na formulação de documentos para um produto, mas também na dimensão política de apresentar aquele debate e ter nessa formulação as contribuições do debate, para chegar naquele produto final da consultoria que posteriormente foi pactuado na CIT, sendo aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2006. Então, quando eu fui convocado em 2005, para assumir o concurso, eu tive que abrir mão da consultoria via Unesco e voltar para [cidade de origem] para assumir o concurso público (*Convívio 2*).

É oportuno, nessa ótica, resgatar novamente Iamamoto (2014), ao que se refere as possibilidades de atuação, visto que o exercício da profissão requer “ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades” desenvolvendo e transformando-as em demandas de trabalho, sem deixar de lado o compromisso com o projeto profissional do Serviço Social.

É neste sentido que, Silva (2012) e Iamamoto (2014), afirmam que o Serviço Social ao se reproduzir como trabalho especializado ele participa da sua própria mercantilização haja vista que, embora a profissão seja regulamentada como profissão liberal, o profissional é um trabalhador que vende sua força de trabalho especializada em troca de salário, onde por meio do seu trabalho, contribui para movimentação da cadeia mercantilista.

E a assistência social, foco da discussão aqui apresentada, tem se constituído em espaço ocupacional privilegiado dos assistentes sociais, tendo maior inserção na área do serviço público municipal, principalmente a partir da implantação da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), por meio do sistema descentralizado, em que os municípios passaram a assumir a carga mais pesada, a execução e formulação dos programas e projetos sociais. Houve uma maior municipalização das demandas, exigindo dos órgãos públicos a contratação de profissionais qualificados para atuar no enfrentamento e respostas a tais demandas (SILVA, 2012, p. 166-167).

Importante ressaltar que em totalidade, o grupo pesquisado sempre realizou seus trabalhos como assessores/consultores na Política Nacional de Assistência Social, desde o início ao desenvolvimento profissional.

Consoante ao desenvolvimento profissional como assessores/consultores na PNAS, os assistentes sociais reconhecem que este é um campo de atuação profissional de grande relevância, recaindo sobre esta, uma série de exigências, que envolve não só o aprimoramento profissional, mas também, estudos, comprometimento, dedicação e ética, levando para os assessorados a expertise ainda não alcançada por estes, evitando, principalmente, se afastar do messianismo profissional que através da assessoria/consultoria podem fazer de tudo, que “reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 22)”.

É preciso desmistificar a ideia de que se pode fazer tudo em todos os lugares, porque caracterizaria o messianismo. Os limites institucionais, que fazem parte do trabalho de análise e assessoria, e muitas vezes os limites históricos que estão sendo vividos na sociedade, como atualmente - com a reestruturação do trabalho e a fragilização dos trabalhadores – muitas vezes impedem a ocupação de espaço mais amplo, correspondente a todas as necessidades e meios sociais potenciais (FREIRE. 2006, p. 185)

Assim sendo, *Convívio 2*, durante sua narrativa resgatou importantes considerações sobre o campo de assessorias/consultorias, relacionando-a com a grande responsabilidade que é exigida aos assistentes sociais que atuam neste campo de competência profissional.

Então, uma consultoria, algo externo que chega, que vem para a gestão, tem que vir com um know-how, com a expertise, com a inteligência que o sistema requer para enfrentar determinados desafios que nós estamos... Desafios, problemas, enfim, chame como queira; mas, gargalos que nós temos que resolver, eu preciso de uma inteligência para lidar com isso, essa é uma questão. [...] Está dentro do nosso fazer profissional, é extremamente importante, é uma das frentes de trabalho essenciais dos assistentes sociais, mas é uma função que exige muito do profissional, porque é uma atuação muito relevante, tem muito campo aberto, mas o nível de exigência desse profissional é maior. [...] Atuar como consultor ou uma consultoria, ou uma assessoria, o profissional tem que estar muito atualizado. Porque a cada dia é uma alteração, cada dia é uma mudança, só quem está dentro que sabe; quem está fora e acha que vai chegar para apoiar, para orientar, se não estiver muito linkado com a dinâmica das instâncias do Sistema Único de Assistência Social, se não estiver muito antenado com a engrenagem do Sistema, que essa engrenagem tem que estar muito acertada, o profissional não tem muito a contribuir. Então, eu acho que esse é o grande desafio da nossa categoria de profissionais de fato estarem atualizados (*Convívio 2*).

Toda esta apreensão trazida por *Convívio 2*, reflete a preocupação dos sujeitos da pesquisa com a competência profissional de assessoria/consultoria prestada por assistentes sociais na PNAS.

Esta preocupação foi de fato o que levou os assistentes sociais a delimitarem seus trabalhos ao que tange a consultoria/assessoria, tendo explicitado ao longo das narrativas o foco de desenvolvimento das consultorias/assessorias prestadas.

Eu não trabalho só com capacitação e com consultoria, eu trabalho também com a elaboração de planos (*Acolhida 1*).

Hoje nós trabalhamos tanto com palestras, treinamentos, capacitações, assessorias para municípios no âmbito da administração pública dentro da Política de Assistência Social em todas as áreas, Proteção Social Básica, Especial, Gestão, Gestão Financeira e Orçamentária, Planos de Assistência,

todos os tipos de serviço voltados para Política e Assistência Social; e trabalhamos no âmbito de assessoria à entidades sem fins lucrativos, Reordenamento dos Serviços, adequação à Política de Assistência Social, o Marco Regulatório que é a lei 13019, e por aí vai. A gente tem trabalhado muito nessa perspectiva, construção de planos de trabalhos para captação de recursos (*Acolhida 2*).

Comecei a dar muito curso de capacitação em instituições de treinamento, sempre com a Política de Assistência Social, nunca saí dessa área, nunca (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

Presto serviço, essa assessoria; ajudo na melhor forma, principalmente em planejamento, prestações de contas (*Renda*).

Para tanto, Freire (2006, p. 175-176) aponta que desde a década de 1970, um importante ponto comum foi encontrado nos trabalhos de assessoria/consultoria. Trata-se da adoção de estratégias que exigem acima de tudo, competência técnica e habilidades, visto que esta competência deve gerar um determinado produto.

O produto citado por Freire (2006) é trazido na narrativa de Convívio 2, como um ponto de partida crucial para os assistentes sociais consultores/assessores na PNAS.

Uma consultoria, ela tem produtos. Consultoria tem produtos que são entregues. É uma função que exige muito do profissional. Porque, é isso, é um profissional que, a partir do momento que ele se coloca a disposição de assessorar, de orientar, apoiar, estar junto, ele precisa estar muito atualizado (*Convívio 2*).

Outro importante ponto são as preocupações éticas do exercício profissional, para que haja a entrega do produto final da consultoria/assessoria, com qualidade. Para isso é necessário, de acordo com Fonseca (2010) abranger “dois polos interagentes”, o assessor e o assessorado, numa perspectiva de horizontalidade, visto que o processo de consultoria/assessoria não deve separar o assessor/consultor como alguém superior a aquele que recebe o trabalho. Estes devem interagir entre si, somando saberes e competências, para o alcance dos objetivos.

Ao assessor cabe a responsabilidade de verificar a amplitude do trabalho e dar um diagnóstico a respeito deste, atestando a real necessidade deste ou não. Muitas vezes o encaminhamento prático que determinada equipe espera ou indica não é o encaminhamento que o assessor irá propor para se alcançar determinados objetivos de maneira mais eficaz e eficiente. Este olhar é que singulariza a atividade do assessor. (FONSECA, 2010, p. 64).

Conforme a demanda de serviços foram aumentando, *Acolhida 1, Renda e Convívio 1*, tomaram importantes decisões em suas trajetórias profissionais, optando por seguir a atuação profissional de assessores/consultores na PNAS, como a única forma de atuação profissional. Embora conscientes de suas decisões profissionais, esta parte da trajetória dos sujeitos, foi carregada de desafios não só profissionais, mas também de desafios pessoais, trazidos pelas inseguranças vivenciadas como assistentes sociais no serviço público. Outro ponto trazido por *Acolhida 2, Convívio 1 e Desenvolvimento da Autonomia 2*, foi a crescente expansão da busca pelos seus serviços em tempos de pandemia, no auge da COVID-19.

Chegou um ponto que não dava mais para conciliar as capacitações, as assessorias, as consultorias; [...] os municípios começaram a me ligar, me buscar, me perguntar se eu faria, se eu podia fazer um orçamento, se eu iria no município. Eu falo que a minha lógica foi inversa, não fui eu que fui para o caminho da assessoria, a assessoria acabou me buscando e me conquistando. No ano passado eu resolvi me dedicar, pedi exoneração da prefeitura, depois de 13 anos de funcionária pública [risos], resolvi me dedicar à consultoria, às assessorias, aos cursos. Foi o período mesmo de amadurecimento, foi um período de ir colocando as coisas no lugar. Eu tive uma depressão no meio da pandemia que também me fez pensar muito o que eu queria da minha vida [...] e hoje eu entendo perfeitamente que a depressão foi uma estafa profissional daquilo que eu estava passando dentro da prefeitura, como funcionária pública (*Acolhida 1*).

Em 2016, eu fiz a opção de não ser servidor público mais. Os seis primeiros meses não foram fáceis, até eu conseguir participar de licitações e tudo mais, as coisas foram acontecendo, [havia] mudado a gestão, então até os companheiros que eu tinha nos municípios haviam perdido os cargos, eu falei: 'meu Deus do céu, eu estou perdido!'

Eu via a carência que os municípios tinham, eu vi ali uma possibilidade, então quando eu deixei de ser servidor público eu sabia dessa possibilidade, não era uma coisa muito concreto, falei 'será que isso vai dar certo?' mas estou vencendo. Presto serviço, essa assessoria; principalmente em planejamento, prestações de contas e tudo mais, e mostro os caminhos, falo: "Olha, aqui isso dá certo, isso não dá certo e isso dá certo". Pensei várias vezes [em desistir], até nesse começo de ano mesmo, eu falei: "Meu Deus, estou...", assim, é muito, muito desgastante. Principalmente quando você vê que as pessoas não querem, não querem muita coisa, sabe? Estão lá pelo dinheiro. E quando a pessoa está lá pelo dinheiro, eu sou diferente, eu não estou lá apenas pelo dinheiro. Lógico que eu preciso do dinheiro, mas se eu for trabalhar nessa perspectiva, eu vou ser apenas mais um na multidão. Só que frustra. Frustra você não ver uma continuidade do seu serviço (*Renda*).

Na [empresa], eu cheguei a atingir quase que 70 municípios, atendidos. E, assim, de uma jornada muito cansativa, muito grande, muito intensa. Eu estava abraçando o mundo sem poder e não confiava, essa coisa de querer, é... Sou eu e eu. Aí a pessoa ia também, às vezes o gestor falava: "Ah, não quero, eu quero 'você'", eu tinha que ir junto com a pessoa e isso. Eu adoeci. E foi

quando eu dei um tempo para mim, porque eu tinha Síndrome de Burnout, aí eu caí mesmo, não conseguia.

Quando adoeci eu já tinha saído da prefeitura, eu tinha muito acúmulo de serviço e eu não tinha a equipe que tenho hoje [na empresa]. Foi um período que eu passei por tanta coisa, tanto sofrimento que não foi um período de autoconhecimento, foi um período de desintoxicação. Então, eu resolvi dar um tempo. Eu decidi dar um tempo no Serviço Social, para a empresa, e consegui, então, esse tempo que eu precisava para me reerguer enquanto pessoa, a minha mente melhorar, [...] quando eu fui ao médico e o médico falou comigo assim: "Você não pode parar, você tem que voltar. A doença do trabalho, mas não tem como eu te tirar do trabalho". Então, ele falou que eu era um caso atípico, foi por isso mesmo que eu resolvi voltar mesmo à ativa; foi também uma experiência muito positiva na minha vida. [Nesse momento após o Burnout dizia] quero montar uma empresa, eu quero montar uma estrutura boa, eu tenho pessoas que querem fazer isso comigo, então eu saí, eu deixei a primeira empresa, eu não fechei. Deixei a [primeira empresa] e montei a segunda empresa. Então, para mim já não tinha mais jeito, resolvi montar mesmo uma equipe de profissionais, assistentes sociais, psicólogos, advogados. Foi quando eu tive a ideia da [segunda empresa]. Chegou a [segunda empresa] eu falei: "Bom, agora eu preciso estruturar, não quero mais adoecer. Quando eu vi, já estava maior. [...] Foi quando eu já me vi envolvida... E aí, foi aí que a [empresa 2] me surpreendeu, então hoje a gente já vai para 2 anos, no digital, acho que ela tem 1 ano e um pouquinho. Foi na pandemia mesmo. E hoje nós temos 5 funcionários mesmo, 5 colaboradores (*Convívio 1*).

Estes desafios pessoais, enaltecidos através das narrativas, trouxeram à margem da discussão o adoecimento dos profissionais na Política de Assistência Social em especial dos assistentes sociais, em decorrência a fatores laborais desgastantes que, de acordo com Neves e Moreira (2018, p. 9), esse processo é afincado quando tratamos de profissionais expostos a situações complexas, como o caso dos Assistentes Sociais que lidam diretamente com as expressões da Questão Social, “com usuários fragilizados, com direitos sociais violados, e onde há necessidade de resposta às demandas em um momento de redução e sucateamento das políticas públicas.”

Os impactos do trabalho na saúde do trabalhador têm sido estudado em vários campos do conhecimento, inclusive pelo Serviço Social, mas ainda muito pouco se conhece sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da questão social, lidando com a dura realidade enfrentada por homens e mulheres das classes subalternas na sociedade brasileira; e também diante da impotência, em muitos casos, frente a ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social (RAICHELLIS, 2013, p. 630).

Essa realidade resgata sobre as transformações do mundo do trabalho e principalmente ao levar em conta o quadro de desmonte das políticas públicas e a precarização, vivenciados pelos assistentes sociais que atuam na PNAS, não ficando o assistente social assessor/consultor

de fora desta situação, visto que no Serviço Social, tem sido de praxe testemunhar assistentes sociais que relatam seu adoecimento em virtude da pressão sofrida no trabalho, sobre assédio moral a que são submetidos por chefias e superiores hierárquicos, bem como referências ao esgotamento profissional e a quadros depressivos (RAICHELLIS, 2013, p. 630).

Embora a assessoria/consultoria seja um trabalho autônomo, o assistente social assessor/consultor não deixa de estar inserido na divisão social e técnica do trabalho, o que “implica problematizar como se dá a relação de compra e de venda dessa força de trabalho a empregadores diversos (RAICHELLIS, 2011, p. 423)”, não deixando de ser exposto a situações constrangedoras, que leva ao adoecimento o profissional.

Para Faermann e Melo (2016) esses são constrangimentos vivenciados pelos assistentes sociais, são remetidos à subordinação e a vigilância institucional, conforme os empregadores determinam as respostas que o profissional deve priorizar.

Na medida em que são os empregadores que determinam as necessidades sociais às quais o profissional deve responder, interferem nas condições em que operam os seus atendimentos, definem e delimitam a sua atuação, estabelecendo limites à realização do seu trabalho (FAERMANN E MELO, 2016, p. 104).

Nesse sentido, é importante resgatar a autonomia do profissional e o projeto ético-político da profissão, para que o assistente social que atua no campo de assessorias/consultorias a PNAS, não entre em um jogo dicotômico de interesses e faça dessa importante competência profissional, um trabalho que afirme respostas a precarização da profissão. Para isso, é necessário que o assistente social se debruce nos compromissos afirmado no Código de Ética da profissão, reconhecendo a liberdade, como valor ético central e principalmente a defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, tendo ainda o compromisso constante com o aprimoramento profissional.

Dessa forma, Vasconcelos (2006) afirma que embora haja toda complexidade e dicotomia de interesses pelo trabalho realizado pelo assistente social assessor/consultor, é necessário que este profissional se “paute no planejamento e apreensão das consequências”, ou seja, é no planejar que o assistente social assessor/consultor se torna em um “recurso vivo”, mas este planejar requer também ter uma prática pautada pelo projeto ético-político da profissão, exigindo dos profissionais um “banho de realidade” Iamamoto (2014), aprofundando seus levantamentos, pesquisas, estudos sobre a múltiplas expressões da questão social que é objeto da atuação profissional do assistente social independente do seu campo de atuação, incluindo aqui a assessoria/consultoria.

Corroborando com o assunto, *Renda* expressa em sua narrativa que em muitos momentos pensou em desistir das consultorias/assessorias, devido às situações vivenciadas que trazem a tona a precarização do profissional na competência aqui estudada, expondo o assistente social consultor/assessor às situações complexas contra o exercício e ética profissional, levando-o a precarização profissional, num entendimento dos contratantes que o assistente social consultor/assessor, não se diferencia ao trabalho do profissional obrigatório nos municípios, de acordo com as normativas, entre elas a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, a NOB/RH-SUAS, contratando o profissional para ser o responsável pelas ações e realizações de quem, de fato, deveria realizá-las.

pensei várias vezes [em desistir], pensei várias vezes. Várias vezes, até nesse começo de ano mesmo, eu falei: "Meu Deus, estou...", assim, é muito, muito desgastante. Principalmente quando você vê que as pessoas não querem, não querem muita coisa, sabe? Estão lá pelo dinheiro (*Renda*).

Esta relação paradoxal do assistente social assessor/consultor, resgata desafios do exercício da competência profissional ao que tange as consultorias/assessorias prestadas na PNAS, expressando que temos muito o que avançar, principalmente ao que tange os processos de luta da categoria profissional.

4.3.5 Limitações, Desafios, Perspectivas Futuras: avaliação de trajetórias profissionais carregada de singularidades, assim como a arte do bordar

O que senti aqui é aquilo que eu não conseguia verbalizar para todos: angústias, medos, receios, mas também a satisfação, alegria e reconhecimento do trabalho árduo realizado por nós assistentes sociais que fomos provocados como consultores/assessores a desempenhar esta competência profissional de forma respeitosa com nosso juramento profissional. Temos muito o que avançar, muito mesmo! (*Diário da pesquisadora*).

Na conjuntura contemporânea da Política de Assistência Social no país, desafios e limitações são postos diariamente, assim como para o/a profissional Assistente Social que presta consultorias/assessorias, mas principalmente para a assistente social, que tem o desafio de superar o sistema patriarcal imposto em uma sociedade que desvaloriza a profissional que é mãe, a profissional que tem alguém para além de si mesma em seus cuidados.

A sociedade contemporânea, de acordo com Navarenho, Paula e Ávila (2021), é movimentada por “sujeitos da experiência”, que são diariamente desafiados a buscarem inovações para além da “transcendência humana”, desafiando os profissionais, principalmente

as mulheres, quanto ao seu fazer profissional, principalmente ao que tange o desenvolvimento profissional mediante o processo da parentalidade, ou seja, os cuidados ao outro, a maternidade, a singularidade de genitora.

Embora a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã” expresse em seu artigo 5º sobre a igualdade de gênero ao que se refere direitos e deveres, a visão conservadora não comunga disso, levando as dimensões relacionadas ao cuidado do outro como responsabilidade daquela que é mãe, esposa e/ou filha. Nesse sentido, principalmente em virtude da maternidade e do cuidado, foram apontadas como um importante incidente crítico em diferentes ciclos das trajetórias profissionais de 03 das 06 assistentes sociais participantes da pesquisa.

Um momento carregado de decisões e abdições, inseguranças e anseios; dedicação ao outro, pausa na trajetória acadêmica e profissional, colocaram em dualidade toda a trajetória, determinando novos desafios para além dos desafios profissionais, determinou novas rotinas e novas formas de pensar, como expressado por Acolhida 1, Desenvolvimento da Autonomia 1 e Desenvolvimento da Autonomia 2, com a chegada da maternidade.

Foi complexo conciliar tudo, minha gestação foi de alto risco. Quando descobri que estava grávida, eu já estava de 04 meses. Eu tenho endometriose. O médico pediu para eu fazer um ultrassom, pois havia suspeita de pedra na vesícula. Quando fiz o ultrassom, a médica resolveu olhar o útero, ela me disse: ‘Você vai sair daqui direto para o obstetra’. Pela gestação de alto risco, tive pressão muito alta, fiquei três meses em casa. Os professores mandavam trabalhos para mim e eu ia fazendo tudo em casa. Não foi fácil! Não foi fácil conciliar a gestação nem depois que o bebê nasceu. Nasceu prematuro. Eu ia para a faculdade, meu marido ia nos intervalos com meu bebê para eu poder amamentar (*Acolhida 1*).

Tenho dois filhos. Um nasceu em 1976 e outro em 1978, eu dei uma parada. Me lembro que nesta época o Sindicato de Assistentes Sociais estava num processo de revival. Me lembro que disse: ‘gente, vou dar uma pausa disso, meus filhos estão pequenos, vou dar prioridade a eles’. Então eu fiquei de 76, 77, 78, 79. 80 eu meio que voltava, mas ainda tinha que dar conta de meninos (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

A gente teve a pandemia no começo de 2020, eu engravidei em outubro de 2019, então em 2020 veio a pandemia, todo mundo quieto, parado, não fizemos nada [...] quando eu saí com licença gestação estava na pandemia, então eu comecei o meu trabalho remoto e depois eu saí de licença, então eu fiquei afastada dentro de casa 1 ano, mais de 1 ano (*Desenvolvimento da Autonomia 2*).

Mas, não somente a maternidade foi colocada como um importante incidente crítico. A pausa para dedicar ao outro, também foi expressada na narrativa de *Desenvolvimento da*

Autonomia 1, quando decidiu-se encerrar sua trajetória profissional para auxiliar a filha quando houve a chegada do neto.

Em 2003, eu já fui para o Ministério e fiquei lá 10 anos, início de 2014 eu saí. Nasceu o netinho meu, fui ajudar minha filha, assim, o maior prazer. Fiz assim: "Ó, estou liberada. Não viajo mais" [risos]; mas obviamente que se eu não pudesse eu não comprometeria minha vida com isso, mas na verdade isso foi uma desculpa. Aí liguei para o pessoal e disse que precisaria conversar pessoalmente com eles e pedi pra saí. [...] eu já estava afastada de criança a trinta e tantos anos, aí eu fui ajudar ela, nós duas passamos aperto, sabe?! porque eu estava totalmente desatualizada [...] e aí com isso, eu ajudo muito ela, levo para a escola, porque ela faz questão de ser muito presente (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

Tal fato ocorre, de acordo com Navarenho (2018) porque, na maioria das vezes, para as mulheres conciliar a maternidade, cuidados e trabalho “apresenta-se como fator desafiador e conflitante” corroborando com Montenegro (2018) que expressa o quanto o protagonismo da mulher fica, de certa forma, marcado pela desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Embora tenhamos lutado pela igualdade de gênero, sabemos que a equidade está longe de ser conquistada.

O protagonismo da mulher no mercado de trabalho não foi acompanhado de alteração nas expectativas do seu papel dentro da família. Da mesma forma, o contexto que chama novamente a família à responsabilidade de proteção social de seus membros idealiza uma família que não existe. Pelo tamanho das responsabilidades esperadas das famílias, identifica-se a necessidade de se reconhecer as possibilidades e limites desse grupo social na perspectiva de direitos. Isso implica a responsabilização também da esfera pública nas atividades de reprodução social, onde insere-se a atenção a quem demanda os cuidados contínuos e prolongados (MONTENEGRO, 2018, p. 16)

Reitera-se que estes cuidados, direcionado a mulher, leva, por vezes, a mulher contemporânea a optar em não viver a maternidade, o que foi o caso das outras duas participantes da pesquisa: Convívio 3 e Acolhida 2.

Bom, aí você pergunta: "E a família?", então, eu não constituí família, eu não tenho filhos, eu não tenho tempo livre para essas dedicações, embora isso não, eu não sou também aquela pessoa que eu deixei de fazer isso para fazer a profissão. Não, eu só não... não construí como eu construí dentro da profissão, assim, na minha vida pessoal, do ponto de vista de filhos, netos, isso eu não tenho. Eu continuo muito dedicada à profissão.

Eu trabalhei como profissional esse tempo todo, mas eu tive muito apoio para poder militar na categoria, vamos chamar assim, para ser essa militante social. Isso significava que eu tinha tarefas, mas eu tinha também compreensão para

as viagens, eu tinha compreensão para estar em algumas agendas necessárias (*Convívio 3*).

Nesse sentido, percebeu-se que o fazer profissional e a pausa para dedicação a trajetória pessoal, ocupou um espaço marcante na vida das mulheres assistentes sociais consultoras/assessoras, possibilitando compreender através do incidente crítico destas, parte do perfil profissional de parte do grupo, o que nos levam a reflexão acerca do quanto precisamos avançar e repensar sobre a mulher trabalhadora na sociedade contemporânea, para que efetivamente as políticas públicas destinadas ao trabalho e as questões de gênero, sejam angariadas pelas necessidades advindas da parentalidade, que de acordo com Vasconcelos (2009) “esses elementos possuem aspectos socioeconômicos e simbólicos que impactam a distribuição de recursos, bens e serviços, bem como o poder, desempenhando papel central na reprodução das desigualdades sociais (VASCONCELOS, 2009, p. 37)”.

Ainda no campo dos desafios e limitações, ao serem motivados a refletir sobre suas trajetórias profissionais, os sujeitos da pesquisa, através das narrativas, trouxeram outras importantes limitações e desafios (QUADRO 11) como assistentes sociais consultores/assessores na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Quadro 11 - Sobreposição dos biogramas: Limitações e Desafios na Trajetória Profissional

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2022	38	14	Falta de legislações específicas para o campo das consultorias e assessorias no Serviço Social	Angústia sobre a ausência de legislações específicas que regularizem o campo de consultorias/assessorias
	2022	38	14	Com a pandemia, veio novas reflexões sobre novos rumos profissionais	Amadurecimento pessoal e profissional durante a pandemia para trilhar novos caminhos
	2022	38	14	A falta de materiais que abordem os conceitos de assessoria e consultoria	Se sente perdida quanto aos termos, assim como os gestores que a contrata
	2022	38	14	Falta de legislações específicas para o campo das consultorias e assessorias no Serviço Social	Angústia sobre a ausência de legislações específicas que regularizem o campo de consultorias/assessorias
	2022	38	14	Enquanto assessora/consultora atua em nível de supervisão técnica, em razão da falta de informações dos profissionais e de sua baixa representatividade junto à administração pública municipal	Reconhece a importância da atuação da/o profissional consultor/a -assessor/a

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 2	2022	37	15	Limitação do trabalho	a presença de pessoas no campo da consultoria e assessoria sem ética profissional
	2022	37	15	Destaca a precariedade em determinadas situações de trabalho e a necessidade de alinhá-las às condições previstas pela legislação	Destaca situação de desequilíbrio em ambiente de trabalho percebida durante exercício de consultoria
	2022	37	15	Sempre procurou trabalhar dentro do que a profissão prevê como código de ética, conforme as legislações vigentes	Reconhece seu alinhamento com a legislação e o código de ética em todas as suas práticas profissionais
	2022	37	15	Percebe a falta de espaço na legislação sobre o campo das assessorias enquanto área de atuação dos assistentes sociais	Reconhecimento da fraca presença do campo de consultorias e assessorias na legislação da assistência social
	2022	37	15	Afirma que se baseia em sua ética pessoal para desempenhar o trabalho	Reconhece a falta de orientações e valorização do trabalho de assistentes sociais consultores/assessores na legislação da categoria
	2022	37	15	Acredita que as legislações no âmbito do Serviço Social deverão ser repensadas e regulamentadas, de modo a assegurar o assistente social que presta consultoria/assessoria no âmbito da Política de Assistência Social, já que atualmente qualquer pessoa pode prestar consultoria nessa área.	Destaca a necessidade da reformulação da Política de Assistência Social, com vistas à valorização dos profissionais que trabalham no campo de consultorias e assessorias
RENDA	2022	47	13	Reflete sobre o desmonte da política pública de Assistência Social	Evidencia as limitações vivenciadas em trocas de administração pública
	2022	47	13	Considera o trabalho de assessoria desgastante frente as demandas de trabalho	Sente-se limitado e frustrado por não ver continuidade no trabalho de assessoria prestado
	2022	47	13		Considera um grande desafio capacitar os profissionais para a atuação profissional
	2022	47	13	Embora tenha expertise para o trabalho, enfrenta as negativas e recusas sobre as orientações feitas aos gestores	Considera um grande desafio ser um profissional frente aos agentes políticos
	2022	47	13	A grande maioria dos contratantes não levam o trabalho do consultor a sério	Considera desafiador o trabalho do consultor ao término dos contratos
CONVÍVIO 1	2022	45	17	Os trabalhos no SUAS não tem sido contínuo após mudanças de governo	Desconstrução e desmontes dos trabalhos realizados
	2022	45	17	O SUAS e o Assistente Social ainda em processo de construção	Reflete que o Serviço Social e o SUAS tem muito o que entrelaçar
	2022	45	17	Falta de conhecimentos técnicos e metodológicos dos Profissionais do SUAS atrapalha o bom andamento do SUAS nos municípios	Reflete que o grande desafio é aprofundamento teórico-metodológico dos profissionais com o SUAS

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 2	2022	53	21		Considera ser impossível aceitar convites para realizar consultorias/assessorias estando com cargo público assumido
	2022	53	21		Considera vergonhosa a ação de alguns colegas que trabalham com consultoria e assessoria no estado de Minas Gerais
	2022	53	21	Contribui atualmente para o reordenamento do SUAS na cidade que atua	Considera que o seu grande desafio é tirar do papel aquilo que foi formulado durante a atuação no Ministério para a efetivação no município
	2022	53	21	Ressalta os possíveis impactos que podem ser gerados em diferentes níveis, caso a exigência de atualização dos consultores/assessores não seja bem desempenhada	Considera que o despreparo de consultores expõe os beneficiários e os profissionais da Assistência Social ao risco e à vulnerabilidade
CONVÍVIO 3	2022	62	39	Reconhece que não é profissional de consultoria e assessoria por não possuir dedicação exclusiva a essa área de atuação, embora tenha experiência no campo.	Reconhecimento de limitações pessoais no campo da consultoria/assessoria
	2022	62	39	Nas assessorias com trabalhadores, frequentemente se voltava também para o apoio aos gestores, por lacunas de compreensão destes sobre os processos do trabalho	Reconhecimento da necessidade do envolvimento da gestão durante a assessoria com trabalhadores
	2022	62	39	Reconhecer a importância do trabalho de consultorias/assessorias, um trabalho desafiador	Considera a importância da colaboração de especialidades, sendo a consultoria e a assessoria potentes ferramentas para o enriquecimento do trabalho
	2022	62	39	O trabalho remoto imposto pela pandemia	Considera que realizar a consultoria/assessoria remotamente é um grande desafio posto pela pandemia
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	2022	78	50	Questiona como estabelecer inter-relação entre a Política da Assistência Social com as outras políticas públicas	Valorização do reconhecimento dos diferentes contextos de atuação na Política da Assistência Social e a importância da intersetorialidade.
	2022	78	50	Reforça que não é possível fazer consultoria sem contextualizar a Política da Assistência Social nas dimensões de país, estados e municípios	Valorização do reconhecimento dos diferentes contextos de atuação na Política da Assistência Social e a importância da intersetorialidade.
	2022	78	50	Ressalta o peso de ter sido uma pessoa de posicionamento político	Reconhecimento das dificuldades encontradas no contexto institucional
	2022	78	50	Superou momentos difíceis em sua trajetória por defender o projeto ético-político dos/das assistentes sociais	Reconhece que sua trajetória profissional foi pautada em um projeto ético-político norteador da profissão dos/das assistentes sociais

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1 (continuação)	2022	78	50	Promovia discussões para fomentar a importância da intersetorialidade	Reconhece o desafio de articular junto aos atores das políticas públicas
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	2022	38	16	Limite de faturamento MEI	Necessidade de adaptação às novas demandas profissionais
	2022	38	16	Contextualiza o crescimento da empresa	Reconhecimento do trabalho realizado
	2022	38	16	Dificuldade de diferenciar a consultoria de assessoria	Entende que consultoria e assessoria são distintas

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Diante dessa realidade, os assistentes sociais, trouxeram a preocupação em relação a carência de legislações e amparos ao profissional assistente social que atua na consultoria/assessoria às políticas públicas, em especial a PNAS, fato este presente no relato de Acolhida 1 e Acolhida 2, que não se sentem amparados pelo conselho profissional da classe, na perspectiva de estudos, debates e informações sobre o campo aqui estudado.

Eu tenho uma angústia que é um pouco da ausência de regulamentações, da ausência de legislações específicas sobre o que seria o entendimento do nosso Conselho acerca das consultorias, acerca das assessorias; inclusive de regulamentação, de respaldo, de carga horária, de salários, de remunerações, porque às vezes a gente se baseia muito em outras profissões que já estão bem mais avançadas nesse caminho, para até falar qual seria a nossa carga horária. (Acolhida 1)

Eu penso que, as legislações no âmbito do Serviço Social, em breve elas vão ter que ser pensadas e regulamentadas, porque acaba que, hoje eu sou assistente social, [realizo]consultoria, assessoria, no âmbito da Política de Assistência Social, mas qualquer pessoa pode falar que presta uma consultoria no âmbito da Assistência Social. Não que a Assistência Social seja exclusiva do profissional de Serviço Social, até porque existem vários profissionais nas normativas que são profissionais do SUAS, mas acaba que a gente observa muito que qualquer pessoa acha que tem condições de orientar. E são essas pessoas que são aquelas que oferecem o serviço mais barato e que a gente já teve que pegar entidade, assim, que teve que consertar várias coisas que foram feitas de forma inadequada por pessoas que não tinham nem capacitação para dar uma assessoria. Daqui algum tempo, é algo que tem que ser pensado pelo o nosso Conselho de classe, na minha opinião, de regulamentar isso, sabe? O que o profissional precisa ter para ele falar que ele presta uma consultoria? Hoje, como eu disse, grande parte das nossas consultorias, elas estão mais voltadas para o âmbito de gestão do que para o âmbito exclusivo do Serviço Social, estão voltadas para o âmbito da Política de Assistência Social, mas como eu disse, não é nada exclusivo do assistente social. Só que eu acho que falta um pouco, eu acho que o nosso Conselho de classe poderia pensar em

algo nessa perspectiva e, inclusive, assim, começar a estabelecer, a gente sabe que tem lá o valor da hora, o custo da hora do profissional de acordo com a graduação e tudo mais, mas começar a estabelecer parâmetros também para que esses profissionais consigam atuar de forma justa (*Acolhida 2*).

Nas limitações trazidas pelos assistentes sociais, a preocupação existente por estes profissionais em relação ao entendimento dos Gestores do SUAS sobre o papel do assistente social consultor/assessor, sendo reduzido a mero “fazedor de coisas”, “faz de tudo”, reforça a necessidade de haver legislações que ampare o profissional assistente social consultor/assessor, para além dos princípios éticos profissionais do/a assistente social e também do/a trabalhador/a do SUAS, haja vista a grande procura pelos consultores/assessores, principalmente no primeiro ano de governos municipais, onde, na maioria das vezes, o gestor da assistência social, desconhece a operacionalização do SUAS e as equipes que ali estavam, em decorrência da precarização, são substituídas por novos profissionais.

Nós estamos no primeiro ano, entrando no segundo ano de governos municipais, por exemplo, muitos gestores novos que não sabem por onde passou a Assistência Social. Não sabe e não compreende essa área de proteção social. Acho que a primeira questão é essa. É propício pela ausência de uma competência, de uma expertise, de uma competência que deveria ser requerida a qualquer um gestor público que responde pela política pública de Assistência Social. Então, tem um campo abertíssimo e com muitas possibilidades [e] está dentro do nosso fazer profissional, é extremamente importante, é uma das frentes de trabalho essenciais dos assistentes sociais, mas é uma função que exige muito do profissional (*Convívio 2*).

Outra questão identificada, foram as inquietações em decorrência ao desamparo do trabalho ali executado. Renda, *Acolhida 1* e *Convívio 1* apresentaram o quanto a visão dos gestores públicos são deturpadas e avessa ao trabalho sério do assistente social consultor/assessor, trazendo a importância da criticidade sobre a atuação profissional e a luta pela efetivação dos direitos da população usuária do SUAS, reafirmando o compromisso com os princípios fundamentais da profissão e com a luta contra a precarização e visão precarizada do trabalho do assistente social consultor/assessor na PNAS

É muito, muito desgastante. Principalmente quando você vê que as pessoas não querem, não querem muita coisa, sabe? Estão lá pelo dinheiro. E quando a pessoa está lá pelo dinheiro, eu sou diferente, eu não estou lá apenas pelo dinheiro. Lógico que eu preciso do dinheiro, mas se eu for trabalhar nessa perspectiva, eu vou ser apenas mais um na multidão. Só que frustra. Frustra você não ver uma continuidade do seu serviço (*Renda*).

Nós temos pouquíssimos materiais sobre o assunto, ficamos um pouco perdidos e eu acredito que os Gestores também ficam perdidos; porque eles contratam a assessoria entendendo que a gente vai fazer o trabalho deles. Eles não querem que a gente os ensine a fazerem. São poucos os que querem aprender. Na cabeça deles é assim: ‘eu contratei uma assessoria e ela vai fazer tudo pra mim’. Então tenho tentado trabalhar um pouco mudando... quebrando esse paradigma, porque estou aqui pra te dar um suporte para você fazer e não para eu ficar fazendo para você (*Acolhida 1*).

O que mais dói na gente é você fazer as coisas e as administrações acabam se perdendo, perdendo o que a gente fez. Quando a gente fala do trabalho na assistência social, da nossa trajetória inteira nos municípios, eu prezo muito pela capacitação dos efetivos, meu compromisso é muito grande para além do financeiro, meu compromisso é com o SUAS, então o sentimento que eu tenho após troca de gestão, é crueldade com a população (*Convívio 1*).

É sabido, por meio da Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social no Brasil, Lei 8662/1933, que o campo de consultorias e assessorias se trata de uma competência da profissão e que esta deve, sem dúvidas, corroborar com o projeto ético-político e para os sujeitos da pesquisa, uma importante questão trazida por meio das narrativas de *Acolhida 2*, *Convívio 1* e *Desenvolvimento da Autonomia 1*, o que reflete o compromisso dos consultores/assessores com suas trajetórias profissionais construídas até aqui

consultor não pode se afastar dos princípios básicos, entendeu? Do código de ética, do nosso código de ética, que é superimportante, sobre uma luta muito grande para conquistar esse corpo de ética. Eu acho que não pode abrir mão disso por nada desse mundo. Tem que ser uma pessoa que tem, assim, uma visão ampla de conjuntura política, econômica, social. Consultor não pode ser uma pessoa que tem uma visão estreita não (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

Quando eu me vejo como consultora, assistente social, consultora de política pública de Assistência Social, eu tenho um compromisso dos dois lados: eu tenho um compromisso com o Serviço Social, que é um compromisso ético político e eu tenho um compromisso com a Política Pública de Assistência Social, que é para além do Serviço Social. E, tudo que eu faço é pautado, primeiro, na ética; primeiro não, eu falo que, para mim, é o conhecimento. É o conhecimento como propósito de vida, é o que eu tenho. Então, esse conhecimento não me permite faltar a ética profissional e o compromisso que eu tenho com o meu usuário, ou seja, com o usuário da política pública da Assistência Social (*Convívio 1*).

Então, o que que eu faço, eu sigo os meus princípios ético-profissionais e pessoais também, porque, assim, eu costumo dizer que você não precisa de um código de ética para poder te regulamentar, assim, regulamentar a sua ação profissional, se você tiver ética enquanto ser humano você já não faz nada do que está lá, não é? Se você tiver ética enquanto ser humano, você já não faz nada do que está lá de errado, que está lá como proibido (*Acolhida 2*).

Os desafios além de imensuráveis, estão postos aos profissionais cotidianamente, de tal forma que assistente social assessor/consultor deve estar preparado e com “domínio teórico-prático para não ceder às armadilhas que possam advir de uma realidade diferenciada do projeto profissional do Assistente Social (FONSECA, 2010, p. 71)”.

Mediante escolhas e caminhos que ao mesmo tempo apresenta similaridades e singularidades, os assistentes sociais trouxeram a avaliação de suas trajetórias e as perspectivas futuras (QUADRO 12) carregado de aproximações, marcando de forma importante o grupo pesquisado, trazendo o sentido da profissão e da atuação profissional como consultores/assessores na PNAS.

Quadro 12 - Sobreposição dos biogramas: Perspectivas Futuras e Avaliação da Trajetória Profissional

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 1	2022	38	14	Atuação da consultoria como ferramenta que assegura voz e respeito aos profissionais	Reconhecimento do desrespeito à política de Assistência Social
				Ampliação dos trabalhos para além das consultorias/assessorias	Dimensiona a evolução dos projetos em andamento
				importância do SUAS para a mudança da realidade social	Acredita e é apaixonada pela proposta do SUAS
ACOLHIDA 2	2022	37	15	Valoriza a criação de confiança e credibilidade na sua trajetória como consultora e assessora junto com sua colega de profissão	Valorização da relação construída pessoal e profissionalmente com sua colega
				Consolidação da empresa de consultoria/assessoria	Reconhecimento da qualidade do trabalho ofertado, mesmo com um valor diferenciado no mercado
				Demonstra satisfação ao perceber os resultados de seus trabalhos com entidades expressos na mudança de compreensão de seus membros	Satisfação em realizar um trabalho que produz mudanças perceptíveis no comportamento dos contratantes
				Trabalha com o que sempre teve vontade de trabalhar	Satisfação em contribuir para o fortalecimento da Política de Assistência Social em seu município através das realizações de consultorias
				Considera que o objetivo final de qualquer instituição deve ser o bom atendimento ao usuário e é essa mentalidade que ela e sua colega tentam construir nas suas consultorias	Reconhece a importância do Projeto Ético Político do Serviço social no trabalho de assessoria/consultoria

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
ACOLHIDA 2 (continuação)	2022	37	15	Reconhece a importância do dinheiro, mas destaca que para ela, poder fazer a diferença é ainda mais importante, pois considera o Serviço Social sua missão de vida	Valoriza a possibilidade de fazer a diferença em sua área de atuação no Serviço Social
				Considera o trabalho de consultoria uma forma de poder contribuir com o crescimento de outros profissionais E aprendizagens mútuas	Valoriza a possibilidade de contribuir com a formação de outros profissionais do SUAS
				Apesar de reconhecer sua sobrecarga de trabalho, considera que não se cansa de trabalhar por estar envolvida com algo que gosta muito de fazer	Acredita que trabalhar com o que gosta permite que sua rotina cheia não seja muito cansativa
RENDA	2022	47	13	Avalia a trajetória profissional	Sente orgulho da sua trajetória profissional, principalmente como Gestor Municipal
				Avalia a trajetória profissional	Avalia que sua relação com o trabalho de consultoria e assessoria é sério e de qualidade
				Espera no futuro a aprovação do orçamento público para a assistência social	Acredita que o orçamento público de qualidade é o divisor de águas para o trabalho.
CONVÍVIO 1	2022	45	17	Respeito pelo Projeto Ético político da profissão	Identificação e respeito sobre o Serviço Social e o projeto ético político da profissão
				Compromisso com o trabalho desenvolvido	Enquanto consultora e assistente social, entende-se em um compromisso dos dois lados: compromisso ético político com o Serviço Social e compromisso com a Política de Assistência Social,
				É aprovada no mestrado em Serviço Social pela UFBA	Satisfação pela aprovação no processo seletivo; intencionalidade na proposta de pesquisa Deseja retornar ao município em que trabalhou como servidora pública, agora enquanto pesquisadora no mestrado
CONVÍVIO 2	2022	53	21	Valoriza a oportunidade que teve de contribuir com as formulações normativas que orientaram a gestão pública do SUAS que existe no Brasil hoje	Reconhecimento da importância da oportunidade de atuar em um governo que valorizava questões sociais
				Participou da gestão do SUAS desde as suas primeiras formulações	Valorização da sua participação no início das formulações do que viria a ser o SUAS
				Destaca a dimensão do alcance do SUAS em todos os municípios brasileiros com a chegada dos CRAS, CREAS e demais estruturas do sistema público de proteção social	Valorização dos feitos desenvolvidos durante período em que atuou no Ministério

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
CONVÍVIO 2 (continuação)	2022	53	21	Ressalta a importância do momento vivenciado na esfera federal para a ruptura com o modelo assistencialista que a Assistência Social era vinculada, com vistas a uma concepção de direito	Reconhecimento da importância da oportunidade de atuar em um governo que valorizava questões sociais
				Demonstra satisfação em participar da pesquisa durante o atual momento de ataques à ciência pelo governo federal	Sente-se pertencente à pesquisa realizada, contribuindo com a ciência
CONVÍVIO 3	2022	62	39	valorização da sua trajetória profissional	Analisa que apesar do desmonte ideológico instaurado atualmente, há uma sustentação promovida pela qualidade da base formulada na <u>Seguridade</u> desde a sua elaboração
					Considera a seu nome profissional, seu maior patrimônio.
					Reconhecimento de uma formação humana possibilitada pela graduação em Serviço Social
					Reconhecimento do compromisso com a vida e a dignidade na Política Nacional de Assistência Social
				Reconhece que dedicou totalmente a vida profissional durante toda a sua trajetória	
				Uma profissional diferenciada no mercado	Acredita que pelo seu perfil de acreditar e fazer junto ao coletivo, abriu portas em sua trajetória profissional no campo de consultorias/assessorias
				Ressalta que, para ela, a presidência do Conselho Federal não representou status e poder, mas uma oportunidade de agir de forma transformadora pelo Serviço Social	Sente-se realizada por ter tido a oportunidade de ocupar um cargo importante, em que pôde fazer articulações importantes pelo Serviço Social no país
Sua militância social está impregnada em qualquer atividade exercida, em todos os seus possíveis campos de atuação	Reconhecimento do seu posicionamento político em qualquer campo de atuação				
Crescimento do Campo de consultorias e assessorias à PNAS	Desejo de continuar trabalhando enquanto puder e que o campo de consultoria e assessoria cresça muito nas políticas sociais				
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1	2022	78	50	Relaciona sua idade à sua vitalidade e o desejo de continuar se ocupando com as coisas que gosta e que dão prazer	Orgulho da trajetória profissional vivida
				Considera importante se ter uma definição política na atuação	Valorização de realizar coisas prazerosas ao longo da vida
	2022	78	50	Ressalta o nível de qualidade e gratificação do trabalho	Valorização da ética profissional
				Valorização da ética profissional do consultor/assessor	Possui o Serviço Social e o trabalho realizado como um compromisso de vida
					Considera essencial que a pessoa que trabalha com consultoria não se afaste do código de ética do Serviço Social
Valorização da percepção não limitada de um profissional que trabalha com consultoria/assessoria					

Pseudônimo	Cronologia	Idade vital	Idade profissional	Acontecimentos/ Incidentes críticos	Sentido Atribuído
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 1 (continuação)	2022	78	50	Demonstra grande envolvimento e ânimo com o trabalho na reconstrução das políticas públicas após as desconstruções políticas do governo atual	Tem a certeza que irá participar da reconstrução das políticas públicas após o desmonte
DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA 2	2022	38	16	Avaliação da trajetória profissional	Fatores que valoriza para um bom desempenho no campo das assessorias e consultorias
				Qualidades e características do serviço prestado	Valorização do compromisso, qualidade e dedicação do conhecimento e do trabalho
				Relação entre a consultoria/assessoria com a legislação do SUAS	Especificidades no nicho de prestação de consultoria e assessoria às ONGs
				Perspectivas de crescimento da empresa	Desejo de crescimento profissional

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em todas as dimensões da avaliação das trajetórias profissionais, foi encontrado um ponto comum importante entre os sujeitos, todos eles avaliam as consultorias/assessorias prestadas como um campo que exige além de competência, exige habilidades teóricas e práticas do profissional que assessora, exige respeito ao Código de Ética da Profissão e também a intersectorialidade, as políticas públicas para além da Política Pública de Assistência Social. Na outra ponta, a assessoria/consultoria prestada pelos assistentes sociais na PNAS traz também, segurança a aquele que é assessorado e que vai atuar diretamente com o usuário do Sistema Único de Assistência Social.

Essas múltiplas dimensões, são expressadas através das narrativas de *Desenvolvimento da Autonomia 1*, *Acolhida 1*, *Acolhida 2*, *Convívio 1*, *Convívio 2* e *Convívio 3*.

Não dá para você fazer a consultoria, sem ter uma visão maior, mais ampla, do significado da Política da Assistência Social num contexto de país, num contexto de estado, num contexto de município. Focar na Política da Assistência Social sem compreender a amplitude da conjuntura, e como é que a gente pode estabelecer uma inter-relação com as outras políticas públicas, sabe? Porque senão, nós não vamos conseguir avançar muito. O nosso foco é a Política da Assistência Social, mas eu acho, sempre eu discuto isso, não dá para você focar na Política da Assistência Social sem abrir o leque, entendeu? Das outras políticas públicas. Passei muitas situações difíceis, mas enfrentei todas elas, porque eu tinha convicção do que eu estava fazendo. Eu tinha certeza de qual lado que eu estava, de que lado eu estava nessa guerra, de qual o meu lado (*Desenvolvimento da Autonomia 1*).

A gente encontra sim municípios carentes, carentes de informação, e que precisam sim de capacitação, e que precisam sim de algum profissional que venha trabalhar ali para trazer um pouco mais a proximidade com as

normativas da assistência social; alguém que tenha tempo de chegar no município e trazer para eles o que os cadernos de orientações técnicas falam, porque no dia a dia as demandas são muito grandes e a gente não trabalha nem com o mínimo, mas o mínimo, muitas vezes, em alguns municípios se torna o máximo. Isso requer, isso tem trazido cada vez mais a necessidade da investidura (*Acolhida 1*).

Eu sempre começo as minhas falas em palestras, em qualquer treinamento que eu vou dar: "A gente vai aprender junto, eu não estou aqui para ensinar, estou aqui para a gente aprender junto", até porque direto a gente ouve uma coisa, em alguma capacitação que nos ensinam mais do que o que a gente foi para ensinar. Então, eu acho que é um aprendizado conjunto e a gente contribui com o aprendizado das pessoas, a gente não ensina ninguém a fazer nada, a gente contribui para o aprendizado, porque se a pessoa não quiser aprender, se a pessoa não quiser ouvir, não quiser assimilar, não quiser compreender, não quiser colocar em prática, não adiantou nada a gente estar lá. Tudo o que a gente passa de conhecimento, passa dentro das assessorias, sempre está vinculado a alguma legislação. A gente atua ali na orientação da prática profissional, mas a prática profissional, ela não consegue estar desvinculada de forma alguma das legislações que regem ali o trabalho daquela instituição, seja no âmbito da Política de Assistência Social, seja no âmbito da Saúde (*Acolhida 2*).

Eu sou daquelas assim: "Ah, não tem abordagem definida, então eu tenho que estudar para mostrar, para eu passar. Eu quero que eles entendam, porque eu quero fazer o melhor e se eu quero fazer o melhor, eles têm que fazer o melhor para o usuário", eu penso no usuário. Então, eu tenho isso comigo, eu tenho realmente, Camila. Para mim, o Serviço Social vai para além. E a Assistência Social, ela veio me ensinar esse propósito; o conhecimento, para mim, é um propósito de vida. [...] eu não tenho como dormir se eu sei que eu fui naquele município, que eu passei por aquele município e está tudo igual. Quando eu me vejo como consultora, assistente social, consultora de política pública de Assistência Social, eu tenho um compromisso dos dois lados: eu tenho um compromisso com o Serviço Social, que é um compromisso ético político e eu tenho um compromisso com a Política Pública de Assistência Social, que é para além do Serviço Social. E, tudo que eu faço é pautado, primeiro, na ética; primeiro não, eu falo que, para mim, é o conhecimento. É o conhecimento como propósito de vida, é o que eu tenho. Então, esse conhecimento não me permite faltar a ética profissional e o compromisso que eu tenho com o meu usuário, ou seja, com o usuário da política pública da Assistência Social (*Convívio 1*).

Esse é o grande desafio. Então, se todos têm um desafio, eu acho que o meu é maior porque, é isso, eu sou sempre olhado e cobrado de quem esteve no lugar, de quem escreveu, de quem contribuiu para as formulações, com as diretrizes, com as normativas do Sistema. [...] E que geram impacto, gera impacto nas funções que são inerentes à gestão públicas, mas também nas funções que são inerentes ao provimento da Assistência Social, eu estou falando, do atendimento à família, da orientação à família sobre determinados direitos, sobre as provisões públicas que o campo da Assistência Social, que geram impacto nas relações sociais daquelas famílias que nós atendemos. Os projetos de vida que nós construímos ou reconstruímos no cotidiano do provimento de

cada serviço, de cada unidade da Assistência Social. [...]Acho que em todos os campos de proteção social, não é? Em todas as políticas públicas sociais. Para que não seja uma prática que fragiliza, sabe? Assim, que fragiliza a dimensão coletiva, dimensão ético-coletiva da categoria profissional (*Convívio 2*).

E eu vejo, assim, com muito respeito esse espaço da consultoria e da assessoria [...] que levam muita qualidade e ajudam a resolver, porque o tempo da gestão é um tempo muito intenso e um tempo curto, não é? E esse olhar, essa reflexão, as pessoas que vêm com o olhar de fora, trazendo outras questões, é muito importante. [...] eu muitas vezes chegava para atuar com assessoria para os trabalhadores, mas a gente caminhava rapidamente também para um apoio aos gestores, porque muitas vezes a gestão não tinha a compreensão de todo esse processo; tinha dificuldades estratégicas e, muitas vezes, a maioria das questões que a gente enfrentava ali, como não serviço, como não bom desempenho, não era das equipes técnicas, pelo contrário, elas conheciam, elas sabiam bem, mas a dinâmica da gestão. A gente tem uma regra que agora eu esqueci, mas é aquela, aquela básica, eu não vou saber repetir, mas a ideia é essa: quem faz, não avalia, quem avalia não faz alguma coisa, ou seja, você tem as categorias, não é? Então, estou me remetendo a esse trabalho do consultor, do assessor, que olha para uma realidade e vê coisas que muitas vezes a gente que está ali não consegue ver, traz uma reflexão e faz apontamentos de coisas que não tinha pensado (*Convívio 3*).

Neste processo reflexivo, a práxis do assistente social consultor/assessor é marcada pelo entendimento e direção que o exercício profissional não é neutro. Este é marcado pelo compromisso ético-político com o Serviço Social, bem como com a PNAS, visto que a prática é frisada pela mediação, e com isso, obrigatoriamente, precisa ter uma profunda e profícua visão sobre o compromisso da atuação do assistente social consultor/assessor sobre os espaços que emergem de sua ação, sendo para tanto, um profissional reflexivo, consciente, transcendente, inovador e coletivo, que convida, por meio da mediação a um mergulho profundo na atuação profissional pela ótica ontológica de trabalhar a singularidade, a universalidade e a particularidade.

Dessa forma, Pontes (2010, p. 189) chama a atenção que possamos refletir

[...] expressa-se a expectativa de que, para uma utilidade da presente abordagem nos arraiais do Serviço Social, para que o presente esforço não caia na vala do mero teorismo, há que se pugnar por uma crescente qualificação teórica da formação profissional, o que não elide o enfrentamento da ingente pesquisa sobre a inexplorada riqueza subjacente à prática profissional do assistente social.

Assim, entre similaridades e singularidades, as perspectivas futuras dos assistentes sociais consultores/assessores, sujeitos desta investigação, nos apresenta, assim como narrado por Pontes (2010) que a prática não deve, em nenhuma hipótese, ser unicamente regida por

aquilo que lhe é palpável e abstrato. Necessitamos de investimentos teóricos, para que não caiamos em senso comum e jogos de interesses que refutem a importância do assistente social consultor/assessor na PNAS.

Nesse processo de avaliações e expressões de sentidos e significados da consultoria/assessoria prestada na PNAS, é possível traçar o perfil destes profissionais que é permeado de assistentes sociais que valorizam e reconhecem a importância do projeto ético-político do Serviço Social bem como a alta exigência e expectativa do mercado imposta aos consultores/assessores, o que demanda não só no compromisso ético e com a qualidade dos serviços, mas com o respeito, formações permanentes, militância com a Assistência Social do país, mas principalmente em face ao fortalecimento da democracia e dos direitos humanos.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado ao final, um percurso singular, marcado por expressões do coletivo. Embora possa parecer apenas mais uma pesquisa, mais uma dissertação de mestrado, esse trabalho manteve sua tessitura única, assim como os bordados, como a arte manual de representar e fazer a vida.

Foi nesse movimento que descortinamos os fios chamados vida, que sob a direção de uma agulha, mergulharam ponto a ponto em um pedaço de pano, para produzir uma obra de arte, estabelecida por meio de narrativas generosas, carregadas de histórias de vidas únicas: as trajetórias pessoais e profissionais dos assistentes sociais que se atreveram a desafiar o próprio cotidiano, se transformando em assessores/consultores ou consultores/assessores, em uma Política Pública que tanto traz expressões do nosso país, únicas e singulares de um povo marcado pela indiferença de governos, pela desigualdade, pela expressões da Questão Social.

Ousamos aqui dizer que sabíamos desde o início que esta não seria uma pesquisa fácil, que demandaria ousadia, profundidade, esforço e muita aprendizagem; e assim aconteceu. No caso da pesquisadora aqui em formação se colocando sempre como “aprendiz”. Emaranhada de nós no avesso de um bordado chamado gestão do tempo, viu-se desmanchando, muitas vezes, os pontos feitos, para uma nova construção; para que tivesse uma nova visão sobre a arte que corajosamente insistiu em seguir: ser mulher em uma sociedade patriarcal; ser mãe julgada e imperfeita aos olhos do outro e de si mesma, cobrada pela educação, criação, lazer e crescimento dos filhos; ser companheira e esposa de alguém que muito trabalha e ao trabalho se dedica; ser filha e única, residindo distantemente de quem sempre é colo, abrigo e aconchego; ser amiga; ser estudante, pesquisadora e assistente social atuando como consultora/assessora na Política de Assistência Social, compromissada com um juramento profissional realizado em 18 de dezembro de 2010.

Por momentos foi necessário pausar, refletir e novamente recomeçar; buscar forças dos orientadores desta pesquisa que sabiamente conduziram a agulha nesse bordado tão expressivo de compreender que o processo de desenvolvimento profissional de assistentes sociais mineiros/as no campo de consultorias/assessorias na PNAS é marcado por incidentes críticos. Bordamos aqui alguns importantes pontos, pontuando importantes considerações:

Esta pesquisa teve por objetivo compreender o processo de desenvolvimento profissional de Assistentes Sociais mineiros no campo de consultorias e assessorias na PNAS,

e para tanto, refletir a categoria mediação contribuiu expressivamente como compreensão dialética do exercício profissional.

Refletir sobre o tema proporcionou a ampliação do entendimento sobre a temática, bem como sobre as competências, limites e desafios postos aos profissionais assistentes sociais e ainda as perspectivas futuras destes sobre as consultorias/assessorias prestadas na PNAS.

Com base nos dados foi possível delinear o perfil profissional destes assistentes sociais, que possuem idade média entre 35 a 77 anos e são, em maioria, representados por mulheres. Possuem especializações em nível lato-sensu em áreas distintas, e duas participantes possuem pós-graduação em nível stricto-sensu (Mestrado) neste campo de atuação.

A partir das narrativas, também foi possível identificar e compreender os incidentes críticos presentes nas trajetórias pessoais e profissionais dos/as consultores/assessores, inclusive - e principalmente - trabalhar e reconhecer os desafios do percurso no que tange à escolha da profissão, bem como os incidentes que levaram à escolha do campo de consultorias/assessorias na política de Assistência Social.

A escolha pela profissão foi marcada por inquietudes com as desigualdades existentes no país, fruto das expressões da Questão Social, embora não se exclua para alguns a escolha da profissão marcada por questões relacionadas ao assistencialismo e benevolência.

Mesmo considerando que as assessorias/consultorias na PNAS não seja campo exclusivo do Serviço Social, fomos oportunizados, através das narrativas dos/as profissionais entrevistados/as, a compreender o processo de desenvolvimento profissional dos/as assistentes sociais consultores/assessores nesta Política Pública, que vai ao encontro dos princípios fundamentais do/a Assistente Social “[...]Reconhecimento da liberdade como valor ético central”; [...]autonomia, emancipação [...] “defesa intransigente dos direitos humanos”; “[...] ampliação e consolidação da cidadania”; [...] Defesa da democracia; [...] “Posicionamento em favor da equidade e justiça social”; “[...] pluralismo”, Articulação com outras categorias profissionais que possuem como premissa, o projeto profissional e a defesa/luta pelos trabalhadores e, uma visão crítica da realidade com base no compromisso com a qualidade dos serviços prestados, buscando sempre o aprimoramento intelectual, para contribuir com o crescente acesso da população usuária do Serviço Social aos direitos sociais existentes (CFESS, 2012a).

Tais princípios convergem ainda com os princípios reguladores da Política Pública de Assistência Social, trazidos desde a Constituição Federal de 1988 (CF/88), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993) e a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/2004): o respeito à dignidade e a autonomia dos usuários/as da Política Pública; a

universalização dos direitos sociais; a supremacia dos atendimentos, pautados pela qualidade na oferta dos serviços que vão ao encontro e conversam com a categoria de Assistentes Sociais a todo momento.

Nesse sentido, foi reafirmado pelos sujeitos desta pesquisa que, embora o campo profissional de consultorias/assessorias possa ser exercido também por outras categorias, os/as assistentes sociais - consultores/assessores – indicaram que atuam nesse campo profissional na perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Por outro lado, a busca de resposta ao problema proposto por essa pesquisa - “como se constitui o processo de desenvolvimento profissional de assistentes sociais mineiros/as que atuam como assessores/consultores junto à Política Nacional de Assistência Social, considerados os acontecimentos marcantes que definem a vida pessoal/profissional/social/política desses profissionais e suas relações com o Código de Ética e o Projeto Ético Político do Serviço Social” – evidenciou ser necessário considerar o cenário perverso e avassalador que a PNAS tem vivido nos últimos anos, em relação ao investimento, financiamento e qualidade, que repercute nas ações dos profissionais que atuam no SUAS.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresentou no ano de 2022, o acompanhamento e análise das Políticas Sociais do Brasil, que apresenta um cenário cada dia mais conflituoso no que tange ao processo de Garantia de Direitos, advinda de uma trajetória de crescente investimento na política pública de assistência social, entre 2004 à 2013, com um ápice de investimento financeiro para a Proteção Social em 2013 no valor de “R\$2,58 bilhões de reais gastos pela União sem contar os restos a pagar” (IPEA, 2022, p.39).

O cenário de orçamentos aprovados pela atual presidência da república reflete-se numa redução, a cada ano mais expressiva e significativa, visto que a PNAS necessita do cofinanciamento para sua efetiva execução. Mostra-se a falta de interesse do governo federal para com a Política Pública de Assistência Social, em um panorama de crescimento das demandas pelo SUAS.

Na esteira do teto de gastos, aprovado em 2016, por meio da Emenda Constitucional nº 95, os desafios da Política de Assistência Social, assim como as demandas existentes desta política, só aumentaram. A partir de 2019 o Ministério da Cidadania (MC), através da portaria nº2.362/2019, trouxe a chamada “equalização” do cofinanciamento, condicionando os repasses ao ano vigente e a disponibilidade de orçamento. Este fato trouxe reflexos expressivos, reduzindo drasticamente a qualidade das ofertas dos serviços, bem como contribuindo para o sucateamento das ações e de contratação dos profissionais que atuavam no SUAS. Os repasses financeiros do Governo Federal tem sido cada vez mais irregulares, gerando um verdadeiro

“desmonte” de uma política pública que tem como base a Proteção Social. IPEA (2022) aponta que houve uma redução paulatina da proposta de orçamento enviada pelo atual governo ao Congresso Nacional, para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais. “Estes recursos apresentaram uma queda de 62% entre 2016 e 2021, passando de R\$ 2,55 bilhões para R\$ 975 milhões em 2021” (IPEA, 2022, p.41).

Além disso, a Educação Permanente dos Profissionais do SUAS, implantada pela Política Nacional de Educação Permanente dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS), foi perversamente estagnada, senão aniquilada nas agendas de investimentos por parte dos Estados e municípios, principalmente dos municípios de pequeno porte I, que dependem substancialmente do cofinanciamento para implementar, manter e gerir a assistência social no território, assim como capacitar os profissionais do SUAS.

Dessa forma, mediante a análise das narrativas sobre a atuação profissional de assistentes sociais no campo profissional de consultorias/assessorias prestadas na PNAS, apresentamos ao longo dessa dissertação diferentes reflexões sobre essa Política, desde a formação continuada dos profissionais que nela atuam ao conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo na gestão do SUAS, em diferentes níveis. Espera-se que a análise dessas narrativas contribua para toda a categoria de profissionais atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), previstos na Resolução 17 de 20 de Junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), indo para além da própria categoria profissional e contribuindo com um rol de profissionais de diferentes formações, mesmo em um cenário de precário/quase nulo de investimento público, que de acordo com o diagnóstico reproduzido no Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030, as metas relacionadas a PNAS foram caracterizadas como estagnadas, ou seja, quando “não houve nenhuma indicação de avanço ou retrocesso estatisticamente significativos” (GTSC A2030, 2021, p.09).

Neste intento, foi possível identificar e compreender os incidentes críticos que marcaram os grandes desafios dos/as assistentes sociais consultores/assessores na PNAS, explicitando diferentes formas de condução dessa competência profissional ao longo de suas trajetórias profissionais.

Os incidentes críticos mostraram que os consultores/assessores participaram ativamente no escopo da formação permanente dos profissionais do SUAS, contribuindo para a qualificação, compreensão e direcionamento numa perspectiva de atuação crítica e pautada nos parâmetros éticos da atuação dos profissionais do SUAS na PNAS.

Embora haja a compreensão que palestras e cursos não sejam caracterizados como Consultorias/Assessorias, a maioria dos sujeitos afirmaram que os convites para ministrar

curso e palestras os motivaram a adentrar, posteriormente, nesse campo de atuação, visualizando nestas oportunidades a possibilidade de contribuir para com o projeto ético-político da profissão. Foi possível, também, demonstrarem sua capacidade técnica no tratamento de questões que envolvem a PNAS e a pensarem na continuidade do trabalho, numa perspectiva aprofundada e continuada das competências do Serviço Social, no que tange à direção ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Isso lhes permitiu colocarem-se à frente de situações em que já haviam se defrontado profissionalmente, mas também se pautarem pela ótica do diálogo e aprofundamento das relações sociais, na premissa da pedagogia problematizadora, levando os profissionais a um entendimento crítico e profundo sobre as expressões da Questão Social existentes no território que atuam.

Todavia, no que se refere aos processos sobre o exercício da consultoria/assessoria na PNAS, o grande desafio existente, de acordo com os entrevistados, foi a referência aos aportes teóricos-metodológicos, técnico-operativos e também ético-políticos, visto o escasso e quase inexistente material que dê suporte à atuação dos assistentes sociais consultores/assessores. Reportaram-se, ainda, à falta de debates e grupos que abordem o tema, através dos conjuntos CFESS/CRESS, discutindo não somente o Serviço Social como profissão liberal, mas também regulando, por meio de normativas e formações continuadas, a atuação de assistentes sociais consultores/assessores nas políticas públicas, principalmente na PNAS, a política pública que mais emprega os profissionais assistentes sociais e gera o interesse da classe, em prestar serviços como consultores/assessores.

Tal desafio aplica-se também na regulação da atuação dos consultores/assessores na PNAS, reconhecendo os assistentes sociais consultores/assessores como profissionais participantes ativamente do processo de gestão em seus diferentes níveis, fomentando o SUAS no Brasil, em seus Estados e Municípios. Nesse sentido, outro grande desafio apontado foi em referência aos gestores e coordenadores do SUAS, que muitas vezes adentram em cargos de chefia e gestão, sem ao menos se reconhecerem como trabalhadores da PNAS, sem visualizarem a necessidade da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, da importância de sua participação em instâncias de pactuação, articulação e deliberação. Nesse contexto, os gestores acreditam que, ao contratar um assistente social que atue como consultor/assessor, este será um “fazedor de coisas” ou “pau para toda obra”, substituindo o assistente social nas necessidades técnicas, teóricas e práticas do SUAS. Tem-se, assim uma visão precarizada e distorcida do papel do consultor/assessor e contribuindo com assistentes sociais que, numa ótica precária de formação, mesclada pelo fatalismo e

messianismo profissional, colocam em cheque o verdadeiro papel do assistente social consultor/assessor na PNAS.

Desta forma, há também a necessidade de chamar para esta discussão as instituições de ensino, de graduação e pós graduação em Serviço Social, responsáveis pela formação profissional, na perspectiva da ampliação de discussões sobre a consultoria/assessoria, bem como a profundidade de discussões sobre a importância da formação pautada em áreas de Gestão, visto que o assistente social deixou de ser um profissional de execução e tem sido convidado, cada dia mais, a participar do gerenciamento das políticas públicas, entre elas, a PNAS. Discutir, na ótica do projeto ético-político do Serviço Social, através da transversalidade, a consultoria/assessoria, sua participação por meio da mediação na contribuição com as políticas públicas existentes no país, faz-se necessário para uma direção crítica e assertiva do profissional que almeja entrar nesse campo. Consideramos que a precarização não se dá pela ação do profissional em si, mas sim nas fragilidades trazidas desde a base da formação na graduação e nas (ausentes) discussões sobre o campo de consultorias/assessorias prestadas por estes profissionais.

Observamos ainda que os espaços ocupacionais do Assistente Social consultor/assessor na PNAS tem requisitado um profissional com um domínio diversificado nas mais diversas áreas da gestão, gestão de políticas públicas, planejamento, bem como da administração, transcendendo os conhecimentos ofertados na graduação em Serviço Social, o que levou aos sujeitos desta pesquisa a buscarem especializações e mestrados nessas áreas.

Assim, a análise das narrativas dos/as consultores/assessores indica a pertinência de ampliação das grades curriculares e/ou por meio de discussões, seminários, pesquisas, atividades de extensão e estágios, previstas na base da formação do profissional. Do mesmo modo, a experiência na consultoria/assessoria pelos entrevistados sugere às Instituições de Ensino, ao conjunto CFESS/CRESS e às Instâncias Reguladoras da PNAS no país, a regulamentação e normatização desse campo de atuação, visto que a demanda por este profissional tem sido crescente na contemporaneidade. Sendo esse um espaço de intervenção conquistado pelos assistentes sociais na PNAS - e que embora não tenha regulações trabalhistas, tem contribuído para o desenvolvimento da Política de Assistência Social e do próprio Serviço Social - os desafios aqui colocados pelos profissionais entrevistados evidenciaram as limitações e as perspectivas futuras da atuação profissional.

A angústia, carência, falta de amparo legal, mas também a satisfação, compromisso ético com a profissão e com a política pública de assistência social, trouxeram sentidos e significados importantes para o desenvolvimento profissional.

Refutando a hipótese que a consultoria/assessoria representa a precarização profissional do assistente social, comungando com fechamento de espaços ocupacionais e precarização do profissional na PNAS, as narrativas ressaltaram que a condição consultor/assessor representa mais um espaço de atuação, quando pautada no compromisso ético político da profissão do Serviço Social. Representa, também, a competência desse profissional para contribuir com avanços significativos no território em que atua, considerando a tríade da categoria mediação (universalidade-particularidade-singularidade) tão falada e pouco problematizada.

Nessa direção, as especificidades da mediação em face ao exercício do assistente social consultor/assessor na PNAS, contribuem dialeticamente na particularidade das ações, sendo essa particularidade o enredo central pautado pelo compromisso da produção de conhecimentos específicos neste campo de atuação, assim como a singularidade, que visa despir-se de vícios rotineiros, de compreensões acumuladas, para que o consultor/assessor seja capaz de, ontologicamente, ultrapassar e transcender a própria existência e atuação no profissional, na lógica do campo da universalidade, levando a entrega total do assistente social consultor/assessor na PNAS, considerando-se parte de todo o processo, traduzindo-se no papel de articulador indispensável da mediação, visando suprimir as expressões da Questão Social.

Dessa forma, a consultoria/assessoria na PNAS deve considerar os níveis micro e macro da realidade social, não de forma isolada, mas construída no processo diário que vai do planejamento à execução, ou seja, na relação do particular com o coletivo.

Nessa mesma direção, trazer as seguranças socioassistenciais como pseudônimos para os sujeitos da pesquisa, possibilitou a expressão singularidades e similaridades deste grupo profissional, cujas trajetórias são únicas e marcadas pelo compromisso pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em um país no qual o campo da seguridade Social se encontra ameaçado.

Situamos a necessidade de desenvolvimento de novos trabalhos sobre o tema, ainda tão pouco discutido, investigado e publicado, fato este representado pela escassa bibliografia, sendo que a maioria advém de dissertações e trabalhos publicados em anais de congressos.

Por fim, esperamos que esta dissertação estimule e desafie novos profissionais para a produção de conhecimento científicos que carece urgentemente de debates para um profícuo exercício profissional, problematizando, dia após dia, o exercício da consultoria/assessoria prestada por assistentes sociais na contemporaneidade.

Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios,
que não posso me resignar a seguir um fio só; meu
enredamento vem de que uma história é feita de muitas
histórias. E nem todas posso contar.
Clarice Lispector, 1971.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 06 fev. 2021.

AGGIO, A. **Ainda imersos na falácia do golpe**. Fundação Astrojildo Pereira, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/alberto-aggio-ainda-imersos-na-falacia-do-golpe/> Acesso em: 30 set. 2022.

ALVES, H. Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira. In: GOMES, S.; MENICUCCI, T. **Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018. p. 2371-2372.

ARAÚJO, V. B. D. **Alinhando saberes e práticas, tecendo possíveis: o trabalho em rede na assistência social**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

ÁVILA, M. A. Apresentação. In: NAVARENHO, P. S. D. S; PAULA, M. A. B; ÁVILA, M. A. **VIVER, NARRAR E FORMAR** Trajetórias de docentes fisioterapeutas. Curitiba: Appris, 2021.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, v. 1, 1994.

BOLÍVAR, A. (Org.). **Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola**. [S.l.]: EDUSC, 2002.

BOLÍVAR, B. A.; DOMINGO, S. J.; FERNÁNDEZ C., M. **La investigación biográfico-narrativa en educación**. Madrid: La Muralla, 2001.

BOSCHETTI, I. **Seguridade Social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2006.

BRAGANÇA, I. F. S. **Histórias de vida e formação de professores/as: Diálogos entre Brasil e Portugal**. p. 1-595. Tese [Doutorado] - Universidade de Évora, Portugal, 2012.

BRASIL. LOAS – **Lei Orgânica da Assistência Social**. Secretaria do Desenvolvimento Social e combate à fome. Brasília, 1993a.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social de 1993b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 mar. 2002.

BRASIL. PNAS **Política Nacional de Assistência Social** In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, nov. 2004.

BRASIL. NOB/SUAS **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005)**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, jul. 2005.

BRASIL. NOB/SUAS RH **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (2006)**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília: DF, dezembro de 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.345 de 06 de julho de 2011**, que altera a LOAS introduzindo o SUAS. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. NOB/SUAS **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2012)**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS Nº 4**, de 13 de Março de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS, 2013.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. D. **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRISOLA, E. M. A; SILVA, A. L. **O Trabalho do Assistente Social no SUAS** Entre velhos dilemas e novos desafios. Taubaté – SP: Cabral Editora e livraria Universitária, 2014.

CARDOSO, P. F. G. **ÉTICA E PROJETOS PROFISSIONAIS**: os diferentes caminhos do serviço social no brasil. Campinas – SP: Papel Social, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para a atuação dos assistentes sociais na política de assistência social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, DF: 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e Lei 8662 de 13 de março de 1993**. 10. ed. rev. e atual, Brasília: CFESS, 2012a.

CFESS-CRESS. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Gestão Tempo de Luta e Resistência - 2011-2014, 2012b, 39p.

CINTRA, S. V. **O Serviço Social na divisão do trabalho-** Permanências e condicionalidades para mulheres. Seminário Internacional fazendo gênero. Florianópolis, ISSN 2179-510x. 2017.

COSTA, E. F. L. **Projetos de vida e escolha profissional: dilemas dos estudantes do ensino médio.** Dissertação (mestrado em psicologia) – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

COUTO, B. R; YAZBEK. C; SILVA E SILVA, M. O. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2014.

DELORY-MOMBERGER, C. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, p. 523-536, set./dez. 2012.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas, **Educar**, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUARTE, F. G; OLIVEIRA, M. C. de. O Sistema Único De Assistência Social Pós-Golpe de 2016. **Anais**. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. v. 16, n. 1, 2018.

FAERMANN, L. A; MELLO, C. C. V. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96-113, jan./jul. 2016.

FERNANDES, P. D.; OLIVEIRA, K. K. S. Trabalho e educação: análise reflexiva da dupla jornada do estudante-trabalhador. **Anais [...]** VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, Sergipe, 2012.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NOVOA, A.; MATHIAS FINGER, O. **O método (auto)biográfico e a formação.** 2. ed. [S.l.]: EDUFRN, 2014. p. 29-56.

FONSECA, F. F. *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v.31, n.2, p.258-264, 2013.

FONSECA, T. M. A. D. Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. D. **Assessoria, Consultoria & Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 2, p. 58-82.

FREIRE, L. M. B. Assessoria e Consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do assistente social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. D. **Assessoria, Consultoria & Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2006. p. 170-187.

FREITAS, R. M. D. C. D. **A Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do SUAS: limites, possibilidades e perspectivas.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GOMES, M. R. B. Serviço Social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 357-380, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.027>>.

GTSC A2030 – GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **V relatório luz da sociedade civil agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil.** Recife: GTSC A2030, 2021.

GUERRA, Y. A **Instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, I.; BRAGA, M.E. Supervisão em Serviço Social. In: **CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: www.cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf. Acesso em : 07 set. 2022.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. D. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.136. p439-461, set./dez. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Painel de Indicadores. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html> Acesso em: 06 fev. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, 2022.

LISBOA, T. C. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

MARTINELLI, M. L. **Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio**. Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUCSP, n. 1, p.1-18, 1994.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATOS, M. C. de. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p.71-103.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, planejamento e avaliação das ações profissionais. In: Mota, Ana Elizabete; Teixeira, Marlene. (Org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, p. 273- 303, 2006.

MONTEIRO, C. L. **Perspectivas históricas da profissão de serviço social e a questão de gênero para estas profissionais**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

MONTENEGRO, R. C. de F. Mulheres e cuidado: responsabilização, sobrecarga e adoecimento. **Anais** do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, dez. 2018.

MONTEZUMA, L. F. **Entre fios e teias de formação:** narrativas de professoras que trabalham com matemática nos anos iniciais. Tese (doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MORAES, J; MARTINELLI, M. L. **A importância categoria mediação para o Serviço Social.** XX seminário latino-americano de escuela de trabajo social, 2012.

NALESSO, A. P. P; RIZZOTTI, M. L. A. Serviço Social e política social no Brasil: uma relação necessária. **Textos & Contextos.** Porto Alegre, v.17, n.2, p.278-291, ago-dez, 2018.

NAVARENHO, P. S. D. S. **Trajetória docente na Fisioterapia:** viver, narrar e formar. Dissertação (mestrado) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018.

NAVARENHO, P. S. D. S; PAULA, M. A. B; ÁVILA, M. A. **Viver, narrar e formar.** Trajetórias de docentes fisioterapeutas. Curitiba: Appris, 2021.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social pós 64. 16ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, V. S. de; MOREIRA, F. G. O processo de adoecimento do assistente social: os rebatimentos das transformações societárias na saúde do trabalhador. **Anais** do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. v. 16 n. 1, 2018.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, M. A. B. M. D. **As configurações do trabalho do Assistente Social no âmbito da assessoria e consultoria no serviço social na grande Natal/RN.** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

OJEDA, B. S. *et al.* Nursing, nutrition and physiotherapy students: career choice. **Revista latino-americana de enfermagem,** Ribeirão Preto, v. 17, n. 3, p. 396-402, 2009.

OZELAME, G. C. **Assessoria e Consultoria em Serviço Social:** o ensino e o exercício profissional em debate. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PAULA, R. S. Estado, políticas sociais e repercussões no Serviço Social. *In: Serviço Social, Trabalho e Política Social,* Florianópolis, 2018.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. **Política Social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2009.

PERES, G. A. L. **A assessoria do Serviço Social na gestão das políticas sociais.** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

PONTES, R. N. A propósito da categoria de mediação. **Serviço Social & Sociedade**, n. 31, 1989.

PORTES, M. F.; PORTES, L. F. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 213-227, 2017.

RAICHELLIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo. n. 107, p. 420-437, jul./set., 2011.

RAICHELLIS, R. Proteção Social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura da crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, n. 116, p. 609-635, out/dez. 2013.

RAMOS, S. Assessoria aberta com viés social: um estudo de caso no centro. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 46-69, dez. 2015.

REIS, D. C. R. dos. Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional. **Revista Serviço Social em Perspectiva**. Montes Claros, v. 4, n. 2, jul/dez. 2020.

RIZZOTTI, M. L. A. O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão. **ARGUMENTUM**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 174-188, jul/dez. 2010

ROCHA, R. C. E. **Condições de Trabalho no SUAS: entre a Precarização e o Desprestígio da Política de Assistência Social**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2018.

SÁ, M. A. A. S. **Trajelórias Docentes Avanços, Recuos e Desvios na Vida Profissional de Professores Engenheiros**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

SÁ, M. A. Á. D. S.; ALMEIDA, L. R. D. Devolutiva de entrevistas: o biograma na pesquisa em educação. **Psicologia da Educação**, São Paulo, p. 185-192, 2004.

SÁ, M. A. Á. D. S.; ALMEIDA, L. R. D. Envelhecimento Profissional nas Trajetórias de Professores Engenheiros. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 40, p. 59-76, 1º sem. 2015.

SÁTYRO, N. G. D.; CUNHA, E. M. S. Jogando luzes sobre os determinantes burocráticos e de gestão da política de assistência social nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 401-432, maio/ago. 2019.

SILVA, J. A. F. Serviço Social e Sistema único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. **Ser Social**, v.14, n.30, p.155-189, jan/jun, 2012.

SILVA, J. K. D.; DANTAS, B. H. L.; DANTAS, M. F. M. Questão Social e Serviço Social: Desafios contemporâneos do trabalho profissional. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, ago. 2017.

SOUZA, L. M. D. **Carreira científica o setor espacial e do meio ambiente: trajetórias de engenheiras**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2020.

SPOSATI, A. Proteção e Desproteção Social na Perspectiva dos Direitos Socioassistenciais. *In: BRASIL. Caderno de textos. IV Conferência Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social, 2007.*

SPOSATI, A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**: concepções fundantes; MDS, UNESCO, nov. 2009, p. 13-56.

SPOSATI, A. Assistência Social em debate: Direito ou Assistencialização? *In: CFESS. O trabalho do Assistente Social no SUAS: Seminário nacional. Brasília: CFESS, 2011.*

SZYMANSKI, H. (Org). **A entrevista na pesquisa em educação**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

TELES, L. **A Contribuição dos Assistentes Sociais no Processo de Assessoria às Políticas Sociais Públicas**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **Relação Teoria/Prática**: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. 56. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VASCONCELOS, A. M. D. Prefácio. *In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. D. Assessoria, Consultoria & Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 7-16.

VASCONCELOS, M. Responsabilidades Familiares. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório da Igualdade de Gênero**, Brasília, 2009.

VIANA, B. B.; CARNEIRO, K. K. C.; GONÇALVES, C. F. O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. **Anais [...]** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina, out. 2015.

YAZBEK, M. C. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. **Serviço Social & Sociedade**, ano XXV, n.77, p. 11-29, mar. 2004.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

YAZBEK, M. C. O significado sócio histórico da profissão. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. *In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009b. p. 125-141.

YAZBEK, M. C.; RAICHELLIS, R. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma construção permeada de tensões, avanços e retrocessos. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. v. 16 n. 1, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A- CARTA DE APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

Prezado (a) Assistente Social: _____.

Me chamo Camila Castelari Barbosa, sou Assistente Social, formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG) no ano de 2010 e desde então atuo como Assistente Social em Minas Gerais, onde tive a oportunidade de atuar em diversas políticas públicas.

Atualmente, estou realizando um estudo com profissionais assistentes sociais que atuam no campo de consultoria/assessoria na PNAS em Minas Gerais, que é tema da minha dissertação de mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS/MG), na linha de pesquisa de Processos Formativos e Desenvolvimento, visando compreender como se constitui o processo de desenvolvimento profissional de assistentes sociais que atuam como consultores/assessores.

Sua narrativa é de suma importância para que seja possível conhecer as trajetórias profissionais dos assistentes sociais que atuam no campo de consultoria/assessoria nos municípios mineiros, além de possibilitar o delineamento do perfil profissional de assistentes sociais consultores/assessores e analisar os sentidos e significados atribuídos aos incidentes críticos no percurso profissional.

Para auferir estas informações é preciso dialogar. Desta forma, gostaria de saber se a Senhora/ Senhor, pode dispor de um tempo, sem haver prejuízos para seu descanso, lazer e trabalho. Como toda sua trajetória será, sem sombra de dúvidas, muito importante, gostaria com a sua permissão, de gravar nossa conversa, ressaltando que somente meus orientadores Prof. Dra. Maria Auxiliadora Ávila e Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira, além de mim, teremos acesso ao conteúdo.

No relato das entrevistas buscarei utilizar nomes fictícios, mantendo o seu anonimato, além de transcrever apenas partes de nosso diálogo. Ademais, se desejar, poderá ter acesso integral as gravações e transcrições da nossa entrevista. As gravações e transcrições serão guardadas por um período de 05 (cinco) anos e após este período todo o conteúdo será apagado.

Me coloco sob inteira disposição para esclarecer dúvidas sobre o estudo.

APÊNDICE B- ROTEIRO DA ENTREVISTA (AUTO) BIOGRÁFICA

Grau de Instrução: _____;

Formações Acadêmicas: _____;

Idade: _____. Sexo: _____. Orientação Sexual: _____.

Data: __/__/__. Horário de Início: _____ Horário de Término: _____.

Local da entrevista: _____.

Formato: () Presencial; () Remoto.

Número da entrevista: _____.

QUESTÃO DESENCADEADORA

Durante nossa trajetória, acumulamos memórias de momentos vividos que de alguma maneira, sendo elas positivas ou não, contribuíram para o nosso desenvolvimento profissional. Essas memórias se referem a aspectos da vida pessoal, profissional, social e política, todos interrelacionados. Em sua trajetória profissional, quais foram os acontecimentos marcantes que motivaram sua escolha pelo Serviço Social e posteriormente, pela atuação como consultor/assessor à PNAS?

Roteiro Norteador:

Pontos que se espera sejam abordados pelo entrevistado (a).

- V. Há quantos anos atua como Assistente Social e como assessor/consultor
- VI. Motivos para escolha do Serviço Social
- VII. Acontecimentos pessoais, profissionais, sociais e políticos que marcaram a escolha e a atuação como assessor/a e/ou consultor/a
- VIII. Relações da atuação como assessor/consultor com a legislação que normatiza a PNAS

APÊNDICE C- FORMULÁRIO DE PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Entrevistado: _____

Endereço: _____

Nº CRESS: _____

Data da entrevista: ____/____/____.

DATA DE NASCIMENTO: _____ IDADE: _____
ESTADO CIVIL: _____
GÊNERO: _____
RAÇA/COR: _____
FILHOS: _____
FORMAÇÃO: () Graduação: 1- _____; 1. Ano de início: _____ Ano de término: _____ 2- _____; 2. Ano de início: _____ Ano de término: _____ () Especialização e/ou Aperfeiçoamento 1- _____; Ano de início: _____ Ano de término: _____ 2- _____; Ano de início: _____ Ano de término: _____ () Mestrado _____ Ano de Início: _____ Ano de Término: _____ () Doutorado _____ Ano de início: _____; Ano de término: _____ Outros: _____;
Qual o ano que iniciou os trabalhos de Consultoria/Assessoria na PNAS ? _____
Há quanto tempo (anos) atua ou atuou como Consultor/Assessor na PNAS ? _____

Participa ou participou de movimentos sociais? Se sim, qual a temática?

Participa ou participou de comissões temáticas do CRESS/MG? Quais?

Dentre as seguranças afiançadas pela NOBSUAS/2012 por qual delas você gostaria de ser identificado nesta pesquisa?

- Acolhida;
- Renda;
- Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social;
- Desenvolvimento da Autonomia;
- Apoio e Auxílio.

Por quê escolheu esta segurança? Qual a importância dela associado à sua trajetória profissional?

ANEXOS

ANEXO A

Declaração do Comitê de Ética aprovando a pesquisa

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPESMIG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSULTORIA/ASSESSORIA NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) EM MINAS GERAIS: trajetórias profissionais de assistentes sociais

Pesquisador: CAMILA CASTELARI BARBOSA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 53238221.4.0000.5111

Instituição Proponente: Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas-FEPESMIG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.108.005

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa objetivará compreender o processo de desenvolvimento profissional de assistentes sociais no campo de consultorias e assessorias na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que, com base no método (auto)biográfico proposto pela Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica (BIOGRAPH), buscando compreender como esses profissionais, no processo de consultoria e assessoria à Política Pública de Assistência Social, relacionam os processos de trabalho na direção do Projeto Ético Político do Serviço Social, na perspectiva de emancipação dos sujeitos sociais. Serão realizadas, no mínimo duas entrevistas individuais, em profundidade, com cada um/a dos/as participantes e uma entrevista coletiva, do tipo roda de conversa. Todas as entrevistas serão gravadas, transcritas e terão seus conteúdos tratados por meio de biogramas, com auxílio do software ATLAS.ti.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Compreender o processo de desenvolvimento profissional de Assistentes Sociais no campo de consultorias e assessorias na PNAS em municípios do Estado de Minas Gerais.

Objetivos Específicos

- Delinear o perfil profissional dos assistentes sociais consultores/assessores;

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650 - Prédio Central da Reitoria - Sala de Reuniões do CEP
Bairro: Bairro Aeroporto **CEP:** 37.031-099
UF: MG **Município:** VARGINHA
Telefone: (35)3219-5033 **E-mail:** etica@unis.edu.br

